

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

IX Legislatura Número: 04

I Sessão Legislativa Horta, Quarta-Feira, 10 de Dezembro de 2008

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a apresentação da correspondência, passou-se para a Agenda da Reunião com a continuação da apreciação do Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores.

Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Rosa (CDS/PP), Paulo Estêvão (PPM), Rui Ramos (PSD), Catarina Furtado (PS), Graça Teixeira (PS), Costa Pereira (PSD), Cláudia Cardoso (PS), Aníbal Pires (PCP), José Rego (PS), José Cascalho (BE), Clélio Meneses (PSD), Herberto Rosa (PS), Pedro Medina (CDS/PP), Jorge Macedo (PSD), Lizuarte Machado (PS), Aida Santos (PSD), Luís Garcia (PSD), Artur Lima (CDS/PP), António Marinho (PSD), Francisco César (PS), Piedade Lalanda (PS), Nélia Amaral (PS), António Gonçalves (PSD), Cláudio Almeida (PSD), Pedro Gomes (PSD), Ricardo Cabral (PS), Rogério Veiros (PS), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes), o Sr. Presidente do Governo Regional (Carlos César), e os Srs. Secretários Regionais da Ciência,

Tecnologia e Equipamento (José Contente), Economia (Vasco Cordeiro), Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques) e da Saúde (Miguel Correia).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 15 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos proceder à chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Ana Luísa Pereira Luís

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Diana Rosa Ávila Valadão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva Gonçalves

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jaime António Silveira Jorge

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV))

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros, Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, protecção e assistência das suas vítimas e revoga a Lei nº 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei 323/2000, de 19 de Dezembro.

Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais.

Secretário (Cláudio Lopes): Petição, apresentada pela Sra. Nélia Maria Monteiro da Silva Raposo sobre a pretensão de apoio ao nível interno de língua gestual portuguesa.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*José Ávila*): Abaixo-assinado, cuja primeira subscritora é a Sra. D. Lígia Goulart da Silveira Lemos de Meneses, sobre o Estatuto da Carreira Docente e sistema de avaliação.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (Cláudio Lopes): Do Gabinete da Vice-Presidência do Governo, resposta à petição sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15/2008/A, que adapta à Administração Regional dos Açores a Lei nº 12/A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Secretário (*José Ávila*): Abaixo-assinado, cujo primeiro subscritor é o Sr. Pedro Rui Gonçalves, sobre o Estatuto da Carreira Docente e o sistema de avaliação.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (Cláudio Lopes): O Sr. Presidente da Assembleia aproveita para informar todas as Sras. e Srs. Deputados, que o grupo "Os Fantásticos", formado pelos pais, avós, irmãos e alunos do Jardim de Infância da Praia do Almoxarife, pretende apresentar cumprimentos natalícios a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Este encontro está agendado para hoje às 14.30, fora da sala de plenário, na sala de convívio dos Deputados.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos, mas antes disso, e creio que terá a sua utilidade, a mesa está em condições de informar o tempo que cada um dos intervenientes ainda dispõe.

Governo – 198 minutos

Partido Socialista – 240 minutos

Partido Social Democrata – 117 minutos

Partido Popular – 42 minutos

Bloco de Esquerda – 12 minutos

Partido Comunista Português – 9 minutos

Partido Popular Monárquico – 4 minutos.

Os nossos trabalhos serão constituídos pela apreciação do Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores.

Está inscrita para uma intervenção a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Tem a palavra.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar o Sr. Presidente e toda a câmara, bem como desejar que esta legislatura corresponda às aspirações do povo açoriano e garanta o contínuo desenvolvimento dos Açores.

Tendo como princípio orientador a ideia de que a principal riqueza de uma região reside no seu povo e em especial nas crianças e jovens será intenção da Secretaria Regional da Educação e Formação investir fortemente no processo de ensino aprendizagem quer ao nível do ensino regular quer ao nível do ensino profissional, bem como na actividade e formação desportivas.

Após aproximadamente uma década de investimentos na criação de melhores infraestruturas e equipamentos julga-se ser este o momento de concentrar esforços na melhoria da qualidade do ensino, passando o enfoque da acção governativa do exterior para o interior da sala de aula.

Apesar de estarmos cientes que em educação os resultados só se evidenciam a longo prazo acreditamos ser possível aumentar gradativamente as competências de literacia do povo açoriano.

A descontinuidade geográfica dos Açores associada à pequena dimensão de algumas ilhas e à existência de elevados índices de analfabetismo há três ou quatro décadas atrás contribuíram para a presença de algumas assimetrias de resultados educativos entre a região, o continente português e a Europa.

A criação de programas de mobilidade entre jovens açorianos em torno de projectos de trabalho poderá constituir uma forma de minimizar os efeitos da insularidade.

Assim, urge actuar no sentido da aproximação dos jovens, oferecendo-lhes novas possibilidades de formação (fóruns de discussão, projectos de estudo e programas de mobilidade).

Uma das estratégias para combater o isolamento e o insucesso deverá passar pela implementação de um sistema de informação e comunicação entre escolas e entre estas e as principais bibliotecas, arquivos e museus regionais e nacionais.

O investimento na rede de informação e comunicação para além de potenciar a troca e a produção de saberes poderá, ao prever a ligação entre escolas e a administração educativa regional, facilitar a modernização dos serviços e a simplificação dos processos administrativos e pedagógicos das escolas. Se, por um

lado, esta iniciativa permite a criação de uma base de dados central promotora de uma gestão pró-activa do sistema educativo, por outro lado permite libertar o professor de tarefas administrativas e rotineiras que tradicionalmente o ocupam, permitindo um investimento mais profundo no processo de ensino.

A modernização dos equipamentos escolares, sobretudo no âmbito das tecnologias da informação e comunicação deverá ser acompanhada de uma adequada formação para os recursos humanos, garantindo-se, deste modo, uma eficaz rentabilização destes equipamentos ao nível do processo chave da escola, ou seja, no âmbito do ensino e da aprendizagem, bem como no que concerne aos processos de suporte, essenciais ao funcionamento da organização educativa.

Nesta legislatura irá investir-se na melhoria da qualidade educativa, apostando fortemente na consolidação do currículo regional, numa perspectiva de complementaridade com o currículo nacional. Neste sentido serão definidas temáticas e conteúdos programáticos que valorizem a identidade açoriana, salvaguardando a formação global dos jovens e a necessária apropriação da cultura e valores europeus. Esta medida será acompanhada da produção de recursos didácticos em diferentes suportes, os quais facilitarão a intervenção educativa dos docentes e valorizarão algumas das boas práticas já existentes nas escolas. Se por um lado o currículo regional pode funcionar como meio de autoconhecimento e de formação dos jovens açorianos, por outro lado servirá para projectar a nossa cultura para o exterior. Os recursos didácticos que se perspectiva produzir permitirão ainda divulgar os Açores junto de comunidades açorianas espalhadas pelo mundo. Neste contexto a literatura, a música, a arquitectura, a geografia, a vulcanologia poderão constituir algumas das dimensões a explorar. A transversalidade desta iniciativa poderá ir muito para além dos benefícios educativos e formativos, podendo mesmo funcionar como ferramenta de promoção turística e de abertura a novos contactos e parcerias.

Nesta legislatura, a construção do currículo regional passa também pela progressiva disponibilização gratuita de manuais escolares para as áreas curriculares do 1º Ciclo do Ensino Básico, à semelhança do que já acontece para o ensino do Inglês. Esta iniciativa permitirá uma maior coesão social, significando

para os encarregados de educação uma redução significativa das despesas anuais com a aquisição de materiais escolares.

Será ainda intenção deste governo aprofundar a integração do ensino artístico no ensino regular, promovendo-se precocemente o contacto das crianças com a expressão artística. Esta integração deverá ficar consolidada com a construção de um currículo artístico comum a todas as escolas que oferecem esta modalidade formativa.

Nesta legislatura reforçar-se-á as políticas educativas promotoras da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, bem como **a criação de uma plataforma informática para o ensino da língua gestual.** Esta iniciativa irá dotar os alunos e os professores de competências comunicativas essenciais ao desenvolvimento da acção educativa.

A universalização e a obrigatoriedade do ensino vieram confirmar a importância de se investir cada vez mais na formação profissional dos jovens. As escolas do ensino regular e as profissionais têm manifestado um esforço de oferta de cursos que permitem corresponder aos interesses vocacionais dos jovens e às necessidades de desenvolvimento económico da região.

A valorização dos cursos profissionais passa pela qualidade das entidades formadoras e dos currículos, mas também pela capacidade de integração dos formandos no mercado de trabalho. Neste sentido a administração educativa regional deverá trabalhar em estreita colaboração com o Observatório do Emprego, articulando as necessidades do mercado de trabalho com a oferta formativa e os currículos profissionalizantes.

Em todas as dimensões da intervenção da Secretaria Regional da Educação e Formação o contributo da Universidade dos Açores afigura-se fundamental. Assim, deverá reforçar-se a colaboração e o apoio entre esta instituição universitária e a Secretaria Regional da Educação e Formação, garantindo-se o estabelecimento de protocolos que visem a partilha e integração de saberes científicos e técnicos.

A avaliação da qualidade do sistema educativo passa pelo processo de auto-avaliação das escolas, já em curso, bem como pelo processo de avaliação externa das organizações educativas, a iniciar-se brevemente. Assim, **será preocupação deste**

novo governo investir nos processos de avaliação interna e externa das escolas. Ainda na vertente avaliativa considera-se que a avaliação do desempenho do pessoal docente, para além de dignificar a profissão e de reconhecer as boas práticas educativas poderá contribuir para a melhoria do processo educativo e consequentemente para o sucesso dos alunos.

A informação resultante destes processos avaliativos permitirá, com maior rigor, caracterizar o sistema educativo regional e definir as políticas educativas mais pertinentes para o futuro.

Considerando-se que a qualidade do desempenho docente é determinante para o sucesso educativo dos alunos vamos investir no desenvolvimento profissional dos professores, incrementando e diversificando a oferta formativa.

Apesar de sabermos que a qualidade do sistema educativo passa essencialmente pelo desenvolvimento profissional dos docentes e pela adequação dos currículos e de serem estas as nossas principais prioridades, queremos continuar a investir na renovação do parque escolar dos Açores, propiciando melhores condições de bemestar e de funcionalidade à comunidade educativa.

No âmbito das políticas desportivas pretende-se incrementar actividades de formação dirigidas aos jovens açorianos e promover a actividade física da população.

Assim, irá **investir-se na construção de infra-estruturas desportivas**, criando melhores condições para o desenvolvimento do desporto nos Açores. Neste contexto deverá assegurar-se o estabelecimento de parcerias com as autarquias, as escolas e o movimento associativo.

Apostar na alta competição, no desporto feminino e na formação de dirigentes desportivos, com vista a uma crescente melhoria de resultados deverá ser uma constante desta legislatura.

Tendo por base o cuidadoso planeamento estratégico e o trabalho desenvolvido na área da educação, ao longo das últimas legislaturas e, acreditando-se ser possível contar com a colaboração dos órgãos de gestão das escolas, dos professores, da comunidade educativa e das autarquias, este novo governo visa promover políticas educativas centradas na promoção de condições que contribuam para a

crescente qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo a igualdade de oportunidades, a coesão social e o desenvolvimento dos Açores.

Tenho dito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, nós, CDS/PP, queríamos saudar a intenção manifestada aqui pela Sra. Secretária de promover "a simplificação de processos administrativos e burocráticos na acção dos professores para que possam disponibilizar mais tempos para o que é importante". Pensamos que isto é um passo importante e revelador de boas intenções. Este passo corresponde parcialmente a uma das perguntas que enderecei ontem na minha intervenção ao Governo Regional. Como pretende o Governo Regional valorizar a profissão e as funções docentes?

Responde parcialmente, mas não integralmente por razões óbvias.

Lembro ainda que na minha intervenção de ontem deixei mais duas perguntas relativamente a esta matéria que gostaria, tanto quanto possível, de ver respondidas pela Sra. Secretária.

A senhora mencionou hoje as novas possibilidades de formação. O Programa do Governo advoga o desenvolvimento e generalização do ensino profissional.

Gostaria muito de saber se, relativamente à implementação do ensino técnico profissional nas Flores, o Governo tem já uma posição?

Finalmente, gostaria de perguntar ainda que medidas concretas tenciona o Governo Regional tomar para reduzir a flutuabilidade dos corpos docentes nas ilhas mais pequenas da Região promovendo assim a sua estabilização (é outro termo recorrente no programa do Governo) e os benefícios que são daí inerentes?

Obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a nova titular da pasta e em relação ao discurso que acabou de efectuar, também quero saudar essa sua convicção de que o problema do sistema educativo se resolve não só externamente, mas também melhorando a qualidade no interior das salas de aula – foi a expressão que utilizou.

Estou completamente de acordo em relação à forma como colocou essa questão.

Em relação ao combate à burocracia que o seu antecessor deixou, também acho que é algo meritório e fundamental.

Secretário Regional do Ambiente e Mar (Álamo Meneses): Essa fixação pelo secretário anterior...!

O Orador: Sr. Secretário, já vamos ter oportunidade de falar quando falarmos sobre ambiente. A educação já passou!

Secretário Regional do Ambiente e Mar (Álamo Meneses): Mas a si não passa!

O Orador: A boa educação nunca me passa!

Sra. Secretária, um dos problemas que o seu antecessor deixou (um problema grave!) é o currículo regional.

O currículo regional não funciona. O Sr. Secretário sabe isso e todos os que estão aqui e que pertencem ao sistema educativo também sabem.

Já existe há uma série de anos, mas do ponto de vista prático não funciona, porque tem todas aquelas aprendizagens desagregadas. Não há um enquadramento lógico e sistemático deste tipo de aprendizagem. Portanto, é algo que verifiquei e que quero reforçar, mas penso que o problema está no conceito.

Era muito mais fácil – sei que custa a aceitar as propostas de outros partidos, e o PPM há muitos anos defende isto – criar uma disciplina de história e geografía, com cultura dos Açores, com os ensinos agregados, com este tipo de aprendizagens agregadas, com uma estrutura lógica, e a partir daí tínhamos o problema resolvido.

Agora, a insistência do currículo regional da forma como ele está consagrado é uma enorme asneira.

Era apenas isto, Sra. Secretária.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

* Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar pela questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Rosa.

Relativamente à simplificação dos processos administrativos e burocráticos das escolas, a nossa intenção será criar uma base de dados de segundo nível que permita receber os dados das escolas, sobretudo a questão da gestão dos processos de alunos, porque essa parte está muito dispersa e há procedimentos diferentes em cada escola.

Simplificando este processo, libertará os professores de muitas tarefas que presentemente estão obrigados a efectuar e passarão já para a competência de outros ou dos próprios, mas de uma forma muito mais agilizada.

Ao nível das questões pedagógicas vamos procurar criar uma equipa (é nossa intenção e já estou a tratar disso) para articular algum do trabalho pedagógico que presentemente é pedido aos docentes ao nível de projectos de trabalho e que provavelmente com a criação dessa equipa formada por representantes de diferentes órgãos da escola, possamos perceber onde é que poderemos articular todo o trabalho pedagógico de uma forma mais consistente que permita dar uma melhor resposta à acção educativa.

Quanto ao ensino profissional precisamente na Ilha das Flores, segundo sabemos, já houve uma delegação da Escola Profissional das Velas, mas a inexistência de alunos em número suficiente inviabilizou presentemente a implementação desses cursos, mas será uma questão a ponderar, mesmo ao nível do ensino regular.

Portanto, não é propriamente a criação de uma escola, mas integrar no ensino regular a vertente profissional.

Quanto à estabilidade do corpo docente, temos presentemente 92% do nosso corpo docente fixo, digamos assim, que não pretende mudanças de escolas.

De acordo com os concursos e com os dados que temos, 8% dos professores mudam, mas como há possibilidade de ficarem durante 3 anos afectos àquela escola, isto

reduziu consideravelmente a instabilidade do corpo docente. Claro que ainda não é na totalidade, mas já evoluiu muito nos últimos anos.

Quando ao currículo regional, questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, provavelmente esta semana as escolas receberão material, uma ferramenta de avaliação, das experiências pedagógicas inovadoras que ao longo destes últimos 3 anos as escolas encomendaram.

Essas experiências terão que ser avaliadas. Praticamente 50% das escolas açorianas implementaram experiências nesse âmbito (o alargamento do horário escolar) e são experiências que necessitam de ser avaliadas para depois ponderarmos questões relacionadas com o currículo regional.

Relativamente ao alargamento do horário, sim ou não! Primeiro ciclo ou em todos os níveis de ensino. Portanto, isso será averiguado.

Há necessidade de repensar o papel da escola pública. O currículo regional investirá agora na produção de materiais didácticos que serão ferramentas de trabalho para o professor.

É difícil querermos que os docentes encontrem esses recursos por eles próprios. Portanto, a Direcção Regional da Educação, em parceria com a Universidade dos Açores e outras entidades, tendo em conta as boas práticas já existentes, irá trabalhar no sentido da produção desses recursos.

Também iremos valorizar o trabalho em equipa a nível do corpo docente, porque o isolamento dos professores não leva à partilha e à divulgação das boas práticas.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vos vou roubar muito mais tempo.

Queria apenas agradecer a disponibilidade da Sra. Secretária para nos responder e queria também dizer-lhe que 92% dos docentes da nossa Região estão fixos neste momento, mas não temos maneira de medir se não pretendem mudar ou se não podem mudar por estarem afectos ao regime dos 3 anos.

De qualquer maneira, todos sabemos que a grande parte desses docentes estão nas ilhas grandes, nas escolas de maior dimensão.

Nas ilhas mais pequenas há muita flutuabilidade dos corpos docentes. A lei dos 3 anos foi um passo em frente na fixação de corpos docentes, mas penso que devíamos ir mais além, porque continua a haver muita gente que interpreta esses 3 anos como um sacrifício para depois se poderem relançar para um sítio da sua preferência ou aproximação à residência.

Nós vamos propor, e posso já anunciar, que se crie uma prioridade com um número superior de anos, exactamente para beneficiar as pessoas que querem efectivamente viver e trabalhar nas ilhas mais pequenas e não podem. Não são muitos, mas há alguns. Há outras pessoas que estão a ocupar o lugar que eles poderiam estar a ocupar e contrafeitos e contrariados com as cargas negativas inerentes a isso, passam obviamente para os alunos.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

* **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostei muito de ouvir falar aqui a Sra. Secretária da Educação e Formação quando disse que iria promover nas escolas o trabalho em equipa.

A senhora chegou há relativamente pouco tempo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): E o senhor está aqui há anos!!!

O Orador: Estou na educação, Sr. Secretário, há 17 anos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): E a Sra. Secretária também!

O Orador: Já lá vamos. Somos da mesma idade, mas deixe-me acabar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Então é um jovem!

O Orador: Somos todos jovens. A juventude está na cabeça, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Bem-vindo à minha juventude!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este sistema de avaliação que foi proposto nas escolas, de algum modo, promove o individualismo.

Há instabilidade nas escolas e esta instabilidade, que tem a ver também com uma burocratização muito grande do sistema de avaliação, promove o individualismo.

A minha questão é saber de que forma a Sra. Secretária vai dar a volta a isso? Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

* Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da avaliação, de acordo com a auscultação que foi efectuada aos órgãos de gestão das escolas, aos próprios docentes, aos avaliadores e aos sindicatos, estamos a proceder à introdução de alguns reajustes no sentido do aperfeiçoamento do próprio modelo de avaliação, tendo em vista uma melhor operacionalização de todo o processo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bem-vinda ao clube, Sra. Secretária!

A Oradora: Houve uma questão muito criticada que tinha a ver com o formulário de avaliação, que se prendia com um parâmetro relacionado com desenvolvimento profissional e investigação.

Nós retirámos (não vou entrar aqui em aspectos específicos do trabalho que está sendo efectuado) esse ponto e substituímo-lo por outro que faz todo o sentido, de acordo com as suas palavras, para o trabalho em equipa, a divulgação das boas práticas e a partilha. Esse será um dos aspectos que já introduzimos na grelha, no modelo de avaliação.

Isto vai valorizar o trabalho em equipa e reduzir o individualismo como referiu.

Julgamos que não há modelos de avaliação perfeitos. Se conhecerem algum agradecia que apresentassem aqui.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas há uns melhores do que os outros!

A Oradora: Qualquer modelo é susceptível de críticas e qualquer mudança provoca naturalmente resistências.

Há estudos efectuados que confirmam que, num processo de mudança, 20% das pessoas aderem, são pessoas com alguma abertura e com espírito de iniciativa; há outro grupo também constituído por 20% que nunca aderem, que vão resistindo permanentemente até ao fim e sabemos que essas pessoas existem, e os outros 60% vão aderir.

Este processo, como é um processo novo...

Deputado João Costa (PSD): Um processo de desgaste!

A Oradora: ... causa resistência.

Essa resistência é natural. Sabemos que é natural que isso aconteça.

Contamos presentemente com 20% que já estão a aderir. Há escolas que já estão a desenvolver o processo e até pedem que ele não seja interrompido.

Há outras escolas que resistem. Também é natural, são os tais 20% e os outros 60% irão fazendo o percurso, a caminhada, e é natural que assim aconteça.

Nós acreditamos no modelo, porque ele está articulado com o perfil de desempenho que o Estatuto da Carreira Docente, no artigo 53°, define.

O perfil de desempenho do docente envolve 4 dimensões:

- social e ética;
- ensino e aprendizagem;
- participação na escola e a relação com a comunidade educativa;
- desenvolvimento profissional.

O eixo estruturante do modelo envolve estas 4 dimensões.

O relatório que se pede aos docentes é tendo em conta estas 4 dimensões. O formulário de avaliação, as referidas grelhas, também estão articuladas com isso.

Portanto, há toda uma lógica estruturante do modelo que não pode ser posta em causa, porque acreditamos nela. Porquê? Porque qualquer modelo de avaliação tem que ter um referencial. Temos que avaliar, mas temos que perceber qual é o nosso referencial de avaliação.

No modelo que temos o referencial está definido e está articulado com o Estatuto. A lógica está correcta.

O que se pede aos docentes é apenas que façam o relatório, preencham a autoavaliação do formulário que consta de 4 páginas e que apresentem comprovativos da formação contínua.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): E fotografias, serve?

A Oradora: Não vamos entrar em questões técnicas,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não responde!

A Oradora: ... porque os avaliadores já receberam avaliação. Demos formação a mais de 500 avaliadores, pelo que neste momento não vamos entrar por aí.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só mais um minutinho, porque a intervenção do nosso colega Rui Ramos tocou noutro ponto obviamente sensível e ao ouvir a sua resposta, Sra. Secretária, fiquei de veras intrigado com a história da resistência ao modelo e das estatística dos 20% e dos 60%.

Gostaria de saber se esses dados são oficiais, se são do Instituto Nacional de Estatística, ou de outra entidade qualquer?

A questão da avaliação e do estatuto obviamente terão outro âmbito de discussão que não neste momento, até por manifesta falta de tempo, mas queria deixar aqui uma notinha.

Fala-se na avaliação do pessoal docente como se ela não existisse ...

Deputada Graça Teixeira (*PS*): Não é verdade, Sr. Deputado.

O Orador: ... antes e tivesse sido inventada agora. É uma falácia tremenda.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que todos nós queremos saber, e quando digo nós, não me refiro aos professores ou só aos deputados desta casa, mas a toda a sociedade em geral, é o porquê da mudança?

Em que é que este novo modelo de avaliação é superior ao seu antecessor?

Essa pergunta tem que ter uma resposta.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

* Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O anterior modelo limitava-se à elaboração de um relatório para mudança de escalão.

Portanto, era um processo mais administrativo do que formativo.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não, Sra. Secretária!

A Oradora: Este modelo da forma como está articulado aponta para níveis de desempenho precisos e que são estimulantes para o desenvolvimento profissional dos docentes.

Portanto, a vertente formativa neste modelo está evidente.

O processo entre avaliador e avaliado, o processo formativo das escolas que já experimentaram implementar o modelo, resultou muito proveitoso para ambas as partes. Portanto, é um modelo de avaliação mais interactivo e que permite uma melhoria contínua dos docentes, enquanto que o outro limita-se à entrega de um documento que era lido e arquivado na escola.

Agora, pede-se muito mais do que isso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito mais!

A Oradora: Até para o próprio docente há outros beneficios a nível pecuniário e a nível de progressão...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pecuniário?!

A Oradora: Sim, sim. Há! Leiam o estatuto que vão encontrar os efeitos do excelente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sra. Secretária, não tenho mais tempo para continuar. Desculpe!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

* **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é propriamente um esclarecimento, mas um elogio à intervenção da Sra. Secretária na apresentação do Programa do Governo para realçar aspectos que os Srs.

Deputados não se ativeram, não tiveram em consideração, aquando da intervenção da Sra. Secretária.

A Sra. Secretária falou nas novas práticas que pretende implementar nesta legislatura e há aqui a realçar algumas que para mim são essenciais e merecem destaque.

A Sra. Secretária falou na promoção da transversalidade através de vários instrumentos por ela citados, que pretendem articular a parte cultural com a educacional e com toda a sociedade. Há a destacar isso através dos vários processos que ela falou.

Também falou na introdução da educação artística para promoção de uma inclusão cada vez maior de todas as crianças e jovens que ao longo das políticas tidas anteriormente se conseguiu trazer para o sistema educativo regional e que estavam fora da escola.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é mais uma forma nova, é uma nova abordagem para todo este processo, para a continuidade da melhoria do nosso sistema educativo.

Deputado Rui Ramos (PSD): O problema são os meios!

A Oradora: Parece que os Srs. Deputados não ouviram que se vai centrar no modelo de aprendizagem, trazer para o interior, agilizar processos, para valorizar este mesmo processo.

Ainda há aqui a valorização da auto-competição e do desporto, como uma forte prevenção primária a comportamentos que depois na adolescência e na juventude, trazem também grandes preocupações ao nível da sociedade.

São tudo aspectos que a Sra. Secretária falou, entre muitos outros, que os Srs. Deputados não tiveram a preocupação de realçar e que não podia deixar de destacar do discurso, da apresentação da Sra. Secretária Regional nesta nova legislatura. Parece que vamos ter desafios muito interessantes ao nível da educação e da formação nestes próximos 4 anos.

Lamento que os Srs. Deputados se tenham centrado em aspectos que a devido tempo, como o Governo já disse, vão estar nesta casa num debate esmiuçado sobre o modelo de avaliação.

O modelo de avaliação, Srs. Deputados, não é a comunidade educativa. O modelo de avaliação não constitui o novo sistema educativo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Pode pôr tudo em causa!

A Oradora: O modelo de avaliação é um factor, é uma variável dos senhores professores. Não é tudo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma variável, mas há outras!

A Oradora: Aqui a questão é uma visão estratégica da educação e não apenas cada uma das suas variáveis.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu não vos vi preocupados, Sr. Deputado Aníbal Pires, com essas outras variáveis.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou muito preocupado!

A Oradora: A questão agora é a estratégia, é a visão total.

Obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

Deputada Graça Teixeira (*PS*): Exmo. Senhor Presidente ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me Sr. Presidente que me honre por poder pertencer a este grupo, poder dignificar o cargo público em que fui investida e, espero eu, com o meu trabalho e empenho honrar o Parlamento Açoriano com verdadeiras discussões de ideias e políticas construtivas – como tem sido o apanágio do nosso Governo Socialista, e desta Assembleia.

É, em todos estes momentos de reflexão que sentimos orgulho na revisão do que foi feito e uma vontade muito grande de encarar o futuro com a consolidação dos aspectos positivos e a coragem de ousar e desbravar novos caminhos. É por isso que aqui estamos todos. Quero assim cumprimentar e saudar na pessoa do Sr. Presidente

da Assembleia todos os Srs. Deputados e ainda manifestar, com grande ênfase, a minha total lealdade para com o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e restantes membros do seu governo para que possam ser cumpridas e concretizadas as políticas programáticas sufragadas expressivamente pelo povo açoriano.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já houve dias melhores!

A Oradora: Desculpem, Srs. Deputados. O PS venceu em todas as ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já houve dias melhores!

A Oradora: Desculpem. Estou numa intervenção de tribuna e acho que o mínimo que se pode exigir é que me respeitem como vos respeito quando estão no uso da vossa palavra.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Os apartes são regimentais!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A educação deverá ser a primeira prioridade, como tem sido, das políticas públicas de qualquer governo e disso o programa deste X Governo Regional não foge à regra. Tal exigência continua a ser o resultado da consciência de que o atraso acumulado ao longo de décadas só poderá ser superado com um esforço da sociedade e o empenho de todos os seus intervenientes. O desenvolvimento da educação e da formação, o progresso nas qualificações dos cidadãos e a aposta nas pessoas exigem um forte compromisso da sociedade. É ainda consensual que o ensino de elevada qualidade e a formação ao longo da vida trazem benefícios multifacetados que superam a criação de postos de trabalho e a promoção da competitividade – é neste sentido que teremos que continuar a investir nesta legislatura.

A sociedade do conhecimento e da aprendizagem, na região, está a constituir-se num processo que tem obrigado: à melhoria de qualidade da educação básica, na lógica da criação de uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania consciente; à expansão e diversificação da formação inicial dos jovens com a criação de um ensino secundário que prepara melhor para a vida activa, apostando na qualificação, na

relevância das formações — **cursos tecnológicos e profissionais variados** — na produtividade e elevada empregabilidade das novas gerações; à promoção de uma autêntica aprendizagem ao longo da vida, na lógica da educação permanente e do reconhecimento das aprendizagens adquiridas (Centros de Validação/Reconhecimento de Competências, que tantos conhecem), bem como à criação de condições para o desenvolvimento da sociedade da informação que tem permitido esbater as barreiras de comunicação e de mobilidade, características da realidade insular.

As rápidas e profundas transformações que a sociedade vem sofrendo exigiram, da parte do nosso sistema educativo e das escolas da nossa região, uma permanente atitude de actualização e renovação — " A Educação é - e será sempre - um desafio dinâmico que obriga a uma constante revisão dos objectivos políticos e das medidas concretas".

É neste sentido que a educação, como primeira prioridade, se deve adequar às exigências do desenvolvimento humano numa região, num mundo e numa Europa em que a mobilidade e a complexidade caracterizam as relações sociais e em que a inovação e o conhecimento são factores essenciais do progresso.

Educação para todos, construção de uma sociedade educativa ou de aprendizagem, valorização da formação ao longo da vida e da relevância dos conhecimentos, educação básica de qualidade e ensino secundário com maior ligação à vida activa, ensino superior para o maior número de pessoas e nas melhores condições, forte aposta no rigor científico, nas tecnologias e nas artes — eis alguns dos pontos fundamentais para os quais temos que continuar a dar resposta, **aperfeiçoando as práticas.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa sociedade em constante mudança a Escola fica, assim, sujeita a enormes expectativas, expectativas essas que devem ser encaradas sempre do lado do pensamento positivo e da acção crítica. É necessário continuar a fomentar:

- a igualdade e promoção de competências para todos;
- a cidadania e solidariedade de todos para todos;
- e agir com eficácia numa situação de maior tensão.

Partindo de níveis baixos de qualificação, a região está hoje confrontada com a exigência de continuar o esforço significativo da última legislatura — quer continuando a apostar na rede regional de educação pré-escolar, que permitiu um aumento na pré-escolarização, quer na valorização dos ensinos básico e secundário e expansão e consolidação do ensino superior, na valorização das carreiras docentes, na formação contínua de professores e **na concretização de uma cultura de avaliação** quer institucional, quer relativamente à docência, aos conhecimentos e às aprendizagens dos alunos. Como exemplo, citarei as conclusões do Relatório Mckinsey relativamente aos países com melhores resultados e que foram avaliados pelo PISA, como já aqui alguns Srs. Deputados referiram (este estudo visa comparar, por exemplo, as competências Científicas dos alunos Portugueses da faixa etária dos 15 anos na OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) Canadá, Finlândia, Japão, Singapura e Coreia do Sul, e que têm semelhanças em vários aspectos, a saber:

1º passo contrataram os melhores – "a qualidade de um sistema educacional não pode superar a qualidade dos seus professores" – a qualidade dos professores exerce a maior influência sobre o desempenho dos alunos (a maioria dos sistemas escolares não se esforça para seleccionar os melhores);

- 2º o paradoxo da turma pequena, parece haver pouca ou nenhuma correlação entre o tamanho das turmas e as realizações educacionais;
- 3º os melhores profissionais a Coreia do Sul contrata professores de ensino básico entre os 5% de formandos com melhor desempenho nos seus cursos, Singapura e Hong Kong entre os 30% e, na prática, estes países pagam salários não superiores à média; limitam sim o acesso aos cursos via ensino. Nestes países o ensino é uma profissão de status elevada porque é altamente competitiva;
- 4° a competição como motivação a Coreia do Sul demonstra como os dois sistemas produzem resultados diferentes. Os professores do ensino básico só podem ser formados em 12 universidades pré-seleccionadas. A admissão requer notas altas e o número de vagas é racionado de acordo com o número de lugares disponíveis nas escolas. Em contraste, os professores de escolas secundárias podem obter os seus diplomas em qualquer universidade do país, com critérios de selecção menos

apertados, gerando excesso de professores qualificados neste nível de ensino. Daí que o status profissional neste nível de ensino seja menor e todos preferem o "esforço" de entrada no básico, ou seja, a aposta no ensino básico é fundamental. A conclusão parece ser a de que a admissão aos sistemas de formação de professores precisa de ser difícil e não fácil;

5°- formação de professores – Singapura prevê 100 horas de formação/ano aos seus professores e aponta professores veteranos para supervisionar o desenvolvimento profissional em cada escola. No Japão e na Finlândia, grupos de professores visitam as turmas de colegas e planificam aulas em conjunto, isto ajuda a difundir as ideias. Citando um educador "quando um professor norte-americano brilhante se reforma, quase todos os planos e práticas das aulas que desenvolveu também são reformados. Quando um professor japonês se reforma, deixa um legado."

6° - sistemas de avaliação de alunos — a pesquisa efectuada pela empresa McKinsey é neutra quanto à utilidade do método, apontando que, embora Boston teste todos os alunos anualmente, a Finlândia abriu mão dos exames nacionais. De maneira semelhante, escolas na Nova Zelândia e na Inglaterra são testadas a cada três ou quatro anos, e os resultados são divulgados em público, enquanto que a Finlândia, líder mundial na educação, não tem processo formal de revisão e mantém sigilo sobre o resultado das suas auditorias informais, reflectindo e discutindo internamente as falhas ou sucessos.

7° - reforço – existe um padrão quanto ao que os países fazem quando os alunos e as escolas começam a falhar. Os países de melhor desempenho não hesitam em intervir, e o mais cedo possível. Em cada ano, um terço dos alunos finlandeses recebe educação suplementar em sessões individuais. Singapura oferece aulas adicionais aos 20% de alunos com desempenho mais fraco, os professores ficam, ocasionalmente por horas, na escola a fim de ajudar os mais fracos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há modelos perfeitos e muito menos o que resulta em determinado sistema ou país não pode ser transponível, sem mais, para outra realidade e outro contexto, no entanto, entenda-se, desta forma, que à lógica do sistema abstracto se contrapõe hoje, a reflexão em contexto e a perspectiva da escola como espaço de relação, de

aquisição de conhecimentos e transmissão de saberes, de compreensão, de tolerância e respeito mútuo.

Não podemos ignorar que estamos actualmente a viver um momento de alguma crispação no ensino. O governo, talvez o mais reformista no âmbito da educação, introduziu profundas alterações ao funcionamento das escolas, tomando medidas que os docentes sentiram como gravosas em relação às condições concretas em que actuavam: aumento de tempo de trabalho dos docentes nas escolas; alteração no estatuto da carreira docente; alteração ao estatuto do aluno; modificação da legislação sobre gestão e administração das escolas; etc.

Se algumas das medidas legislativas foram aceites sem grande contestação, como a introdução de regras mais claras sobre formação contínua dos docentes (todos sabemos que a formação contínua nem sempre se dirigia às necessidades concretas dos professores, das escolas e dos alunos), autonomia e gestão administrativa, algumas vieram criar um clima de algum descontentamento e de agitação nas escolas. A questão central parece colocar-se ao nível da quantidade de alterações num tão curto espaço de tempo e o nível das implicações para a vida dos docentes que decorreram dessas reformas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso, Sra. Deputado!

A Oradora: Sim, sim, Sr. Deputado. "Roma e Pavia não se fizeram num só dia", mas também é necessário contrapor que as mudanças têm que se dar com alguma ruptura, pois citando Churchill " Isto não é o fim, nem mesmo o princípio do fim ... isto é o fim do princípio".

As sucessivas alterações legislativas têm criado "algum ruído" que infelizmente os professores entenderam como o retirar-lhes a autoridade tão necessária à sua acção enquanto educadores.

Continuando a caminhar para a valorização da diversidade de contextos escolares,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É só equívoco, Sra. Deputada! Está equivocada!

A Oradora: ... promovendo a liberdade de actuação dos professores, pais, autarquias e outros agentes locais, com projectos educativos próprios e, concomitantemente, respeitando o princípio da subsidiariedade, concedendo sempre autonomia e liberdade de actuação às escolas,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Quando dá jeito!

A Oradora: ... levará os profissionais docentes a valorizar e a acreditar na sua capacidade de acção e de melhoria da qualidade na educação. Valorizando os recursos humanos, neste quadro de responsabilização, possibilitará a todos uma evolução positiva mais concertada.

O governo está atento e tem consciência de que ser-se professor, hoje, é um desafio constante às capacidades destes profissionais, ao seu bom senso e à sua paciência. Ser-se professor, hoje, é muito mais do que o "indivíduo que professa o ensino de uma ciência, arte ou língua"; é-lhes também atribuído o papel de educadores, devido ao pouco envolvimento familiar, às mudanças que se estão a dar na sociedade, aos conflitos que se vivem... Esta é, de facto, uma profissão vocacionada para a mudança e é isso que se tem pedido aos professores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Grande diálogo!!!

A Oradora: Com diálogo, cooperação e crítica construtiva estamos em crer que seremos capazes de levar para a frente este aliciante desafio – reforçar o papel do professor e o seu estatuto social!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade que a escola tem manifestado alguma dificuldade em lidar com a "heterogeneidade social e as desigualdades", porque ainda não soube criar "oportunidades apropriadas de desenvolvimento integral para cada um e para todos". Um problema de tão vasta dimensão só pode ser resolvido com o apoio de todos os intervenientes no processo educativo, é preciso que toda a sociedade civil se agregue, apoiando, na diversidade das suas intervenções, a escola, para que ela possa, então, cumprir o seu importante papel social: fazer com que todos os jovens completem uma escolaridade de excelência, condição primeira da cidadania.

Estruturar, transmitir, ajudar a adquirir os saberes fazem parte da função-chave da escola. Os saberes resistem a entregar-se quando nos aproximamos deles demasiado depressa, ou prematuramente. É necessário saber-se já muito para poder aprender mais. A autonomia das escolas é um caminho e uma das grandes responsabilidades ao alcance de todas as unidades orgânicas da nossa região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos convencidos que a questão do acesso à formação e ao saber permanece mais essencial que nunca. Os lugares tradicionais da formação e do saber, mas também a internet e seus derivados, os portais e bancos de dados, os centros de recursos, a rádio e a televisão e as inumeráveis redes de permuta, colocam, pelo menos em teoria, todos os saberes do mundo ao alcance da nossa mão. Torna-se importante a sua identificação, quais são os pertinentes num dado momento e para um determinado grupo por forma a facilitar e a agilizar os processos.

A formação, produtora de competências, deverá inserir-se mais directamente no posto de trabalho. Não apenas porque se redescobre as virtudes dessa formação e também porque se quer "fazer entrar a formação na vida e a vida na formação". É importante validar competências adquiridas pela experiência (RVC- Centros de Validação/Reconhecimento de Competências), nomeadamente numa lógica de certificação, este processo apresenta-se como uma via de pleno acesso a títulos e diplomas permitindo uma dispensa parcial ou total do ensino ou formação prévias e que deverão ser reconhecidos com a mesma dignidade.

Fazer progredir os direitos e as capacidades de acesso ao conhecimento ao longo da vida é repartir de uma forma que se espera mais equitativa a herança cultural das gerações passadas; é também facilitar a abertura aos patrimónios materiais e imateriais criados pelo progresso das artes e ofícios, pelos avanços das ciências e das técnicas. Em suma, melhorar as relações de cada um com o conhecimento é enriquecer as entidades individuais e, assim, o próprio exercício da cidadania.

Por tudo isto deveremos continuar a criar um clima cultural que aposte na educação de todos e ao longo de toda a vida como sendo o maior investimento que podemos fazer para virmos a ter um futuro melhor e uma sociedade mais justa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo num quadro menos optimista, nada nos poderá demover e continuaremos a encontrar na missão política valores nobres e desafios estimulantes legitimados democraticamente pelo povo açoriano, acreditando, sempre, nos profissionais competentes que estão nas nossas instituições, ajudando os mais jovens, os alunos, a continuarem a obra de construção de uma comunidade mais justa, mais autónoma, mais responsável, mais cooperativa e, de certeza, mais feliz!

Terminaria citando René Char (Les matinaux) "se a tempestade permanentemente me queima as costas, a minha onda ao largo é profunda, complexa, prestigiante. Não espero nada de definitivo, aceito gingar entre duas dimensões desiguais. No entanto os meus sinalizadores são de chumbo e não de cortiça, o meu rasto é de sal e não de fumo."

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada Graça Teixeira.

Aproveito para informar os Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo que, à semelhança do que é praxe e deliberado em conferência de líderes na anterior legislatura, creio que ao nível dos pedidos de esclarecimento é útil, para os racionalizarmos, que se volte a adoptar a seguinte praxe:

Terminada a intervenção de tribuna, todas as Sras. e Srs. Deputados que pretendam solicitar esclarecimentos devem fazê-lo logo no início do debate ou logo a seguir à intervenção a respeito da qual esses esclarecimentos serão pedidos, com excepção, dos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares que poderão solicitar esclarecimentos a todo o tempo e, no caso do Governo Regional, com excepção do Sr. Presidente do Governo e do Membro do Governo com competência em matéria de assuntos parlamentares.

Eu creio que é uma prática que já tínhamos adoptado. É uma prática que racionaliza o debate. Como não tinha dito antes, não usei no debate até agora realizado, mas procederemos a partir de agora assim, porque penso que será melhor.

Neste caso e a respeito desta intervenção creio que não há pedidos de esclarecimentos.

Sendo assim, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início desta legislatura cumprimento V. Exa. Sr. Presidente, desejando-lhe o maior sucesso no desempenho das suas altas funções, cumprimento que também é extensivo às Sras. e Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo Regional.

Uma das poucas novidades do Programa do X Governo Regional na área da Educação é reconhecer que, ao fim destes anos, subsistem ainda problemas estruturais no nosso sistema educativo. Mas essa enumeração genérica, só dá, depois, lugar à especificação de um desses problemas: o que resulta dos maus resultados dos alunos dos Açores no relatório PISA 2006, que se centrou nas competências científicas dos estudantes. Convém recordar que os resultados obtidos no estudo PISA permitem monitorizar, de uma forma regular, os sistemas educativos em termos do desempenho dos alunos, procurando medir a capacidade dos jovens de quinze anos para usarem os conhecimentos que têm, de forma a enfrentarem os desafios da vida real, em vez de simplesmente avaliar o domínio que detêm sobre o conteúdo do seu currículo escolar específico.

Nesse estudo de 2006, Portugal obteve um modestíssimo resultado (37.º lugar em 57 países) e os Açores ficaram com o incómodo troféu de serem os piores de Portugal, onze pontos abaixo da média nacional.

Face a este quadro, o Programa do X Governo Regional assume como prioridade "que se definam os novos objectivos específicos que é necessário alcançar-se para que problemas como aqueles que foram revelados pelo PISA 2006 sejam progressivamente ultrapassados".

Estamos de acordo com o postulado. Mas temos óbvias discordâncias em reduzir os problemas estruturais que persistem no sistema educativo dos Açores apenas aqueles que foram revelados pelo estudo PISA. E temos também sérias dúvidas que a explicação para aqueles problemas se relacione apenas com "a descontinuidade geográfica" ou com a "insuficiência de massa crítica".

E temos ainda mais dúvidas sobre a adequação das medidas preconizadas ao problema existente. Com efeito, pretender centrar a resolução dos problemas detectados no estudo PISA, por exemplo, na construção de "uma rede de informação em linha que integre todas as escolas da Região", ou em "possibilitar o acesso directo, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos

catálogos de todas as bibliotecas e arquivos e museus regionais" parece-nos ser uma pura ilusão. Independentemente da bondade *per si* destas medidas, a sua execução pressupõe na generalidade dos alunos uma motivação acrescida pelo acto de aprender, um gosto continuado pela investigação, uma disponibilidade para o esforço, que estão claramente desenquadrados daquela que é a mentalidade actual que se impôs nas escolas, particularmente na escolaridade obrigatória, onde cada vez mais a maioria dos alunos apenas se dispõe aos mínimos necessários para transitar, vítimas primeiras de um sistema que não só incentivou, como permite e lhes impregnou a ideia de que não é preciso fazer muito para passar de ano.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sem se alterar este quadro, sem se mudar a mentalidade subjacente ao funcionamento actual da escolaridade obrigatória, as medidas que agora se contemplam no Programa de Governo para combater os problemas revelados pelo estudo PISA não passam de aspirinas no tratamento de uma grave doença.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Outro problema que ultrapassa o que foi detectado pelo estudo PISA, tem a ver com a implementação dos chamados Itinerários da Educação Básica nos Açores, que, em vez de ser uma resposta excepcional para casos excepcionais, está a generalizar-se de forma preocupante, criando verdadeiros guetos nas escolas, focos constantes de indisciplina e, sobretudo, empurrando muitos alunos para uma situação da qual muito dificilmente conseguem sair. Este é já um problema estrutural nas nossas escolas, para o qual se exigem respostas, e que passa ao lado das preocupações do Programa de Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo no sector da Educação materializa um projecto de continuidade, cuja legitimidade democrática respeitamos, mas do qual discordamos em vários aspectos.

Por outro lado, este Programa de Governo na área da Educação, é a transposição fiel e completa do programa eleitoral do Partido Socialista, com uma pequena mas muito significativa alteração: no objectivo 3, foi introduzida uma nova medida – "Valorizar a profissão e as funções docentes".

Tomamos esta cirúrgica novidade como um sinal de mudança nas práticas futuras da tutela da Educação. Sabemos que as novas responsáveis desta área conhecem a realidade das nossas escolas,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... conhecem bem as razões da desmotivação e do descontentamento da classe docente e sabem muito bem aquelas que são as impossibilidades práticas e as incongruências do actual Estatuto da Carreira Docente e do sistema de avaliação dos professores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta constatação foi, aliás, reforçada ontem pelas palavras do Sr. Presidente do Governo que acabou por vir ao encontro das preocupações e das propostas que na Legislatura passada o PSD aqui apresentou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Tarde é o que nunca chega!

O Orador: E porque assim é, responsabilidades acrescidas terá a nova equipa da Educação na boa resolução destas questões, que não se resumem obviamente a minudências, mas que são estruturantes e fundamentais no bom desempenho de todo o sistema educativo.

Termino com o que aqui disse há quatro anos, com o mesmo sentido, mas nesta conjuntura com um significado acrescido:

"Não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso se nelas os professores não se revêem nem se sentem implicados."

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o capital de esperança com que a renovada equipa da Educação parte. Para o bem do nosso sistema educativo, fazemos votos que não o desbarate.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Exactamente porque o desafio da Educação é sempre um desafio dinâmico; exactamente porque temos a consciência de que os grandes problemas da Educação serão sempre problemas abertos e em resolução; exactamente porque sabemos que todas as vezes que em Educação se julga atingir o objectivo pretendido, um novo mais exigente e mais audacioso se perfila no horizonte, exactamente por tudo isso, é que não conseguimos evitar o sentimento de desilusão na avaliação do actual Programa de Governo. Há nele uma contemplação estática na bondade da obra feita...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e um conformismo de fim de ciclo nas medidas que prevê.

Não nos convence e sabe a muito pouco numa área que é crucial para o futuro dos Açores.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Costa Pereira.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Estão inscritas as Sras. Deputadas Graça Teixeira e Cláudia Cardoso.

Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

* **Deputada Graça Teixeira** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fácil dizermos que os resultados eram bons antigamente quando não tínhamos todos os alunos na escola.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Uma escola elitista, à partida, não poderá ser comparável com nada.

Quando partimos de resultados e de princípios em que à escola só iam os melhores, Sr. Deputado, hoje estamos a falar de um processo que teve que ser muito bem feito, de um caminho que teve que ser percorrido em 12 anos e que foi muito bem percorrido.

Eu falo com experiência. Tal como o colega Deputado aqui quis trazer a sua experiência, também posso trazer a minha experiência, mas não vamos por aqui, não é isso que quero dizer nem é por aí que quero ir.

A escola tinha 30% ou mais de alunos em abandono escolar, ou seja, os alunos não iam à escola.

Neste momento, sabemos que temos que aperfeiçoar práticas (temos, sim!) e as práticas é na educação, que está sempre em construção.

Os alunos estão na escola e para mal das nossas escolas, não souberam ajustar-se a estas novas realidades.

Deputado Rui Ramos (PSD): O problema está aí!

A Oradora: É muito fácil, Srs. Deputados, ensinar e ser-se bom professor quando se tem bons alunos. Nada mais fácil!

A dificuldade está, sim, em conseguirmos ser bons professores, termos boas escolas com todos lá dentro...

Deputado Rui Ramos (PSD): São precisos meios!

A Oradora: ... oferecendo estratégias...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

... oferecendo respostas. Temos oferecido esses meios e temos trabalhado nesse sentido, desde a construção de melhores escolas, à melhor qualidade aos nossos alunos. Temos das melhores escolas do país e que se podem comparar com as melhores escolas de outra região.

Deputados Rui Ramos e António Pedro Costa (PSD): Do mundo!!!

A Oradora: Sim, Srs. Deputados. Temos agora que investir e que responsabilizar cada um dos profissionais, especialmente os professores, nesta qualificação, nesta realidade e neste desejo premente de conseguirmos...

Deputado Rui Ramos (PSD): E a responsabilização dos alunos onde é que fica?

A Oradora: A responsabilização dos alunos está aí também. São pessoas e cabe aos senhores professores, que são adultos, ajudar a construir e a responsabilizar.

Deputado Gaspar Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Todos sabemos que não é fácil estudar, não é fácil criar hábitos e não é fácil pedir isto tudo ao mesmo tempo, porque todos sabemos que há realidades diferentes em cada contexto familiar.

Todos sabemos que é fácil pedir e exigir àqueles que podem, mas ainda não encontramos varinhas mágicas de condão que nos dissessem "aprende e porta-te bem!".

Deputado Gaspar Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: É este o grande desafio e é o desafio dos professores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

* **Deputada Cláudia Cardoso** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também para participar com gosto neste debate, desde logo para aplicar à intervenção do Deputado Costa Pereira aquilo que ontem um outro deputado da sua bancada disse naquela tribuna: o senhor limitou-se a fazer um *copy/paste* de outras intervenções passadas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: É pena, porque pelo menos desta vez, senão já das outras, o *copy/paste* não se aplica, ou seja, o que disse sobre este programa do Governo não corresponde à verdade.

O que acontece, Sr. Deputado, é que este programa do Governo altera profundamente aquilo que tinham sido anteriores programas do Governo do PS, aquilo que até foi a prática em termos discursivos do próprio Partido Socialista na medida, e com sentido, em que nós, pela nossa acção conseguimos neste momento ultrapassar muitos daqueles que eram os nossos constrangimentos infra-estruturais.

Portanto, já não precisamos vir com um programa do Governo que investe e que insiste naquilo que nós, pela nossa acção meritória, já resolvemos.

O que temos hoje na Região é um parque escolar de infra-estruturas muito boas, em alguns casos excelentes mesmo, e que nos faz ter um programa do Governo renovado, que obedece a um novo paradigma, um paradigma que investe no entrosamento entre o sector da educação e os sectores da economia, no entrosamento e na capacidade de uso e de aprofundamento das tecnologias da informação e em novas áreas que até aqui não explorámos, não pudemos explorar, porque tínhamos outras prioridades.

Devo dizer que, em matéria de património da educação, não devemos nada a ninguém.

O Partido Socialista tem sido, no país e também nos Açores e seguramente mais nos Açores, um partido que tem investido muito em educação.

Ainda nos lembramos bem (temos boa memória!) do que foi o célebre concurso de professores da coligação PSD/PP, em que vimos os professores serem colocados à mão.

Isto nunca aconteceu connosco!

Portanto, estamos de consciência perfeitamente tranquila nesta matéria, Srs. Deputados, e a direita não nos dá lições neste sector.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é um sinal da vossa inconsciência!

A Oradora: Gostava também de elogiar aqui, na pessoa da Sra. Secretária e todo o Governo, aquele que é, do meu ponto de vista, um programa de Governo no sector da educação inovador, assertivo e que recoloca a educação num patamar novo. É que aqui, para os deputados que estão pela primeira vez, passámos anos a discutir o betão, a discutir o cimento, a discutir qual era a primeira escola em que se devia intervir. Isto acabou, Srs. Deputados e acabou pela nossa acção. Estamos numa fase final em termos de infra-estruturas escolares, temos novas prioridades, apostamos na valorização da carreira docente, apostamos no sucesso dos alunos e vamos continuar a fazê-lo.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não é bem assim!

A Oradora: Por isso, Sr. Deputado Costa Pereira, eu aconselhava seriamente o PSD e a direita neste Parlamento a, em vez de se preocupar tanto em pôr mãos à obra, ponham primeiro cérebro Srs. Deputados, porque é disso que precisamos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Cláudia Cardoso já me conhece o suficiente para saber que não vou no seu tom. Portanto, o tipo de argumentação e os adjectivos que usou ficam consigo e ficam muito bem, porque não vou nesse caminho nem me coloco a esse nível.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Duas observações apenas:

Quanto à questão do *copy/paste*, se a Sra. Deputada quiser ser verdadeira, sabe que isso não se aplica à minha intervenção. Portanto, faço-lhe o desafio de, relativamente à minha intervenção, dizer o que é que é *copy/paste* em relação àquilo que fiz nos últimos 8 anos nesta Assembleia.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segunda questão, para encerrar pela minha parte este debate, porque não posso naturalmente privar os meus colegas do tempo que necessitam para debater outras áreas do programa do Governo.

Nós tínhamos um problema estrutural na educação nos Açores, que era o problema do insucesso e da exclusão. É verdade! Ninguém o negou!

O problema é que com as políticas educativas assumidas nos últimos anos se criaram outros problemas e que foram, alguns deles, apresentados por mim, na minha intervenção. Sobre esses problemas as senhoras deputadas nada disseram. São problemas estruturais diferentes, mas não deixam de ser problemas na educação dos Açores. Não vou retomá-los agora nesta discussão, porque na legislatura passada

foram suficientemente discutidos e apresentados os argumentos, tanto de um lado como do outro.

Para dar um sinal de que o PSD nesta matéria está perfeitamente à vontade, deixo aqui um desafio ao Partido Socialista:

O PSD vai apresentar na Comissão de Assuntos Sociais uma proposta para que a Comissão vá a todas as escolas dos Açores reunir com os professores, com um único objectivo: o de ouvir quem está no terreno, ouvir quem no dia-a-dia é responsável mais directo pela operacionalização deste sistema educativo.

Depois de ouvirmos quem está no terreno, de ouvirmos a realidade de quem está nas escolas a trabalhar e por eles conhecermos quais são os verdadeiros e concretos problemas de que padece o nosso sistema educativo, então vamos conversar e vamos ver quem é que está na terra e quem é que está no céu.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

* **Deputada Cláudia Cardoso** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Efectivamente o seu discurso (repito o que disse) reanima, faz renascer aquelas que foram as suas preocupações ao longo destes anos, aquela ideia, diria, um pouco sua, legítima, de que antes é que era bom, quando os alunos abandonavam a escola...

Deputado Costa Pereira (*PSD*): A senhora não ouviu o que eu disse e põe na minha boca coisas que não disse!

A Oradora: ... porque não estavam lá integrados e os resultados eram piores. Já sabemos.

Nós até ouvimos, Sr. Deputado, dizer aqui de que antes é que era bom, antes até do 25 de Abril, numa altura em que quem estava na escola....

Deputado Costa Pereira (PSD): Até foi buscar a intervenção e calou-se!

A Oradora: Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que não tenho o mau hábito do PSD de andar a ler o Diário das Sessões.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas devia!

Deputado Costa Pereira (PSD): Mas devia e calou-se!

A Oradora: Mas tenho memória e essa memória faz-me recordar e permite-me dizer que o Sr. Deputado Costa Pereira não trouxe nada de novo a esta tribuna. Explanou o seu ponto de vista, que até já conhecíamos, por que é que antes é que era bom)viva o abandono escolar dos meninos fora da escola porque lá só trazem problemas e desacatos e é uma grande chatice!).

O Partido Socialista nesta matéria não pensa assim.

Nós reduzimos drasticamente as taxas de abandono escolar e bem. Temos os meninos do PEE na escola e bem. Queremos tê-los lá, porque é lá que eles devem estar.

Foi graças a nós que eles lá estão.

Portanto, nesta matéria, Sr. Deputado, estamos conversados. O senhor tem a sua posição e nós temos a nossa. Ainda bem que ela não é coincidente.

Quanto a novos problemas, eles passaram a existir porque a nossa acção os levantou. Repare, Sr. Deputado, é que antes, os problemas que hoje temos na escola, não os tínhamos por uma razão simples, é porque também não tínhamos lá todos os alunos, obviamente. Tínhamos os melhores e se tínhamos os melhores tínhamos obviamente muitos menos problemas, mas continuamos a ter a firme certeza de que agimos bem nesta matéria.

Mais. Essa proposta que o senhor faz é ridícula. Desculpe avançar em primeira-mão com esta conclusão, mas se o PSD não visita as escolas ou se precisa de visitar mais, o problema é vosso, porque visitamos, falamos com os professores e conhecemos os seus problemas. Não precisamos da proposta do PSD para o começar a fazer.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além de registar o facto de que a Sra. Secretária da Educação sobre aquilo que aqui se analisa não disse nada e para além de dizer mais uma vez à Sra. Deputada Cláudia Cardoso que deploro que continue a pôr na minha boca coisas que eu não disse....

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... porque não afirmei nada do que a senhora acabou de dizer, embora perceba que isso é o mais fácil para si, para distrair do essencial...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... não posso deixar sem fazer reparo a uma questão:

Os senhores dizem que falam com os professores. Até acredito que os senhores falem com os professores, mas agora ouvir o que os professores dizem, isso já não acredito.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E não só os senhores não os ouviram - e exactamente porque nunca os ouviram é que estão confrontados com os problemas que estão criados nas escolas - como agora é que querem emendar a mão, a toda a pressa,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Está enganado!

O Orador: ... como prova o exemplo da alteração da avaliação dos professores.

Fazemos votos, para bem do sistema educativo na Região Autónoma dos Açores, que esse problema seja agora bem resolvido, porque os professores e as escolas dos Açores merecem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Muito rapidamente, pela minha parte, para encerrar o debate.

Sr. Deputado Costa Pereira, ouvimos os professores todos os dias, em muitos lugares. Ouvimos e sabemos das suas preocupações.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Não parece!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os do PS, no Largo do Rato!

A Oradora: Inclusivamente os senhores tiveram oportunidade de ouvir a Deputada Graça Teixeira, e muito bem, levantar a questão da insatisfação que há nas escolas.

Digam-me se isto não é a prova de que nós próprios assumimos que este problema existe e há insatisfação com o Estatuto.

Deputado Costa Pereira (PSD): E há 6 meses não havia?!

Deputado Rui Ramos (PSD): E o que é que fizeram para ouvir os professores?!

A Oradora: Coisa diferente é os senhores virem com esta arrogância da minoria dizer que o PS passou, a partir de agora, a emendar a mão e a ouvir os professores. É falso! Não é verdade!

Para reavivar a memória, aquilo que o PSD apresentou de alterações ao Estatuto da Carreira Docente não era nada, rigorosamente nada.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Era para minimizar danos e corresponder à vontade dos professores!

A Oradora: Portanto, o que fizemos, em coerência, foi manter um modelo em que acreditávamos, com imperfeições, é certo...

Deputado Costa Pereira (PSD): Que novidade!!!

A Oradora: ... mas note-se que a minoria tem a arrogância de nem nos permitir a humildade de percebermos que o nosso próprio modelo tem defeitos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Agora!

A Oradora: Tem a arrogância, repito, de não nos permitir a humildade de recorrer que o nosso modelo, coisa que vocês nunca tiveram, tem defeitos – primeira questão.

Segunda: Sr. Deputado, devo dizer-lhe, e repito, que esta proposta que o senhor agora faz, da audição das escolas, não faz nenhum sentido,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não precisa fazer!

A Oradora: ... até porque nós, neste Parlamento, temos muitas vezes levantado os problemas que aparecem na área da educação. Tem sido levantado por nós próprios

aquela que é a dificuldade em operacionalizar o próprio estatuto em que acreditamos. Tem sido sistematicamente.

Portanto, os senhores não têm legitimidade nenhuma para vir aqui dizer que fazem e que o PS não faz.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sabe que estamos a começar!

A Oradora: O PS faz, sempre fez, mas há uma diferença: é que não somos representantes dos sindicatos acantonados no Parlamento!

Nós somos pelo sistema de ensino regional, não pela exclusiva defesa dos professores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Nós também!

Deputado Costa Pereira (PSD): E vai ter um sistema de ensino sem os professores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

* **Deputada Graça Teixeira** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a discussão está a centrar-se, do lado de lá, num aspecto único da escola e dos professores.

O que estamos a discutir é o programa do Governo na área da Educação e Formação.

A Educação e Formação não se resume só a professores.

Partindo deste princípio julgo que podemos alargar o debate.

É evidente que o modelo de avaliação foi talvez a "gota de água" para uma situação que as escolas ainda não souberam encontrar o caminho na mudança.

Foi uma "gota de água" no sentido de perceber que se calhar o que estava anteriormente, e tal como o PSD está aqui a defender, era um modelo perfeito. O modelo perfeito era a elaboração de um relatório auto-crítico (e reparem neste pormenor) acompanhado pelo Conselho Pedagógico, que era pura e simplesmente comum. Só mudavam o nome das pessoas, as datas e as turmas que lhes foram distribuídas e guardado depois de lido. Isto era um modelo perfeito! Acompanhado

pela supervisão de um Conselho Pedagógico que não existia na prática e todos

sabemos que isso é verdade, porque todos vamos às escolas, estivemos nas escolas e

passamos pelas escolas.

Para além disso, no modelo e no Estatuto da Carreira Docente já se preconizava a

revisão e o aperfeiçoamento deste estatuto.

É fácil criticar. Depois de um modelo feito, podemos e devemos criticar, mas

construindo aspectos e melhorando práticas numa atitude positiva.

Sabemos que nas escolas, para podermos trabalhar e podermos ter um clima de

melhor aprendizagem para os nossos alunos, temos também que, todos os

profissionais fazer um esforço nessa renovação de práticas, de mentalidades e de

ideias.

Esqueçamos o que era o comodismo isolado dentro da sala de aula, o comodismo de

"eu sou dona e senhora dentro da minha sala de aula e dentro da minha sala de aula

ninguém pode questionar as minhas práticas". Isto não é colaboração, isto não é

aprendizagem, isto não é forma de ensinar.

Os nossos alunos, os nossos jovens, precisam de pessoas que saibam partilhar, que

saibam estar abertos à mudança e essa abertura começa pela abertura das suas salas

de aula.

Muito obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, vamos

fazer um intervalo de 15 minutos.

Retomamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

42

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste início de legislatura, começo por saudar, o Senhor Presidente da Assembleia e todos os deputados da IX Legislatura, saúdo o Senhor Presidente e restantes membros do Governo Regional, mas quero também dirigir uma saudação muito especial aos trabalhadores da Assembleia Regional, cujo excelente trabalho é o garante do bom funcionamento desta câmara.

Quero também assinalar, nesta primeira intervenção da tribuna, não a chegada mas o regresso do PCP e da CDU Açores ao Parlamento Regional. Trazemos connosco um importante património político de contributos para a consolidação e aprofundamento do sistema constitucional de autonomia, transportamos um importante património de propostas e luta pelo bem-estar e qualidade de vida dos açorianos e a defesa intransigente das aspirações e direitos dos mais desprotegidos, que honraremos nesta legislatura. Esse é o nosso compromisso com o povo açoriano!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos que este Programa de Governo configura a continuação de um modelo de desenvolvimento que o tempo tem mostrado ser errado e que tem vindo a agravar em vez de resolver os problemas dos cidadãos e a aprofundar as assimetrias regionais.

Um modelo errado porque, face a uma crise de que ninguém consegue prever as dimensões e as consequências, opta por tentar fazer crescer as receitas da Região, através de privatizações do sector empresarial da Região, sacrificando alavancas fundamentais para o desenvolvimento, em troca de duvidosos equilíbrios orçamentais de curto prazo.

É um modelo errado porque procura manter a competitividade das empresas da Região através da manutenção de baixos salários, facto que é provado, não só, pelas assimetrias salariais entre os trabalhadores açorianos e continentais, mas também, entre os trabalhadores açorianos conforme as ilhas onde vivem e trabalham, como também pela crescente proximidade entre o salário médio e o salário mínimo

regional. Ou seja, nos últimos anos, ainda antes da famigerada crise, iniciou-se um ciclo de desvalorização do trabalho a que este Programa dá uma indisfarçada continuidade. Para a CDU Açores, e tendo em consideração que a produtividade dos trabalhadores tem vindo a registar acréscimos e que a riqueza bruta tem crescido, mostra-se essencial que os rendimentos dos trabalhadores sejam objecto de uma significativa valorização. Sem o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores e das suas famílias não haverá desenvolvimento económico sustentado.

É um modelo errado porque não dá o firme e necessário combate à precariedade laboral no nosso arquipélago e, através da extensão do período dos estágios do programa "Estagiar L", contribui para a eternização da situação de precariedade, com graves prejuízos para os jovens e as suas famílias.

É um modelo errado porque desvaloriza os sectores produtivos, não procurando defender os interesses dos produtores, nomeadamente os da fileira do leite, que vêem o PS – que prometia no seu programa eleitoral defender as quotas leiteiras – baixar os braços e aceitar o fim do sistema de quotas, acenando-lhes com um vago "programa de apoio à transição". Mas também o sector das pescas é desvalorizado e lançado na incerteza com as alterações que se perspectivam na Subsecretaria das Pescas e a preocupação fundamentalista da componente ambiental em detrimento de uma economia do Mar equilibrada e sustentada onde os equilíbrios ambientais e a actividade piscatória se possam complementar, aliás como sempre aconteceu ao longo dos tempos. A gestão de proximidade pelas populações ribeirinhas, que nos foi subtraída com a perda de soberania das 200 milhas, foi sempre o melhor garante de sustentabilidade do sector e do equilíbrio dos ecossistemas dos nossos mares.

É um modelo errado porque apenas vai atrás da miragem de turistas com "propensão marginal interessante para gastar dinheiro em tempo de férias", expressão que carece de clarificação da qual não abdico, mas ao que suponho aquilo que o governo pretende são turistas de mãos largas e bolsos recheados — que a actual crise económica tornará certamente raros — ou, ainda, de especializações tecnológicas futuristas.

O PS continua a afastar-se de um modelo económico regional sustentável e diversificado mas ancorado no que nos pode, efectivamente, garantir a procura e o

aumento de visitantes, ou seja, aquilo que nos torna diferentes de um qualquer outro destino turístico – o nosso património cultural, paisagístico e ambiental. Na mesma medida em que nos vamos tornando num "não lugar" irá diminuir, na mesma proporção, a procura do destino Açores tenham ou não os nossos visitantes tendências marginais interessantes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É, por fim, um modelo errado porque, ainda que tardiamente se esteja a apropriar do que o PCP e a CDU Açores têm vindo a propor para o desenvolvimento harmonioso da Região, ou seja, que só com políticas e investimento público é possível trilhar os caminhos da coesão social, económica e territorial, é um modelo insuficiente e errado, como dizia, porque as medidas propostas não oferecem garantias de que este desígnio autonómico seja satisfeito.

Os problemas do desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Região vão continuar adiados enquanto se perspectivarem as medidas e acções que são necessárias hoje para um futuro e indefinido Plano (o PECA).

Os Açores são ilhas com futuro.

Temos, porém, é algumas dúvidas sobre a prosperidade do futuro destas ilhas se não houver uma ruptura com este modelo de desenvolvimento preconizado pelo PS.

Mas se o modelo preconizado neste Programa que estamos a apreciar é errado, ele é, também, uma versão empobrecida do Programa Eleitoral do PS.

E Sr. Presidente do Governo, li bem, o PS deixou cair algumas das promessas eleitorais que lhe deram algumas centenas de votos.

A saber Senhor Presidente do Governo Regional:

- Cobertura generalizada de Centros de Dia e Noite para idosos;
- Ligação das ilhas do Corvo e Flores ao cabo de fibra óptica.

E não nos venham dizer que a intenção está subjacente nos objectivos porque isso não é satisfatório.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS Açores demonstra com este Programa de Governo que tem apenas um conjunto de ideias avulsas, sem uma visão estratégica para a Região, em estreito alinhamento com a política do PS no governo da República, prolongando um ciclo de continuidade das políticas que, nos últimos anos, provocaram profundas desigualdades sociais e económicas e aprofundaram as assimetrias no desenvolvimento regional.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Está inscrito o Sr. Deputado José Rego a quem dou a palavra.

* **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saúdo a presença do PCP nesta câmara, mas gostaria de começar a minha intervenção por dizer que o PCP não é o único defensor dos trabalhadores na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): De maneira nenhuma, Sr. Deputado!

O Orador: O PS honra os seus compromissos ao longo destas legislaturas na defesa dos trabalhadores desta região, na manutenção dos seus postos de trabalho e no aumento dos seus rendimentos.

Gostaria de fazer uma referência. Quando o PCP diz que o PS na sua história e neste plano de Governo não aponta melhorias ou não incentiva as próprias empresas para o aumento dos seus salários, o Sr. Presidente do Governo, na discussão do Orçamento de 2008, foi claro quando afirmou que a prioridade do Governo dos Açores para a criação do emprego comunga da percepção de que é necessário muitas empresas fazerem um esforço um pouco maior para contribuírem para o aumento do nível médio das remunerações dos trabalhadores.

Portanto, nesse aspecto, não só o Sr. Deputado defende que haja um aumento salarial nos Açores a nível das empresas, como também entendemos que deve haver um esforço das empresas para incutir parte da produtividade que os trabalhadores têm das empresas que seja distribuída a nível dos seus salários.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É importante que isso fique aqui referido, o papel do PS no dia-a-dia e as referências que são feitas ao longo da sua história.

Relativamente ao modelo de desenvolvimento dos Açores, ontem quando fiz a minha intervenção na tribuna, apontei que praticamente só o PSD, o maior partido da oposição, não reconhecia o desenvolvimento que tem acontecido nos Açores ao longo dos anos.

Estranho muito que hoje venha o PCP, contrariamente a situações anteriores, dizer que o modelo de desenvolvimento dos Açores não tem feito crescer a Região, não tem diversificado a economia.

Eu julgo que o PCP deve ver ou rever melhor a sua posição, porque acho que os números são bastante claros ao nível do PIB, ao nível do rendimento das famílias, ao nível da diversificação das empresas nos Açores.

A nível PIB, a nível do rendimento das famílias, julgo que não é necessário referir os números de crescimento da Região Autónoma dos Açores.

A nível da diversificação da nossa economia ou o Sr. Deputado está cego ou então não vê o que tem acontecido nos Açores. **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 1 minuto, que é o tempo que lhe resta.

* **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar apenas num minuto responder ao Sr. Deputado José Rego.

É evidente que o PCP e a CDU Açores não se arvoram com o exclusivo de coisa nenhuma. Pretendemos apenas dar o nosso contributo. É tão somente isso. Não temos nenhuma pretensão a qualquer exclusividade.

Relativamente à questão do modelo de desenvolvimento temos vindo a fazer as nossas críticas ao longo dos anos e nunca negámos que este modelo fez crescer a economia; nunca negámos que há mais riqueza disponível hoje nos Açores.

Deputado Duarte Ponte (PS): Ainda bem!

O Orador: Agora, o que acontece, é que essa riqueza está injustamente distribuída. Aquilo que tem vindo a acontecer é a concentração da riqueza e é inegável também

que os trabalhadores açorianos do sector privado ganham em média menos 100 euros do que os trabalhadores do continente. Isso é inegável, assim como é inegável também o aumento da pobreza e os números estão aí.

A taxa de aplicação do subsídio de reinserção social é das mais elevadas do país.

Deputado António Marinho (PSD): Não é das mais elevadas. É a mais alta do país!

O Orador: Se isto não é um indicador de que este modelo de desenvolvimento é profundamente desequilibrado, então não sei o que é.

Quanto à minha capacidade de visão, ela, felizmente, está muito boa.

Muito obrigado, pela sua preocupação, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

* Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer ao Sr. Deputado do Partido Comunista que na verdade há no nosso programa do Governo intenções de carácter geral, em que se incluem naturalmente as duas iniciativas que mencionou, e que aliás foram por mim reiteradas ao longo da campanha eleitoral. Portanto, constituem compromissos que desvinculam e naquilo que são os nossos compromissos com as diferentes ilhas dos Açores, são compromissos que temos absoluta necessidade de os cumprir e cumprimos no último mandato numa execução superior a 90%, vamos também neste caso, tal como aqui está escrito, estender à Ilha das Flores o anel de fibra óptica, o que aliás vai ser hoje exposto nesta Assembleia...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O senhor vai ter que dizer em que página é que isso está escrito!

O Orador: ... pelo Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento, mas consta dos nossos manifestos. Posso dar cópia de alguns, até pode ser que inspire o Partido Comunista numa próxima eleição, mas como vê está mesmo com a impressão com que foi distribuída aos eleitores...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Ah! Aos eleitores! Mas vai ter que me dizer em que página está escrito!

O Orador: ... com esta boa apresentação gráfica que torna a leitura muito acessível para quem gosta de ler.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Acredito nas intenções que o senhor declarou, mas no programa do Governo não está!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Vamos então encerrar este momento parlamentar.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (*BE*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É pacifico afirmar perante toda a opinião pública que algo vai mal no sistema educativo Açoriano.

Vai mal, desde logo, na relação da tutela com professores e professoras.

Vai mal, porque o desejo de uma escola inclusiva acaba por corresponder a uma escola que sucumbe às Políticas Economicistas.

Vai mal pela total burocratização da relação pedagógica e da função docente.

E vai mal porque a democracia está cada vez mais ausente nas escolas.

Alterar este estado de coisas, passa na nossa opinião e entre outros factores por:

- Suspender o actual modelo de avaliação dos professores;
- Revogar o estatuto de apoio da carreira do docente;
- Criar gabinetes de Apoio Psicológico e Social em rede com outros apoios exteriores à escola;
- Limitar o número de alunos por turma a 20;
- Limitar a dois os mandatos dos Conselhos Executivos das Escolas;
- Criar uma disciplina, dada por especialistas e sem avaliação, que aborde e aprofunde as questões de Igualdade de Género, Combate às Deficiências e Educação Sexual;
- Combater decididamente o abandono e o insucesso escolar, sobretudo no secundário, com metas claras a estabelecer como objectivos políticos do Governo;

- Conceber um programa de integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares, que insista na qualificação específica dos professores, auxiliares e técnicas;

Está o Governo Regional disponível para introduzir estas alterações no sistema educativo Açoriano, contribuindo assim para uma escola democrática, de qualidade, de sucesso e de dignidade na docência?

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD solicita um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Está concedido, é regimental.

Face ao pedido, em termos práticos, terminamos os nossos trabalhos por esta manhã. Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Bom almoço. Até logo.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, agradecia que ocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento (José Contente): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia e os Srs. Deputados da mesa pelo novo trabalho numa nova legislatura, desejando as melhores

felicidades, e também às Sras. e Srs. Deputados, em particular aqueles que iniciam nesta nova legislatura funções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os próximos anos estarão marcados por diversas tendências gerais no domínio das ciências e tecnologias, nos países e regiões que querem ganhar a batalha do desenvolvimento sustentável: progresso permanente das tecnologias informáticas, avanços na área das nanotecnologias, inovações em biotecnologias e os investimentos crescentes em investigação e desenvolvimento (I&D).

Estas tendências gerais terão implicações multivariadas, como por exemplo, na melhoria do poder de cálculo, do armazenamento de dados, da largura de banda, montagem e fabricação de produtos, na agricultura e indústria, combate mais eficaz às doenças e melhoria da saúde em geral, para além de progressos na qualidade de vida global do planeta, pressupondo-se, sempre, investimentos significativos, públicos e privados, em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Como hoje se admite nos meios que andam no rasto do futuro, existem factores que o definirão: velocidade, complexidade, risco, mudança e surpresa, por isso, também se defende que é preciso antecipar, adaptar, inovar e evoluir nos domínios da Tecnologia, Sociedade, mercado, da concorrência e dos clientes, para se poder criar uma economia da inovação, ou seja, nova convergência de economia, democracia, mercados abertos, ciência e tecnologia, factores estes que determinarão as posições dominantes de países e regiões, e bem assim, a produtividade das empresas, a prosperidade das pessoas e a presença da paz social.

Naturalmente que é necessário estar consciente de aspectos potencialmente negativos ligados ao progresso das ciências e tecnologias, designadamente, com os aspectos que se prendem com a violação da confidencialidade e da privacidade, aumento da vulnerabilidade das sociedades através de processos de pirataria informática, fracturas inter-regionais geradoras de instabilidade e marginilizações explicitadas com info-excluídos com forte propensão para qualquer tipo de pobreza, questões da ética da responsabilidade associadas à clonagem, a perda de privacidade com mapeamentos genéticos que identificando predisposições para certos tipos de doença podem repercutir-se nas leis do trabalho e até na recusa de seguros de saúde, ou mais

radicalmente, no aproveitamento dos avanços da biotecnologia para o desencadear de guerras biológicas.

Nos Açores as políticas globais são fundamentais numa sociedade onde as orientações globais devem ser consolidadas de modo descentralizado através de instituições e pessoas ao nível regional e local. Teremos que inventar e inovar cada vez mais e traduzir menos. Já Antero na célebre Conferência do Casino subordinada ao tema Causa da Decadência dos Povos Peninsulares dizia "foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos.".

Por conseguinte, o Governo quer que a ciência e a investigação aplicada apresentem resultados em relação à inovação empresarial e promovam o crescimento industrial. Esta inovação deve ser entendida como introdução de novos processos, bens ou serviços, visando a maximização de resultados comerciais.

Caberá, assim, ao governo uma intervenção pública pré-competitiva onde façam sentido a nova nomenclatura como incentivos ao risco, clusters, cooperação empresarial, etc.

Com este entendimento, como disse o Sr. Presidente do Governo vamos intensificar o investimento na Sociedade da Informação e do Conhecimento, factores estratégicos para a consolidação de um novo modelo económico e social, ou seja para o desenvolvimento sustentado dos Açores. Aumentar o investimento na Ciência, na Tecnologia e Comunicações mediante projectos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que privilegiem novos núcleos de investigação especializados, constitui nova prioridade deste programa de governo. Contaremos com a postura pró-activa da Universidade dos Açores para podermos reforçar unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) acreditadas, em particular no âmbito das Ciências da Terra.

A criação de laboratórios independentes será apoiada com base na investigação centrada nos Açores, com respostas dirigidas aos problemas das nossas empresas. Abriremos, deste modo, os concursos a qualquer instituição de investigação científica reconhecida, numa percentagem significativa face ao valor aprovado, anualmente, para o investimento em Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Sistemas de Investigação Geográfica, o Projecto Geo@cores com as conexões obrigatórias às bases de dados da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPEC) e outras bases de dados, são outras medidas que desenvolveremos nesta legislatura. Terão destaque especial, com co-financiamento apropriado, os projectos diferenciadores ao nível da União Europeia, que constituam clusters de excelência nos domínios da investigação e desenvolvimento. O Centro de Excelência do Mar na Horta, o Instituto de Biotecnologia dos Açores na Terceira, o parque Tecnológico em S. Miguel, as Estações de Geodesia e Radioastronomia nas Flores e S. Miguel e a Estação para monotorização de ensaios e explosões nucleares e projecto ARM na Graciosa, são exemplos de projectos que vamos concretizar, promovendo e dinamizando domínios como o das novas tecnologias de informação e comunicação, energias renováveis, biotecnologia, biomedicina e das ciências do mar. Por exemplo o Parque Tecnológico de S. Miguel estará vocacionado para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação, Comunicação e Monitorização, tijolos dos pilares da construção da Sociedade de Informação e do Conhecimento. O enquadramento específico dos Açores nas dimensões sócio e geodinâmicas, assim o determinaram, tanto pela aposta na formação de recursos humanos qualificados, como pelas condições de excepção para a dinamização tecnológica nesses domínios, seja no campo dos sistemas de informação e das comunicações, seja na sua natural vocação para a monitorização e observação da Terra, do Espaço e do Mar.

Para além disso, reforçaremos o interessamento de outras entidades nacionais e estrangeiras nos parques tecnológicos criados e vamos reforçar as sinergias decorrentes da instalação da ESA em Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Neste tripé da Ciência, Tecnologia e Sociedade, vamos continuar a consolidar a cultura científica individual, em termos das capacidades, atitudes, valores e destrezas que preparem as famílias para um mundo cada vez mais tecnológico. Por isso, das Escolas Digitais caminharemos agora para a extensão da plataforma tecnológica aos ambientes familiares, onde se tenha em conta, igualmente, as pessoas portadoras de deficiência, mediante apoios à aquisição equipamentos específicos.

Como se sabe, o mundo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem sofrido mudanças rápidas e repentinas, sendo hoje indispensável a utilização de ferramentas como a internet. Numa Região como a nossa marcada por um forte enquadramento geodinâmico, descontinuidade territorial e distância aos continentes, a internet deve funcionar como verdadeira rede pensante que realiza as pessoas e os conhecimentos.

Informação diversificada e de acesso facilitado significa utilização da internet. Com a variedade e acessibilidade que, presentemente, encontramos na internet o desafio é mesmo de seleccionar e equilibrar "a pulsão para a informação". A Internet veio acelerar e potenciar a globalização e os Açores felizmente não estão imunes a este processo. Por isso, dificilmente dispensaríamos a informação que no presente está ao nosso alcance no entusiasmante mundo da internet.

Outrossim, continuaremos a modernizar processos administrativos através de ferramentas como o tele-trabalho, o e-learning e o b-learning, sempre que se considere ajustado.

Os centros de ciência serão financiados com base na sua capacidade de dinamizar a formação cultural e científica dos açorianos. Também as bolsas de investigação científica e tecnológica privilegiarão programas e projectos com incidência nos Açores nas soluções para os nossos problemas empresariais, sociais ou que contribuam para a fixação de investigadores na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No sector das telecomunicações para além de queremos ver melhorados os padrões da qualidade do serviço postal e da cobertura da rede pública móvel terrestre, vamos promover o aparecimento de novas plataformas de comunicações. Neste último caso, as chamadas Redes de Nova Geração, a Televisão Digital Terrestre e a outras infraestruturas que generalizem o acesso às tecnologias de informação e comunicação, como o cabo de fibras ópticas para as ilhas das Flores e Corvo, são prioridades deste programa de governo. Aproveito para dizer, que a PT tendo feito o concurso público internacional a algum tempo, recebeu ontem as propostas para o estabelecimento e concretização deste importante projecto para os Açores.

Estamos, por conseguinte, perante novos desafios que queremos ganhar para continuar a fomentar uma Sociedade fundada nos conhecimentos científicos, na tecnologia e na inovação capazes de aplanar as barreiras da nossa descontinuidade territorial, com implicações positivas directas na economia e no desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O sector da construção civil com relevância na economia regional pelo emprego e pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB) que gera, deve continuar a manter-se sustentado pelo investimento privado e público que nos últimos anos tem sido idêntico. A defesa do sector de factores exógenos deve passar pelo aumento da qualidade, da competitividade, onde as parcerias são cruciais e da produtividade da construção civil e obras públicas.

Outrossim, queremos um LREC ainda mais actuante no controlo e melhoria da qualidade das obras públicas regionais, dos processos e novos contextos de I&D. A redução dos índices de sinistralidade no trabalho deve continuar a ser colocada em patamar cimeiro. O governo continuará neste último caso a fomentar uma cultura de segurança pela formação dos agentes do sector e aplicação rigorosa da lei da segurança e higiene no trabalho em caso de incumprimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em matéria de transportes terrestres a nossa prioridade reside na reestruturação de carreiras, horários e tarifários tendentes a melhorar a qualidade do serviço público deste tipo de transporte, no desenvolvimento de programas de apoio que privilegiem a utilização de veículos híbridos e eléctricos no transporte colectivo de passageiros, de modo a reduzir as emissões de CO2 e da factura energética da Região.

Vamos ainda proceder à reformulação, modernização e adaptação de alguns regimes de licenciamentos face à necessidade de acompanhar as evoluções de mercado e a melhoria das infra-estruturas rodoviárias

A nossa continuada atenção à redução dos índices de sinistralidade rodoviária, nesta altura um dos mais baixos do País, continuarão a estarem no centro das nossas políticas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Garantir segurança e confiança na Protecção Civil são objectivos permanentes do Governo. Após o forte investimento em infra-estruturas e meios técnicos, vamos continuar a apostar na formação de recursos humanos, para melhorar a qualidade e intervenção dos Serviços de Protecção Civil e da população em geral.

Regulamentaremos e vamos generalizar o uso dos desfibrilhadores automáticos de emergência após a formação que já realizámos aos corpos de bombeiros da Região onde já existem 58 elementos das nossas corporações com esta qualificação.

Reforçaremos ainda a elaboração de Planos Estratégicos (como planos específicos de intervenção) que implicam a melhoria da capacidade de respostas dirigidas em caso de catástrofes e de acidentes multivítimas e continuaremos a financiar estudos de carácter técnico-científicos que possibilitem a eficácia das decisões e a avaliação correcta das situações de risco. Para além das parcerias com instituições e entidades regionais, nacionais e internacionais ligadas à investigação, vamos integrar a Região na rede nacional e europeia do Observatório do Risco. A cultura de segurança civil será assim aprofundada no quadro da possibilidade da emergência de novos cenários de risco que carecem de acompanhamento permanente. É também por isso, que este serviço terá 3 objectivos prioritários que vêm plasmados no Programa do Governo:

- a) Garantir a qualidade e a capacidade de intervenção dos Serviços de Protecção Civil.
- b)Reforçar a intervenção junto da população e fomentar e garantir o seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança.
- c)Prosseguir com a implementação dos planos estratégicos de intervenção e continuar a fomentar as parcerias no âmbito da investigação e cooperação.
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
- O programa de governo nas áreas da responsabilidade da SRCTE abrange áreas novas e novos desafios para o estabelecimento de uma sociedade do conhecimento ou melhor ainda do saber, enquanto conhecimento e experiência, impreterível para ganhar um futuro complexo e radicalmente diferente, ao nível de múltiplas áreas (energia, economia, saúde, segurança, alterações climáticas, globalização/identidade, etc.) tidas como prioritárias por este governo e pela larga maioria do povo dos Açores que de novo o sufragou, de modo iniludível, nas urnas no passado dia 19 de Outubro.

É com coragem e confiança no futuro que aprofundaremos a cibercultura como factor de desenvolvimento porque continuamos e vamos continuar a acreditar nos açorianos. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Somos chamados, neste período legislativo, a apreciar e votar o Programa do X Governo dos Açores. Um programa baseado no programa eleitoral do Partido Socialista que em devido tempo foi apresentado a julgamento dos eleitores e foi clara e inequivocamente sufragado pelos açorianos nas legislativas regionais do passado dia 19 de Outubro.

Proponho-me nesta intervenção abordar as áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, sendo que a avaliação objectiva do Programa do X Governo dos Açores, no que respeita a estas áreas, exige que nos detenhamos um pouco no passado recente, mais propriamente nos últimos quatro anos da governação socialista nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com efeito, só em 2004 foi promovida uma verdadeira valorização orgânica e operacional da Ciência e Tecnologia na estrutura do Governo dos Açores, no reconhecimento de uma importância que na prática se traduziu na criação de uma Direcção Regional com competência específica nestas duas importantes áreas.

Logo a seguir, em 2005, ainda antes da aprovação do Plano Tecnológico nacional, foi aprovado o Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia, substituído em Abril último pelo PICTI – Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 41/2008, de 3 de Abril.

O PICTI, que concretiza o estipulado no Programa do IX Governo dos Açores no que se refere à Ciência, Tecnologia e Inovação, baseia-se nos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa, no ano 2000, e reforçados no Conselho Europeu de Barcelona, em 2002, e constitui-se como um instrumento estratégico piloto, potenciando a investigação científica e tecnológica de excelência ao criar condições para o incremento do número de pessoas que praticam uma actividade científica de elevada qualidade.

O Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação é constituído por oito programas, designadamente: o INCA, que visa garantir a estabilidade e o desenvolvimento das instituições que constituem o Sistema Científico e Tecnológico Regional; o INCITA, que prossegue o objectivo de incentivar a realização de projectos prioritários e essenciais ao desenvolvimento sustentável da Região; o FORMAC, que visa promover a formação qualificada e o emprego científico; o CITECA, destinado a apoiar a divulgação da cultura científica e tecnológica; o PRICE, que tem por objectivo estimular o estabelecimento de parcerias entre instituições de investigação e desenvolvimento, empresas e autoridades públicas, consubstanciando sólidas infra-estruturas tecnológicas; o PRÁTICA, que se destina a dinamizar as tecnologias de informação e da comunicação; o CIDEF, orientado de modo particular para o apoio aos cidadãos portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais; e o e-GOV, que tem como objectivo a modernização da administração pública regional.

A justeza e o acerto desta opção política são hoje bem notórios e evidentes.

Na área da investigação científica e tecnológica, na última legislatura foram apoiados dezenas de projectos, nomeadamente através de parcerias com a Universidade dos Açores e o INOVA - Instituto de Novas Tecnologias dos Açores, o que corresponde ao maior investimento de sempre nas áreas da Ciência e Tecnologia e releva a importância que a Sociedade do Conhecimento adquire hoje no âmbito do desenvolvimento sustentável dos Açores.

No âmbito da evolução tecnológica, os açorianos foram os primeiros a dispor do Cartão do Cidadão; foi implementada a rede de postos de informação juvenil; foram criados os Postos de Atendimento ao Cidadão da RIAC; procedeu-se ao lançamento

do projecto "Escolas Digitais"; o protocolo entre a Região e a Microsoft permitiu o desenvolvimento de muitas das ferramentas informáticas que hoje são utilizadas ao nível da administração regional e mesmo nas redes de apoio ao cidadão; foi promovida a reforma e a modernização da administração regional, onde se inclui o projecto de implantação da rede digital de dados e voz e a criação do Jornal Oficial electrónico.

Ainda na área das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação se registaram avanços significativos nos Açores nos últimos anos, que se consubstanciam, designadamente: no acesso gratuito aos canais generalistas nacionais de televisão; na implementação da REPRAA – Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores, para apoio à execução e controlo de qualidade dos produtos cartográficos que estão a ser produzidos no "CARTOGRAF", um projecto de cartografía digital desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III-B e que tem por objectivo a elaboração, manutenção, actualização e difusão da Cartografía dos arquipélagos da Macaronésia; na Associação NEREUS - Rede das Regiões da Europa utilizadoras de tecnologia espacial, de cuja Direcção os Açores fazem hoje parte; na instalação da Estação de Rastreio de Satélites em Santa Maria, na decorrência do protocolo celebrado entre o Governo Regional e a ESA, que é a primeira Estação da Agência Espacial Europeia em território Português e a única Estação da ESA com a capacidade de seguimento de lançadores, vulgo foguetões.

Esta infra-estrutura pode bem ser tomada como um embrião de cluster tecnológico no domínio das telecomunicações com ancoragem de outros projectos em desenvolvimento, como sejam o Centro Nacional de Monitorização e Vigilância Marítima e o fornecimento de dados para o Consórcio AZORES-SPACE.

Do ponto de vista estratégico, a Estação da ESA em Santa Maria poderá contribuir de forma decisiva para áreas de especial interesse como sejam a fiscalização das pescas e da segurança marítima, o combate ao terrorismo e à imigração ilegal e o controlo da poluição, entre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fruto da experiência recolhida e visando uma melhor operacionalização, a orgânica do X Governo dos Açores volta a inovar, integrando agora na mesma Direcção Regional as áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações, Cartografía e Cadastro, no reconhecimento da transversalidade, complementaridade e interacção destes sectores e potenciando sinergias e um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Revelador duma nova ambição para os Açores, o Programa do X Governo dos Açores aponta claramente, nestas áreas que ora estamos a apreciar, para o reforço da aposta na modernidade, no reconhecimento de que a nossa Região se encontra numa fase em que já não se afigura suficiente manter num nível óptimo as actividades e os resultados ligados aos sectores da economia tradicional, antes se torna imperioso apostar em novos esteios e impulsos modernos que promovam o investimento privado, o emprego qualificante e a confiança das pessoas no seu futuro.

No que respeita à Ciência, Tecnologia e Inovação, o Programa do Governo inclui seis objectivos fundamentais, assentes no princípio de que a melhor estratégia de desenvolvimento sustentado para os Açores está ligada ao reforço das capacidades regionais nos domínios do conhecimento:

Primeiro: Apoiar o funcionamento das instituições de investigação científica e tecnológica com sede na Região Autónoma dos Açores;

Segundo: Dinamizar a concepção e execução de projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores;

Terceiro: Garantir a formação avançada e especializada nas áreas da ciência e da tecnologia no quadro global da qualificação de recursos humanos;

Quarto: Promover a divulgação científica e tecnológica como base de valorização dos açorianos através do conhecimento;

Quinto: Apoiar iniciativas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação realizadas em contexto empresarial como forma de dinamizar a economia;

Sexto: Dinamizar o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação nas suas mais diversas vertentes como factor de modernização e inovação dos Açores.

Não podem subsistir dúvidas de que a concretização destes objectivos vai promover a qualificação dos açorianos para a Sociedade do Conhecimento e a sua mobilização para a Sociedade de Informação, ajudará a vencer o atraso científico e tecnológico, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento, e permitirá imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização.

No tocante ao sector das Comunicações, e partindo da convicção de que as comunicações assumem papel primordial numa região como os Açores, insular, ultraperiférica, arquipelágica e com grandes variações de densidade demográfica, o Programa do Governo integra três grandes objectivos, a saber:

Primeiro: Melhorar os padrões de qualidade do serviço postal;

Segundo: Aumentar a cobertura da rede pública móvel terrestre, objectivo por demais pertinente porquanto nas nossas ilhas subsistem ainda largas zonas não cobertas pelas comunicações móveis, a internet de banda larga com um mínimo de qualidade continua a ser uma aspiração nas ilhas do Grupo Ocidental e as redes de 3.ª geração continuam confinadas aos principais centros populacionais;

Terceiro: Promover o aparecimento de novas plataformas de telecomunicações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para a concretização dos objectivos anteriormente descritos, o X Governo dos Açores propõe-se implementar um vasto número de medidas, de entre as quais, pela sua relevância e importância estratégica, me permito lembrar os seguintes projectos:

- A instalação dos parques tecnológicos de São Miguel e da Terceira, infraestruturas tecnológicas dirigidas para as áreas das Tecnologias da Informação, Comunicação e Monitorização que reunirão em cluster unidades científicas de investigação e desenvolvimento, empresas, associações e serviços públicos;
- A implementação nos Açores da RAEGE Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, na sequência do interesse do Governo dos Açores no incremento do conhecimento do território mediante a realização de estudos e

projectos que utilizem as técnicas mais avançadas da geodesia e geofísica, e que integrará duas estações localizadas nas ilhas de São Miguel e das Flores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: - E, finalmente mas não menos importante, a extensão às ilhas do Grupo Ocidental do anel do cabo de fibra óptica.

Aqui chegado (não se encontra na sala, mas digo assim mesmo) tenho que fazer um parêntese para lembrar ao Sr. Deputado Aníbal Pires que a máxima de uma inverdade, mesmo que mil vezes repetida, nunca passará disso.

A verdade, ao contrário do que foi afirmado a partir desta tribuna, pelo Representante Parlamentar do PCP, é que em nenhuma das 192 páginas o programa eleitoral do Partido Socialista, intitulado "Açores – Ilhas com Futuro" contém qualquer referência explícita à ligação por cabo de fibra óptica às ilhas das Flores e dos Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faz parte do programa do Governo desde 2004!

O Orador: A extensão do anel do cabo de fibra óptica às ilhas do Grupo Ocidental do Açores, constitui, isso sim, uma das 65 medidas que integram o manifesto eleitoral do Partido Socialista para a Ilha das Flores e que, como não podia deixar de ser, terá que constar dos instrumentos de planeamento e respectivos suportes financeiros que o Governo em devido tempo irá apresentar nesta casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos na era da Ciência e da Tecnologia. Todos os dias surgem novas descobertas, pelo que precisamos de estar preparados para viver num mundo complexo e de rápidas mudanças científicas e tecnológicas.

É a ciência que nos permite adquirir os conhecimentos que nos ajudarão a resolver os problemas da vida real. E as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação são essenciais ao nosso desenvolvimento, por assegurarem vantagens competitivas às empresas e permitirem elevar o nível cultural, promover a qualidade de vida e até servir como forma de atenuar o isolamento dos residentes na Região, nomeadamente nas ilhas mais pequenas e periféricas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está muito por fazer!

O Orador: Por tudo o que foi dito, o Programa do X Governo dos Açores no seu global e de modo particular nas áreas que aqui abordei tem a total concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Ciente da importância da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações como factores de desenvolvimento económico, inclusão social, coesão territorial, redução das desigualdades e melhoria das condições de vida dos cidadãos, pela minha parte, como açoriano e como deputado, não deixarei de estar atento à sua efectiva implementação, pelo que significa de fundamental para o nosso futuro colectivo.

Porque acredito que os Açores são Ilhas com Futuro.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde já, sendo esta a minha primeira intervenção nesta Câmara, quero deixar uma saudação particular ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, assim como às Sras. e Srs. Deputados, e também ao Governo dos Açores.

Da análise do Programa do X Governo Regional apraz-nos registar a implementação de políticas de desagravamento fiscal, com a intenção de diminuição da pressão da carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas, não deixando de ser, porém, curioso verificar que, não faz muitos anos, recordo que foram os socialistas que eram contra várias iniciativas legislativas do CDS-PP que visavam precisamente a diminuição da pressão fiscal, particularmente em sede de IRS e IRC.

É um sinal positivo, por parte do Governo, a intenção de baixa de impostos. Baixar os impostos é um sintoma de modernidade e de progresso, na medida que é incentivador de criação de emprego, de investimento por parte das empresas e é um fomento à

criação de poupança e do consumo por parte dos particulares, por via de um maior rendimento disponível.

Importa, no entanto, salientar que a baixa dos impostos sobre os rendimentos singulares, não é uma medida inovadora incluída neste Programa do Governo, porquanto foi uma decisão desta Assembleia no final da passada Legislatura.

Esperávamos, por outro lado, uma postura arrojada no âmbito dos benefícios fiscais não só tendo em atenção a coesão regional, mas tendo atenção também ao carácter de inovação de determinados projectos, assim como verdadeiros incentivos a despesas de investigação e desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente aos preços dos combustíveis assistimos hoje a uma perda lamentável daquele que foi um benefício para os Açorianos durante muitos anos:

Terem os combustíveis mais baratos do que no Continente Português.

Hoje temos a gasolina mais cara nos Açores. Ninguém tira este feito histórico aos socialistas e ao seu Governo.

Senão vejamos:

O preço da Gasolina sem IVA está cerca de cinco Cêntimos mais baixa no Continente em relação aos Açores.

Somos uma Região altamente dependente dos combustíveis para o necessário fomento e funcionamento das nossas actividades económicas.

Temos por isso toda a legitimidade para perguntar ao Governo Regional dos Açores:

Para quando a diminuição do preço dos combustíveis, de forma a atingir níveis inferiores ao praticado no Continente?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito do desenvolvimento do sector do Turismo, temos assistido nos últimos anos a um acréscimo de oferta no sector, que não tem tido a correspondência do lado da procura.

Continua-se a não dar a devida importância a dois importantes mercados: o Continental e o da Saudade, particularmente do Canadá e dos Estados Unidos da América.

Outra vertente fundamental do Turismo é o turismo interno. Um primeiro sinal foi dado por esta Casa e pelo Governo quando acatou a Recomendação do CDS-PP de instituir tarifas promocionais nos voos da SATA Air Açores, para residentes, em nove dos doze meses do ano.

Os Açorianos precisam e têm o direito de conhecerem todas as Ilhas dos Açores.

O CDS-PP entende que é obrigação do Governo e da SATA, promover pacotes familiares de avião e estadia. Sobre isto não vemos uma referência clara no X Programa de Governo.

Por outro lado, criou-se, nos últimos anos, agências de promoção e monitorização desta actividade como são os casos da Associação do Turismo dos Açores (ATA), responsável pela promoção do destino Açores, e do Observatório do Turismo.

Para além do aumento da despesa, não vemos razão para que coabitem estas duas entidades, uma vez que esta função deveria estar enquadrada na ATA.

Na componente de infra-estruturas, o Programa do Governo refere-se a hotéis termais, hotéis associados a campos de golfe, eco-resorts, hotéis de luxo, turismo em espaço rural, aldeias turísticas.

No entanto, assistimos recentemente ao abandono de um grupo Irlandês do investimento efectuado na Verdegolf, para ir investir no Algarve.

O projecto de investimento de um Campo de Golfe em Santa Maria não foi concebido, entenda-se na sua área, de forma a no futuro ser ampliado.

E o Campo de Golfe do Faial, em que fase do projecto é que está?

Sabemos que já foram atribuídos subsídios ao abrigo de contratos-programa de promoção do Golfe, mas entendemos que é preciso começar a aparecer resultados destes investimentos.

Recentemente, foi uma delegação de turismo à China, presidida pelo Secretário de Estado do Turismo, estiveram representadas todas as regiões de turismo, menos os Açores. Porquê?

Naturalmente que o Governo deve ter as suas explicações e os seus estudos que indiciam que estes nichos ou segmentos de mercado turístico são rentáveis, e se os tem que os divulgue.

Não gostaria de terminar sem antes referir a actividade desenvolvida pela APIA – Agência de Promoção do Investimento nos Açores.

Sabemos que foi assinado um contrato até à data; sabemos que são transferidos anualmente ao abrigo de um contrato-programa mais de 500 mil euros.

Queremos os resultados da actividade desta agência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falámos aqui em Internet, Banda Larga, Redes de 3ª Geração, Sociedade de Conhecimento, Sociedade de Informação.

Falemos agora da RTP Açores.

Apesar de a tutela da RTP Açores não estar atribuída directamente ao Governo Regional, entende o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda exigir que se discutam e se procurem soluções para as dificuldades que este serviço público Regional tem no seu funcionamento, impedindo-o de ser um serviço público de qualidade.

O investimento na melhoria das condições de trabalho na RTP Açores têm sido praticamente inexistente e as condições de trabalho dos profissionais desta empresa, reconhecidos como profissionais de grande mérito, têm-se degradado ano após ano.

A quem serve esta situação?

É para nós lamentável que esta situação se prolongue no tempo, pois como já foi dito neste plenário, a RTP Açores marcou no pós-25 de Abril, pela, e cito, "construção, entre os açorianos, de uma ideia de região enquanto um todo", que não existia no antigo regime que dividia o arquipélago em três unidades administrativas.

O silêncio do anterior Governo Regional sobre esta matéria parece ser sinónimo de que tudo está bem. De facto, ao ler o programa do Governo, surpreendentemente não nos apercebemos da gravidade da situação, que, no entanto está espelhada nas afirmações do seu actual Director ao dirigir-se aos Deputados desta casa na anterior

legislatura e que foram reproduzidas num jornal da região, cito, "a situação da RTP/Açores é "miserável" e de "ruptura", e "os meios técnicos e de gestão são insuficientes."

A quem serve esta situação?

A insensibilidade da RTP SA para com a falta de condições de trabalho da RTP Açores tem-se acentuado, tendo sido afirmado recentemente pela subcomissão de trabalhadores que o orçamento para o funcionamento da RTP Açores irá ser reduzida em 4% no próximo ano.

A falta escandalosa de meios põem em risco a pluralidade da informação na Região e leva a que se justifique práticas que não estão de acordo com o serviço público de qualidade (por exemplo, não existe um programa de debate inter-partidário há já 1 ano e meio, não há câmaras disponíveis para cobrir as iniciativas políticas quando em simultâneo decorre um desafio de futebol, etc.), tudo isto apenas por falta de meios, tudo isto apenas por indisponibilidade logística para fazer melhor e cria um hiato ainda maior entre os problemas que os Açorianos sentem e aqueles que são trabalhados como informação jornalística

A RTP Açores torna-se assim uma "câmara de ressonância" do poder.

A recusa sistemática da substituição de profissionais que têm saído da delegação da empresa, leva mesmo a que a subcomissão de trabalhadores fale de uma estratégia para esvaziar a RTP Açores de recursos humanos e de asfixiá-la financeiramente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se o serviço prestado pela RTP Açores tem uma enorme relevância para a Região, há que tomar medidas urgentes e eficazes no sentido de a dotar de meios indispensáveis para o seu funcionamento como serviço público de qualidade.

Como podemos tolerar a falta de condições de trabalho condignas destes profissionais que nos acompanham nestas sessões plenárias?

Perguntamos: que iniciativas políticas concretas tem o Governo para pôr cobro a esta situação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só uma nota para lembrar ou relembrar o trabalho que na parte final da última legislatura foi feito por esta casa no acompanhamento daquilo que é o serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Esta casa mandatou a comissão permanente especializada de fazer esse trabalho, de elaborar o correspondente relatório, um trabalho que tivemos gosto em fazer e participar no mesmo, trazendo as conclusões a este parlamento.

Exercitámos também pela primeira vez uma competência nova desta Assembleia que foi a audição parlamentar do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, SA, no dia em que fazia precisamente um ano da publicação do novo estatuto da RTP, SA, conferindo esse direito à Região, direito que aliás foi consagrado nesses estatutos por proposta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Certamente que este parlamento, no início de uma nova legislatura, continuará atento, até na sequência do trabalho que desenvolveu, das conclusões que retirou, das recomendações que efectuou, ao trabalho, ao serviço púbico de rádio e televisão e à forma como ele se concretiza na Região Autónoma dos Açores.

Certamente que também em breve exercitaremos o direito de audição anual ao Director do Centro Regional dos Açores de Rádio e Televisão, SA, tirando daí as devidas conclusões e exercitando em consequência os nossos direitos e as nossas obrigações enquanto parlamentares.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que se inicia mais uma Legislatura da Autonomia Açoriana, gostaria de dirigir as minhas primeiras palavras ao Senhor Presidente da Assembleia

Legislativa e a todas as Senhoras e Senhores Deputados, formulando votos para que o trabalho de todos nós constitua motivo de orgulho para o Povo Açoriano.

Esta Assembleia encontra-se a debater o Programa do X Governo Regional. Gostaríamos, por isso, de, no âmbito competencial da Secretaria Regional da Economia, realçar, embora não de forma exaustiva, alguns aspectos deste documento orientador da acção do Executivo ao longo dos próximos quatro anos.

O trajecto de desenvolvimento e progresso que os Açores têm feito na sua caminhada autonómica e, de forma particularmente notória, nos últimos anos, é, por uma variedade de indicadores e por uma multiplicidade de entidades, referido como muito positivo e com inegáveis conquistas para o bem-estar dos Açorianos.

O início de mais uma Legislatura em que o Partido Socialista surge revigorado por uma inquestionável e esmagadora vitória eleitoral...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e com renovado dinamismo para servir os Açores, traduz-se, também por isso, no momento por excelência para descortinarmos a forma como pretendemos encarar os novos desafios.

Sucedemos com muito orgulho e com muita honra nas vitórias e nas batalhas que os anteriores Governos do Partido Socialista conseguiram e travaram em nome dos Açores.

Estamos, de igual modo, plenamente conscientes e convictos de que a tarefa agora é a de vencer os desafios que o Futuro da nossa Região nos apresenta e que a satisfação de uma Nova Ambição para os Açores reclama que vençamos.

Não podem, por isso, passar sem um esclarecimento aqueles que, desesperadamente, procuram encontrar um fim de ciclo que não se vislumbra ou uma estagnação que os Açorianos sabem e sentem não existir.

Há novos combates para travar!

Há novos desafios para vencer!

Mas há, sobretudo, um mar imenso de oportunidades que temos de agarrar em benefício dos Açorianos!

Deputado António Marinho (PSD): É preciso é que haja "barcos" bons para navegar!

O Orador: E o Governo aqui está, como sempre, para, também nas áreas de intervenção funcional da Secretaria Regional da Economia, responder presente e pronto para levar por diante as tarefas que nos são exigidas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um dos pontos nevrálgicos do nosso desenvolvimento, desde logo, económico está na existência de um sistema de acessibilidades inter-ilhas e com o exterior eficaz, eficiente e que possa ser, verdadeiramente, considerado como um activo, como um elemento potenciador e favorecedor da competitividade da nossa economia.

Nesta matéria, o caminho que já percorremos oferece-nos uma experiência e perspectivas de actuação no âmbito dos transportes aéreos e marítimos verdadeiramente estimulantes no que respeita a novas possibilidades de afirmação e de aperfeiçoamento dessa área de intervenção. A renovação da frota da SATA Air Açores e a entrada em funcionamento das novas embarcações da Atlanticoline constituem, também elas, medidas que sinalizam a intenção de melhoria constante do serviço que é prestado e de afirmação do potencial que esses sectores encerram.

Ambas estas áreas, quer através do funcionamento do mercado, quer através da introdução de elementos de intervenção pública, como é o caso das obrigações do serviço público, não podem ser considerados apenas na perspectiva operacional de dar resposta às necessidades de deslocação, mas exige-se que sejam encarados, a começar pelos directos intervenientes nessas áreas, como elementos potenciadores da mobilidade interna e externa e, por esse facto, como pilares essenciais para o sucesso de outras políticas, como é o caso da Coesão, do Comércio, da Indústria e do Turismo.

Neste último caso, o Governo define também como prioridades o reforço da promoção e da divulgação do destino Açores, alicerçado, em especial, no salientar das nossas características diferenciadoras, das quais, e nos tempos que correm, assumem cada vez maior relevo a segurança e a estabilidade social.

Para além disso, a nossa actuação centrar-se-á, também, na criação das condições para que o nosso Turismo encontre na Qualidade um novo elemento de atracção,

necessitando, por isso, de medidas incentivadoras de uma nova ambição.

É necessário criar as condições, e este desafio o Governo assume-o de igual modo, para que o sucesso do sector turístico, para que esse inegável vector de desenvolvimento dos Açores, seja sentido e acarinhado, desde logo, pelos Açorianos.

O nosso sucesso, não apenas o sucesso do Governo, mas o sucesso dos Açores nesta área depende, em larga medida, do empregado de mesa de um restaurante, da arrumadora de quartos de um hotel ou do taxista que leva, por exemplo, os turistas do aeroporto para o hotel ou outro trajecto.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, ao mesmo tempo que, nesta como noutras áreas, o Governo, em conjunto com os parceiros do sector, dinamiza áreas em que a participação pública se afigura como essencial para alcançar os objectivos que lhes foram fixados, há um espaço, há um grande espaço, reservado à ambição, à capacidade e à competência dos empresários e trabalhadores.

O Governo aqui está e aqui estará para actuar, pronta e eficazmente, nas áreas em que deve intervir, bem como para ajudar os empresários, as empresas e os trabalhadores a construírem a sua parte de um sector turístico dinâmico, produtivo e empreendedor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também nas áreas relativas ao Comércio e à Indústria, o Governo parte para esta Legislatura com a consciência da necessidade de uma intervenção que privilegie o reforço ou a criação de factores de competitividade e de qualidade do tecido comercial e industrial açoriano.

Nestas matérias, e para além das áreas que são já abrangidas pelo, comummente reconhecido, generoso sistema de incentivos, ou, para apenas citar um outro exemplo, uma política de combustíveis que nos garante preços mais baixos...

Deputado António Marinho (PSD): Eram!

Deputado João Costa (PSD): Nem sempre!

O Orador: ... e no âmbito da qual, ainda hoje, foi decidida uma nova baixa dos preços máximos de venda ao público de três cêntimos na Gasolina 95, um cêntimo na Gasolina 98 e dois cêntimos no Fuel com efeitos a partir das zero horas de sextafeira, o Governo deve assumir-se sempre como um elemento potenciador da eficiência e da competitividade das empresas, quer no que respeita à sua criação e instalação, quer no que respeita ao seu funcionamento.

Assim é que, no primeiro caso, o Governo considera que no âmbito da redução dos chamados custos de contexto, há que intervir ao nível da reforma de diversa legislação, em especial, a relativa ao Regime Jurídico da Instalação, Modificação e Exploração de Estabelecimentos de Comércio e de Restauração e Bebidas, bem como o Regime do Licenciamento Industrial da Região, aligeirando procedimentos, sempre com a salvaguarda do papel e dos interesses que cabe à Região salvaguardar.

Em ambos os casos, o objectivo é tornar a intervenção pública, licenciadora e reguladora, num elemento potenciador da iniciativa privada e não, como agora quase acontece em alguns casos, como um elemento dissuasor da iniciativa privada.

O Governo assume-se como um parceiro no âmbito da promoção da inovação, da modernização tecnológica e da investigação aplicada ao processo empresarial e que já foi aqui hoje desta tribuna salientado. Recordo a este propósito o primeiro prémio do concurso de Empreendedorismo, ainda ontem atribuído, relativo exactamente à criação de um banco crioestaminal.

E o Governo assim faz, não porque o sucesso das empresas seja o único objective último da intervenção pública. Mas porque ele se assume, de igual modo e em igual medida, como um elemento essencial de geração de emprego, da criação de riqueza e de bem-estar para os trabalhadores açorianos e para as suas famílias. Tudo isto num quadro em que ao Executivo também cabe o papel de criar os mecanismos para que se cumpra e efective a inalienável responsabilidade social que impende sobre qualquer empresa e sobre qualquer empresário.

Toda esta perspectiva de actuação governamental encontra na promoção do investimento externo uma das áreas em que, mesmo considerando a actual conjuntura nacional e internacional, melhor se poderão descortinar passos decisivos a dar.

Quer com a participação em áreas de negócio já existentes nos Açores, quer através do lançamento de novas áreas de exploração comercial, há um conjunto vasto de áreas em que os Açores podem rentabilizar benefícios inequívocos de que dispõem e que aqui já foram abordados. É o caso do nosso sistema fiscal, da nossa estabilidade política e social, da nossa posição geo-estratégica, para apenas citar alguns.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste início de jornada, e ao concluir esta intervenção, importa também relembrar as palavras do poeta:

'Caminante no hay camino

Se hace camino al caminar"

Ou, como diz o nosso Povo,:

P'ra diante é que é caminho!".

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados Jorge Macedo, Lizuarte Machado, José Rego, Aida Santos, Luís Garcia e Artur Lima.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Cumprimento o Sr. Secretário Regional da Economia nas suas novas funções e começaria por sugerir que em próximas ocasiões o Programa do Governo venha com "banda sonora", porque lido como V. Exa. o leu, até parece um documento de grande alcance estratégico.

A verdade, porém, é que estamos a discutir este programa do Governo e eu, se fosse a si, emoldurava-o. Na área dos transportes marítimos e aéreos colocava-o na parede do seu gabinete chamando-lhe — não a si, naturalmente, porque está muito dentro do prazo, tenho a certeza — obsoleto. É claramente obsoleto o que aqui se escreve sobre transportes marítimos e transportes aéreos.

Está "encharcadinho" de lugares comuns. Diria mesmo que é um documento básico demais para um governo que já leva 12 anos.

Relativamente ao transporte marítimo é uma história triste, apelidada não por mim, mas pelo Presidente do Conselho de Administração de Viana do Castelo que, em sede de Comissão Parlamentar de Defesa da Assembleia da República, quando inquirido por um deputado nessa Comissão, afirmou que o barco dos Açores é uma história triste. Falo de "o barco dos Açores", porque em Junho de 2006, como Vs. Exas. bem se recordam, foi afirmado: "Governo investe na aquisição de 4 navios de transporte de passageiros e viaturas".

A verdade, porém, é que estamos em 2008, passados 2 anos, e julgamos ver apenas um navio que infelizmente, segundo rezam os relatórios, não se aguenta em pé.

Deputado José Lima (PS): Não se aguenta em pé, aguenta-se na água!

O Orador: Foram durante 10 anos torrados 50 milhões de euros, para agora virem mostrar-nos um navio que, para além de não se aguentar bem em pé,...

Deputado Francisco César (PS): Aguenta-se na água!

O Orador: ... segundo as palavras do próprio Presidente do Conselho de Administração do Estaleiro de Viana do Castelo, são "mais 40 milhões de mau projecto, de um conjunto de disparates" – não sou eu que o digo.

Se o navio Atlântida era a cura dos males para os 50 milhões torrados em 10 anos, Vs. Exas. correm o risco de "matar o doente com a cura".

Prometeram 4 navios. Só um vai ver, se Deus quiser, a luz do dia!

É um navio lento e obsoleto e com as alterações que vão ser introduzidas mais lento vai ser.

Esta era uma oportunidade, Sr. Secretário para V. Exa. cortar com o desastre que foi o transporte marítimo de viaturas e passageiros inter-ilhas.

Preferiu "remendar uma manta já totalmente rotinha".

São os açorianos e os Açores que, infelizmente, ficam a perder.

Em vez de V. Exa. decidir, e julgo que teria o apoio unânime desta casa (pelo menos do Grupo Parlamentar do PSD teria!) quem fez mal, quem cometeu os erros que fique com o barco ou que faça dele o que bem entender e encontrar uma solução rápida,

eficaz e cómoda para o transporte marítimo de passageiros, preferiu "remendar uma manta rota".

Relativamente ao transporte aéreo, neste programa do Governo, fica um sentimento de total desilusão. Não há uma palavra para inverter, nem um bocadinho, aquilo que é o monopólio encapotado, diria mesmo "a padinha" entre a SATA e a TAP que tanto tem penalizado os açorianos. Nem uma palavra relativamente ao aumento ao subsídio ao bilhete. Nem uma palavra relativamente ao abaixamento das tarifas e do preço das passagens aéreas. Nem uma palavra relativamente às taxas que sucessivamente têm vindo a penalizar os Açores e os açorianos.

Esperava que V. Exa. tivesse tido tempo para pensar (sei que o tempo foi pouco) um sistema integrado de transportes que compatibilizasse transporte aéreo e transporte marítimo de viaturas, passageiros e de cargas. Não o fez.

Em vez disso estamos a analisar, sem "banda sonora" no caso concreto do programa do Governo, um documento que é mauzito, muito mauzinho, sem ideias, sem "chama", quase diria "a arrastar os pés".

Não querem ouvir falar em fim de ciclo, mas essa tem sido a demonstração cabal que V. Exas. têm dado neste debate do Programa do Governo.

É o fim de ciclo. Claramente que é o fim de ciclo.

Evidentemente que muito mais seria de esperar de um Governo se tivesse aproveitado os 12 anos de experiência e aqui apresentasse um documento de boa categoria. Boa categoria, não! Preferiu trazer a esta casa um documento que em muitas das suas partes e capítulos não é mais do que o *copy/paste* de documentos anteriores, nomeadamente de anteriores programas do Governo.

É pena. É pena que estejamos 3 dias a debater um documento muito fraco, um documento de fim de ciclo que nem o Sr. Presidente do Governo conseguiu disfarçar quando na apresentação do programa do Governo fê-lo de uma maneira tristonha e quase amolecido.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

* **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção, naturalmente para cumprimentar todos e em particular os novos que cá chegaram e desejar a todos, e também em particular aos novos, um bom desempenho neste mandato que nos foi atribuído pelos açorianos. Também para saudar o Sr. Secretário da Economia, a chegada às suas novas funções.

Realço em primeiro plano a concordância entre o programa eleitoral do Governo nesta matéria e o programa que agora estamos aqui a analisar; o programa eleitoral do Partido Socialista e o programa do Governo que agora estamos aqui a analisar. Essa questão é fundamental e tem sido levantada aqui ao longo do debate em várias circunstâncias. Obviamente que isso é perfeitamente absurdo relativamente a qualquer tema, porque mudança de linguagem não implica mudança nos compromissos assumidos, nem a obrigação de os cumprir.

Mas nesta matéria em particular a concordância é total entre o manifesto eleitoral e o programa do Governo. Há que realçar isso com todo o rigor.

Por outro lado, é óbvio que estas medidas que estão aqui propostas para o transporte aéreo são obviamente necessárias, são as desejáveis e são aquelas que foram sufragadas pelos açorianos. Relativamente a isso não há nenhuma confusão.

Queria apenas fazer uma chamada de atenção no que diz respeito, em particular, ao ponto 3: "assegurar a competitividade externa em infra-estruturas aeroportuárias da Região".

Queria chamar a atenção que este assunto tem que ser abordado com algum cuidado, desde logo, porque o que se projecta para a construção do novo aeroporto de Lisboa poderá, no limite, levar a um monopólio nacional relativamente a estas matérias e esse monopólio poderá ser extremamente prejudicial para o país, do meu ponto de vista, e a sua extensão aos Açores poderá ser prejudicial à região.

Portanto, há que assegurar (indirectamente ele estender-se-á sempre para os Açores) que pelo menos directamente ele não se venha a estender aos Açores. Julgo que isso é apenas uma chamada de atenção que é importante.

Relativamente aos transportes marítimos é evidente que começamos a ter excelentes infra-estruturas em quase todas as ilhas. É evidente que temos melhores transportes, é evidente que temos serviços regulares e de qualidade, é evidente que também inovamos no transporte marítimo e é evidente que o mérito é todo nosso e que os ciúmes são do PSD.

Deputado Gaspar Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, relativamente a isto não podemos fazer nada.

Comprometemo-nos com os açorianos, assumimos as nossas responsabilidades, apoiamos o Governo no cumprimento desses compromissos e cá estamos para dar a cara pelo que corre bem e pelo que corre menos bem, fazendo-o com orgulho e com frontalidade e é por isso que a 19 de Outubro o resultado foi o que foi e futuramente se verá, mas não embandeirem em arco porque o vosso, pelo menos nesta matéria, à partida, não parece muito risonho.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Quem é que está a embandeirar em arco?

Ninguém está a embandeirar em arco!

O Orador: Relativamente aos navios, já percebi o desespero do Sr. Deputado Jorge Macedo.

É verdade que o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo disse que "essa história do navio dos Açores é uma história muito triste, o projectista fez um mau trabalho e uma série de disparates; os estaleiros estão a estudar uma solução para apresentar ao Governo Regional para verificar se com as alterações vão conseguir gerir o navio".

Como se percebe destas afirmações do Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o problema, do ponto de vista dele, parece estar exclusivamente do lado do projectista que é a PETROBAL.

Acontece que tal não é verdade. E por que é que tal não é verdade? Por uma razão muito simples – e os senhores têm os elementos necessários para avaliarem isto tal

como avaliei, porque eles vieram parar à Comissão de Economia na legislatura passada.

Todos os elementos anexos aos documentos do concurso são meramente indicativos e, conforme consta do contrato, teriam de ser desenvolvidos pelo estaleiro que ganhasse o concurso, neste caso os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Assim sendo, toda a responsabilidade no que concerne aos problemas apresentados era dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e as afirmações atrás referidas pelo seu Presidente só demonstram a incompetência e a irresponsabilidade dele e do seu estaleiro.

A Região só tem que exigir...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Indemnizações!

O Orador: ... ao estaleiro que ele cumpra com o que está definido no contrato, ou seja, que o navio não tenha penalizações e respeite os critérios operacionais. Se o navio cumprir, cumpre. Se não cumprir a Região tem a obrigação de não aceitar.

A Região só tem que exigir e ponto final. Está lá no contrato.

A responsabilidade é do estaleiro. O estaleiro é que tem que apresentar o navio em condições. Não é o Sr. Secretário cessante, nem é o novo secretário porque não são construtores navais. O estaleiro é que tem que apresentar o navio em condições.

A região só tem que exigir. Como diz o povo e muito bem "a batata quente está do lado de lá".

Nós só temos que dizer que aceitamos se tiver condições. Não aceitamos se não tiver condições. Ponto final.

É isso que o Governo tem que fazer. É isso que certamente o Governo fará, e não tenho dúvidas, na defesa dos interesses da Região e na defesa daquilo que são os compromissos com o povo açoriano.

Relativamente a esta matéria, Sr. Deputado, ponto final, parágrafo. A sua euforia foi à vida.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

* **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria saudar o novo Secretário Regional da Economia que trouxe a esta casa um discurso de confiança para os nossos empresários...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e não um discurso que muitos querem apresentar para a Região e que não a fará crescer no próximo futuro. Um discurso que valoriza os nossos recursos, que aposta em novas alternativas para o nosso futuro.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, quando diz que este Programa do Governo não tem alcance nem estratégias, pensamos precisamente o contrário, e os açorianos também assim o disseram.

O PSD apresentou um programa aos açorianos na área do turismo, dos transportes marítimos e dos transportes aéreos.

Os açorianos disseram que a história do Partido Socialista, dos seus Governos, e a aposta nos seus programas, eram diferentes e melhores para os Açores do que as do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém disse o contrário!

O Orador: Julgo que neste momento o Sr. Deputado Jorge Macedo e o PSD poderão continuar a atirar as pedras que quiserem a alguns dos programas apresentados pelo Governo Regional. Os açorianos disseram claramente que a aposta do Partido Socialista nestas áreas, desenvolvidas nos anos passados e no próximo futuro, serão diferentes e para melhor.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao transporte aéreo, julgo que o Sr. Deputado Jorge Macedo já percebeu que os açorianos não vão pelo seu discurso, já perceberam que as passagens aéreas relativamente a alguns anos atrás, mantiveram-se a preços correntes ao mesmo preço que estavam anteriormente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Gostam de pagar caro!!!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sempre são mais baratas do que há 12 anos atrás!

O Orador: Relativamente à taxa de combustível, se o Sr. Deputado está preocupado, a taxa de combustível foi um instrumento importante no modelo de serviço público e continuará a ser no próximo futuro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pois. Para penalizar o passageiro!

O Orador: Nós que estudamos o modelo de serviço público (o Sr. Deputado do CDS também tem levantado essa questão) sabemos que se não houvesse a taxa de combustível, muito pior estaria o modelo de serviço público da Região Autónoma dos Açores.

Vimos, a nível da carga, o que é que a TAP fez com os Açores e vimos o que é que a TAP e outras companhias aéreas fizeram em espaços europeus e no espaço intercontinental: impuseram taxas completamente diferentes.

Vamos ver, com a descida dos preços dos combustíveis, o que é que irá acontecer àquele factor que foi introduzido no modelo de serviço público que, servindo a região em defesa de outros espaços aéreos, em que as taxas foram mais altas, (não é automática, a fórmula está feita para 3 meses) irá subverter os resultados no próximo mês de Janeiro.

Portanto, relativamente a transporte aéreo, Sr. Deputado Jorge Macedo, já o discutimos aqui várias vezes, mas queria ainda lembrar-lhe que o PSD, nesta área, teve uma evolução muito grande relativamente aos monopólios.

No mandato anterior nunca me referi ao Projecto de Resolução que o PSD aprovou nesta casa, por iniciativa do PSD, em que era a favor do *code-share*. O senhor deve ter-se esquecido dessa matéria. Foi importante para os Açores e continuará a ser para o desenvolvimento do nosso turismo.

E já que falamos em turismo, a estratégia do Governo é clara em termos da qualificação dos recursos humanos, em termos da qualificação dos nossos hotéis, em termos uma postura diferente para continuar a melhorar esse sector que é muito importante para a nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

* **Deputada Aida Santos** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É lugar comum afirmar-se que o turismo é um dos sectores mais importantes da economia açoriana.

Algum caminho já foi desbravado, é verdade. No entanto, faltou e falta sustentabilidade.

Os resultados estão à vista e não se desculpam apenas com a crise mundial ou, como referiu o Sr. Presidente do Governo, com a crise nos países emissores.

Os problemas no turismo açoriano começaram muito antes da crise.

Este programa do Governo perde a oportunidade de corrigir os erros do passado.

Não é com publicidade em 12 táxis na cidade de Londres que se monta uma estratégia de promoção do destino Açores.

Deputado Duarte Ponte (PS): E no Algarve quantos temos?

A Oradora: Obtivemos foi decréscimo deste mercado em cerca de 18,5% em dormidas, segundo dados do INE de Setembro deste ano.

Os Açores têm sido, para a política do turismo, apenas duas ou três ilhas...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não! Não!

A Oradora: ... ficando as restantes como meras "enteadas" do arquipélago.

Na área do turismo, o programa do Governo mais uma vez falha quanto à melhoria das ligações aéreas regulares, ao nível dos preços e mais disponibilidade, bem como algumas alterações no actual modelo público de transporte aéreo;....

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... quanto à atenuação de dependência de um pequeno grupo de operadores; quanto à articulação das políticas do Governo Regional com as autarquias nas medidas para a redução da sazonalidade e o incremento da animação turística; quanto à articulação das políticas de transporte aéreo, marítimo essenciais para a competitividade do destino Açores na promoção e crescimento sustentado da procura no mercado nacional.

Os resultados negativos, face a Setembro de 2007, dos Açores, também se devem, principalmente, à redução da procura por parte dos principais mercados emissores.

As quebras sucessivas que se têm sentido no turismo desde Setembro 2007, perduraram pelo menos até Setembro deste ano, com excepção do mês de Maio, atingindo uma queda anual de 4,4%.

Deputado Duarte Ponte (PS): E em termos de receita? Cresceu!

A Oradora: Os empresários açorianos no turismo precisam de um Governo ambicioso e com uma visão de futuro.

Porém, o programa do Governo não consegue ver mais do que a vista alcança.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Só me resta concluir que o Governo continua agarrado aos paradigmas do passado.

É lamentável! Mas foram os senhores que escolheram este caminho.

O programa deste Governo, para além de generalidades, não dá resposta à grande questão que se coloca na área do turismo: que instrumentos concretos vai aplicar para combater os sinais da crise turística a curto prazo?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

* **Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O triângulo formado pelas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, é um triângulo geográfico de elevado potencial.

Ignorar esta realidade revela, por um lado, a ausência de uma visão estratégica para o desenvolvimento desta zona do arquipélago e dos Açores e, por outro, constitui uma imperdoável subvalorização de recursos de elevado potencial.

Os sucessivos Governos socialistas, intencionalmente ou estrategicamente, nunca quiseram reconhecer ou apostar no desenvolvimento do triângulo.

Criar condições para que este triângulo geográfico se transforme num verdadeiro e consolidado triângulo económico, com vantagens e oportunidades para todas as partes, deve ser um objectivo a prosseguir.

Para que tal objectivo seja atingido é essencial implementar uma adequada política de transportes marítimos de passageiros e viaturas entre estas 3 ilhas.

Uma rede de transportes de passageiros e viaturas ajustada ao novo tempo e às capacidades de crescimento deste triângulo.

Uma rede de transportes eficiente, regular, com barcos modernos, rápidos e confortáveis.

A constituição de uma ponte marítima no triângulo é uma exigência, diria mesmo, uma obrigação e um investimento verdadeiramente estruturante que o Governo Regional devia implementar;

Uma ponte marítima que permitisse gerar e consolidar um mercado com cerca de 40 mil habitantes, garantindo-lhes mobilidade, rapidez e conforto nas suas deslocações; Uma ponte marítima que seria também decisiva para o desenvolvimento turístico

Infelizmente, o programa deste Governo em relação ao desenvolvimento do triângulo é mais uma vez omisso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

desta zona do arquipélago com benefícios para toda a Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do Deputado Paulo Estêvão, do Presidente do Governo Regional e do Vice-Presidente do Governo)

Deputado António Marinho (*PSD*): Fica-lhe bem, Sr. Presidente do Governo e Sr. Vice-Presidente, aplaudir!

Não é todos os dias!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Vice-Presidente faz tudo o que o Sr. Presidente faz!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ficará registado no Diário das Sessões!

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Secretário Vasco Cordeiro. Saúdo V. Exa., Sr. Secretário Vasco Cordeiro, nas suas novas funções e percebo, logo no início, a sua dificuldade em fazer uma intervenção não exaustiva sobre o programa do Governo nas matérias que lhe dizem respeito. A dificuldade é esta: é que quanto a transportes aéreos o senhor apresenta isto: um objectivo. Percebo a sua dificuldade em tornar isto exaustivo, porque está aqui um único objectivo. É naturalmente perceptível a sua dificuldade.

Vamos a pormenores práticos.

O primeiro pormenor prático é que o preço do petróleo está hoje a 43 dólares *brent*. Quando foi introduzida a taxa de combustível para fazer face aos sobrecustos das companhias, o petróleo estava cerca de 70 dólares. Ou seja, o petróleo hoje está praticamente a metade do que estava quando introduziram a taxa de 4 euros por direcção, como V. Exa. bem se lembra.

Essa taxa de combustível, ao contrário do que é dito pela SATA e pelo Governo, não é obrigatório que seja revista apenas de 3 em 3 meses, porque o que a SATA está a fazer, e a TAP obviamente, é a equilibrar as suas contas à custa do bolso dos açorianos, com 60 euros de taxa de combustível.

Tanto que não é obrigatório, porque a SATA quando entendeu retirá-la para fazer uma tarifa promocional, a SATA fê-lo. Aí está a prova, Sr. Secretário, que a SATA e o Governo Regional dos Açores não retiram a taxa de combustível, pura e simplesmente, porque não querem e os açorianos estão a pagar as tarifas muito mais caras por culpa do vosso Governo, da SATA, da TAP e do Governo do camarada Sócrates.

Sobre a taxa de combustível estamos conversados, Sr. Secretário.

V. Exa. não fez aí uma única referência ao parque de combustíveis de Pico. Como é que está?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Está no programa do Governo!

O Orador: É o programa do Governo, exactamente: "Operacionalidade dos aeroportos e das infra-estruturas".

Já era para estar pronto, não sei há quanto tempo.

Está a funcionar ou não?

É fundamental ter isto pronto Sr. Presidente.

Estava no programa do Governo, em 2004, o aumento da pista do Faial em mais 500 metros. Neste já não está. O que é que aconteceu ao aumento da pista do Faial? Também desapareceu de 2004 para 2008. Isso também tem que se esclarecer.

Portanto, há medidas que têm que estar no programa do Governo, porque se antes estavam, agora também têm que estar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Já foi explicado aqui! O Orador: No programa do Governo até está, Sr. Presidente do Governo, esta questão: "...a vida útil económica-técnica de uma aeronave (digamos, turbo-hélice) é de cerca de dezasseis anos."

Primeira constatação: os que temos estão há muito tempo. Já deviam estar no estaleiro. Certo? São os senhores que o dizem. Está aqui escrito.

Segunda pergunta: dos aviões novos, quantos anos têm os usados? Quantas aterragens já fizeram os usados? Qual é, com este horizonte temporal, a vida útil dos novos (usados) que os senhores vão comprar? Essa é que é a resposta que o senhor também tem que dar aqui, porque queremos esses esclarecimentos.

Sr. Secretário da Economia, falta obviamente outras medidas, como a iluminação da pista das Flores, que já devia estar feita e que o senhor também se esqueceu, e falta sobretudo, quando o senhor diz que é preciso um sistema de transportes eficaz e eficiente para melhorar as acessibilidades inter-ilhas e, vou dizer-lhe mais, que sirva os açorianos, porque este modelo não serve.

Este modelo de ligações inter-ilhas não serve os açorianos e este modelo de acessibilidades que os senhores têm, tem açorianos de primeira e açorianos de segunda, conforme vivam numa ilha ou noutra.

É essa desigualdade, Sr. Presidente, que o senhor prometeu há muito tempo, e bem, combater.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Por isso há tarifas aéreas!

O Orador: Essa desigualdade hoje existe e agrava-se...

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

O Orador: ... de ano para ano. Hoje temos, em termos de acessibilidades, açorianos de primeira e de segunda. Isso não deve existir nos Açores e os senhores sabem como a SATA faz os seus horários.

Essa é que é a grande falha do programa do Governo em termos de princípio, é não dar a mesma oportunidade a todos os açorianos de saírem dos Açores independentemente da ilha onde vivam. Esta é que é a grande falha deste programa. Esta, em termos de princípio, é que não está consagrada em nenhum lado e não vejo nas outras medidas avulsas, que os senhores tomam, nenhuma medida para combater isso. O que vejo é exactamente o contrário, Sr. Presidente. Desculpe que lhe diga.

Presidente: Vai ter que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Aquilo que os senhores começaram bem, de inteira justiça, estão a acabar mal, no que diz respeito aos transportes aéreos.

No que diz respeito aos transportes marítimos, Sr. Presidente, ninguém tira o mérito ao Partido Socialista de ter introduzido nos Açores o transporte marítimo de passageiros, mas também pelos vistos está a acabar mal.

Vamos ver as notícias...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Vamos ver no Panamá!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, vamos ver como vai acabar. Se acabar bem terão sempre o nosso apoio como as boas medidas do Governo que sempre soubemos apoiar. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Vou mandar-lhe um SMS!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo princípio, como convém.

Sr. Deputado Jorge Macedo, o problema não é do Programa do Governo ter "banda sonora". O problema é que o senhor é rijo de ouvido! Resume-se a isso.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas a "banda sonora" também é má!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Desculpe, não percebi!

O Orador: Ora, aí está a prova!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas ainda não canto fado!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quer mais provas daquilo que estou a dizer.

O Sr. Deputado Jorge Macedo é rijo de ouvido. Portanto, nem com "banda sonora" ia lá.

Desse ponto de vista gostava só de registar aqui um aspecto. No que se refere aos transportes marítimos, o Sr. Deputado Jorge Macedo prendeu-se essencialmente com a questão do novo navio, e não barco, que a Região e a Atlanticoline está a construir para servir a Região.

Sr. Deputado Jorge Macedo, faço honra e justiça de reconhecer que o senhor sabe do que é que está a falar. Ora, sabendo do que é que está a falar, o problema só pode estar numa questão de má fé. Má fé, porque o senhor sabe qual foi o problema do navio, o senhor sabe que o problema que o navio tinha já está resolvido...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não está resolvido. O senhor está mal informado! **O Orador:** ... e o senhor sabe que o problema que o navio teve não tem nada a ver com o andar de lado ou com o andar de banda.

O senhor sabe perfeitamente que o problema que o navio teve foi derivado de uma questão de construção e em relação a essa matéria há algo que pode e deve ficar perfeitamente esclarecido nesta câmara.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estão a informá-lo mal!

O Orador: O Governo considera essencial neste processo garantir um navio que sirva, com segurança e eficiência, o transporte marítimo de passageiros;...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos à espera!

O Orador: ... em segundo lugar, um navio que garanta uma gestão de processo criteriosa e rigorosa dos dinheiros públicos – e é isso que foi feito – e, em terceiro lugar, um navio que garanta aquilo que foi contratualmente feito com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já agora, o senhor sabe da lei?!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, Sr. Deputado Jorge Macedo, a sua intervenção suscita-me um misto de preocupação, porque o senhor realmente cedeu à tentação fácil, como sempre tem feito nesta questão, de querer confundir as pessoas. Por outro lado, um misto de satisfação, porque na questão do transporte marítimo de passageiros, o único problema que o Sr. Deputado Jorge Macedo encontrou foi o problema da avaria no navio Atlântida. É, por esse facto, motivo de satisfação. Em relação à questão dos transportes aéreos e naquilo que foi colocado pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, gostava de dizer, Sr. Deputado, que o que consta do Programa do Governo, e não podemos ignorar que estamos a discutir é o Programa do Governo, dá efectivamente resposta, na perspectiva do Governo Regional, àquelas que são as necessidades de intervenção pública e às necessidades de suscitar intervenção e notificação de comportamentos das partes privadas neste processo.

Se o senhor quer discutir já o Plano e o Orçamento, muito bem, mas não é este o momento e desse ponto de vista certamente que com um bocadinho de boa vontade o senhor percebeu claramente aquilo que queria dizer.

Srs. Deputados Lizuarte Machado e José Rego, agradeço-vos as simpáticas palavras que me foram dirigidas, também da parte do Sr. Deputado Jorge Macedo.

É esta a preocupação, gostava de reiterá-lo, que o Governo tem em relação a dotar a Região de um serviço de transporte marítimo de passageiros, eficaz, eficiente, com qualidade e com segurança.

A conversa que já se ouviu nesta sala dos 50 milhões, o património que os Governos Regional do Partido Socialista têm nesta matéria, é a prova de que isto não é efectivamente assim.

Sra. Deputada Aida Santos, respondendo à sua pergunta, o programa do Governo, ao contrário daquilo que faz o programa eleitoral do Partido Social Democrata, se quisermos confrontar perspectivas daquilo que deve ser a forma como as entidades públicas devem agir em relação ao sector turístico, tem uma diferença fundamental.

O programa eleitoral do Partido Social Democrata, uma das medias que propõe em relação ao sector turístico, é aumentar exponencialmente (a palavra é esta) o investimento na promoção turística dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Promoção!

O Orador: Sra. Deputada, independentemente da questão do quantitativo, também chamamos a atenção no nosso programa para a necessidade de uma maior focagem em relação àqueles mercados que podem ser sensíveis àquilo que os Açores têm para oferecer, ou seja, a diferenciação deve começar a fazer-se logo em sede daquilo que deve ser a promoção turística e na elencagem e selecção criteriosa daquilo que devem ser os elementos valorizadores e diferenciadores do destino turístico Açores.

Desse ponto de vista não posso deixar passar esta oportunidade sem deixar de referir que, esta medida que o PSD propõe para o sector turístico, é exactamente aquilo que o PSD, tão leviana e erradamente, critica no Governo Regional, que é atirar dinheiro aos problemas.

Deputado António Marinho (*PSD*): Investir na promoção é atirar dinheiro para os problemas?! Pelo amor de Deus!

O Orador: Aumentar exponencialmente, e essa é a expressão do programa eleitoral do PSD, os meios afectos à promoção é que é atirar dinheiro aos problemas e era isso que os senhores propunham para o sector turístico.

Sr. Deputado Luís Garcia, a promoção e a atenção ao desenvolvimento turístico do triângulo não se faz apenas quando se salienta ou se refere expressamente triângulo.

Quando elencamos como um dos elementos de desenvolvimento dos Açores as matérias ligadas ao mar, estamos efectivamente aí também a valorizar o triângulo naquilo que ele tem de tradição e de potencialidades em relação a essa matéria.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso é que é uma resposta!!!

O Orador: Terminando, Sr. Deputado Artur Lima, em relação a esta matéria do modelo de ligações inter-ilhas entre os Açores, é óbvio que sobre esta questão, o modelo que temos, busca um ponto de equilíbrio entre aquilo que são as nossas disponibilidades e as nossas possibilidades e aquilo que são as nossas necessidades.

Portanto, desse ponto de vista temos um bom modelo de ligação.

Não conseguimos ter um avião para cada ilha, não conseguimos ter, muito menos, um avião para cada vila, para cada cidade dos Açores, mas temos que rentabilizar melhor e definir o modelo que sirva efectivamente os interesses dos açorianos.

O modelo que temos é o modelo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é?!

O Orador: ... que faz isso sem qualquer tipo de problema, dos aperfeiçoamentos e da necessidade de aperfeiçoamento que é necessário fazer.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E a taxa de combustível?

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, a quem aproveito para saudar, uma vez que é a primeira intervenção que falo nesta legislatura. Quero saudá-lo e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do cargo, desejando o mesmo a todos os colegas Deputados que aqui estão. Aproveito também para estender essa saudação ao Sr. Presidente do Governo e na sua pessoa aos membros do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentei resistir em não comentar nada daquilo que o Sr. Secretário foi referindo, uma vez que até definimos uma determinada actuação na estratégia da nossa intervenção a nível deste programa do Governo, mas não resisti a uma questão que foi abordada pelo Sr. Secretário e que me lembrou algo que aconteceu há dois anos e tal.

Em primeiro lugar, deixe-me Sr. Secretário, dizer-lhe, logo à partida, que tenho pena hoje de não ter podido bater as palmas que lhe bati há 4 ou 5 dias atrás, com todo o à vontade, numa cerimónia pública em que esteve envolvido e à qual assisti. Hoje não posso fazer o mesmo pelos motivos que facilmente reconhecerá.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O Sr. Deputado não se iniba!

O Orador: Gostaria também de lhe dar os parabéns pela leitura que fez do programa eleitoral do PSD. Mostra que é uma pessoa atenta, quer estar bem informada e quer conhecer as propostas dos outros. O mesmo não acontece provavelmente com todos os elementos dessa bancada, nem com todos os outros da bancada do Partido Socialista.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Compreendo que isso seja incómodo para si!

O Orador: De qualquer forma digo-lhe que, investir em promoções turísticas, é investir para sustentar o investimento forte que os privados fizeram. Não é atirar dinheiro para os problemas.

O senhor confunde os conceitos.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que não os conhece!

O Orador: Fazer despesa não é atirar dinheiro para os problemas. Aí, seguramente, investir em promoção é sustentar o investimento que os privados fizeram e é dar uma resposta à resposta que eles necessitam.

De qualquer forma, a questão a qual não consegui resistir em colocar-lhe tem a ver com uma nova atribuição da Secretaria Regional da Economia, decorrente da nova orgânica deste Governo Regional e que, entre outras coisas faz recair sobre a Secretaria Regional da Economia a tutela sobre a APIA – Agência de Promoção do Investimento, que sai da tutela do Sr. Vice-Presidente do Governo e passa para a tutela do Sr. Secretário Regional da Economia.

Lembramos que em meados de 2006 (não consigo precisar o mês, Maio ou Junho, qualquer coisa deste género, cerca de dois anos e meios em contas redondas) houve uma questão que colocámos e que perguntámos por 2 ou 3 vezes, até a vermos respondida: se o papel da APIA não poderia ser desempenhado com vantagens óbvias por departamentos que já assumem essas competências no Governo Regional,

designadamente se não poderia ser por parte da Secretaria Regional da Economia, que tinha na sua mão, e como dizíamos na altura, responsabilidades directas na gestão dos mecanismos de apoio ao investimento?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Deputado Duarte Ponte sorri!

O Orador: Sorri, porque se lembra e o Sr. Presidente do Governo também se lembra, porque quando acabei de colocar esta questão disse (passo a ler o diário das sessões): "Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* (...) É promíscuo...!"

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É que disse?

O Orador: Não! O senhor é que disse que era promíscuo!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Ah!

O Orador: Está lembrado. Provavelmente já não se lembrava que tinha utilizado a palavra na altura.

Dizia então o Secretário Regional da Economia, na sequência da discussão, "... quem decide os sistemas de incentivos, não deve fazer aquilo que faz a Agência da Promoção".

Mais à frente, o então Secretário Regional da Economia, dizia: "o modelo que está a ser discutido é o único que funciona. Não se pode pôr tudo no mesmo saco. Se colocar tudo no mesmo saco não vai funcionar."

Dizia ainda: "quem atribui os incentivos tem que ter uma isenção total em relação aos diversos concorrentes".

O que é que aconteceu?

Por que é que isto mudou?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Mudei de opinião!

O Orador: Mudou de opinião e foi mais uma vez atrás de uma proposta que o PSD estava a fazer na altura. É verdade.

Mudou de opinião e por que é que deixou de ser promíscuo?

É a única questão que lhe quero colocar. Se quiser responder às outras que coloquei inicialmente, terei muito gosto em ouvi-lo, mas gostava de saber por que é que deixou de ser promíscuo?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Ele não sabe! Eu é que sei!

O Orador: Mas a pergunta pode ser para o Sr. Presidente do Governo. Também tenho todo o gosto em ouvi-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário da Economia:

Vou dar-lhe talvez alguns exemplos práticos para fundamentar aquela que foi a afirmação de que este sistema de transportes não é eficiente, de que este sistema de transportes não promove a igualdade de oportunidades entre os açorianos e que é discriminatório para os açorianos conforme a ilha onde vivam.

Sr. Secretário, tenho aqui um bilhete de SATA.

Um jorgense que queira vir para o Faial, num determinado dia da semana, tem que fazer São Jorge/Ponta Delgada, mas pára na Terceira e paga taxas de aeroporto. Depois, faz Terceira/Ponta Delgada e depois Ponta Delgada/Horta.

Eu até entenderia isso tudo. Estava-se a servir o passageiro, embora com algum desconforto de ter que fazer mais uma ligação.

O que não entendo, Sr. Secretário, é por que é que o passageiro paga uma perna de São Jorge para Ponta Delgada e outra de Ponta Delgada para a Horta?

Essa já não se explica e é isso que o senhor vai ter que explicar. É que o bilhete devia ser igual ao de São Jorge/Horta. Naturalmente deve estar estipulado quando é que custa um voo São Jorge/Terceira, um voo Terceira/Graciosa, conforme a duração do voo. Agora, por que é que o passageiros de São Jorge tem que pagar uma viagem para Ponta Delgada e outra para a Horta?

Deputado Duarte Ponte (PS): Porque não tem acesso directo?

O Orador: Só o *one-way* custa 170 euros. Isso é a primeira discriminação.

A segunda, Sr. Secretário e conforme a ilha onde as pessoas vivem, é este panfleto da SATA, que o senhor bem conhece, naturalmente.

Tem aqui Ponta Delgada/Frankfurt – (até vou dizer-lhe o preço) 245 euros;

Ponta Delgada/Londres – 245 euros;

Ponta Delgada/Amesterdão – 360 euros;

Ponta Delgada/Dublin – 290 euros.

Tudo mais barato do que o voo Ponta Delgada/Terceira, Pico ou Lisboa.

Agora, pergunto-lhe, Sr. Secretário:

Os açorianos das outras ilhas por que é que não têm acesso a este programa?

É ou não uma discriminação para os açorianos residentes nas outras ilhas? É ou não é, Sr. Secretário? Porque têm que pagar da sua ilha para Ponta Delgada, eventualmente uma noite de hotel, se acontecer.

Portanto, é um mau modelo de acessibilidades internas e externas dos Açores, Sr. Secretário.

Todos os açorianos deviam ter a possibilidade de ir a Londres ou à Disney pelo mesmo preço. Isso tinha que ter sido feito, porque as novas rotas, Sr. Secretário, não são só para alguns, devem ser para todos.

Lembro que este foi o argumento, e bem, contra aqueles que defendiam a liberalização selvagem do Governo Regional de ter um preço único de saída dos Açores no anterior contrato de serviço público.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mudou de ideia!

O Orador: Pelos vistos a coisa agora não é bem assim, por isso é que digo que pioraram as acessibilidades, mesmo internas e externas. Até há ilhas que deixaram de ter destinos da SATA. Quero ir Ponta Delgada/Graciosa, via Terceira. Até a reorganização interna está mal Sr. Secretário.

Mesmo para as ilhas da coesão está mal Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem se fala!

O Orador: Com estes exemplos que lhe dei, o senhor fará o favor de os esclarecer e dirá se é para continuar essa política.

A mesma coisa se passa com o voo do Porto. Apesar de ter uma frequência e uma boa taxa de ocupação, os senhores no Inverno não querem, apesar de terem um avião disponível para o fazer.

Quanto à taxa de combustível, Sr. Secretário, vai permitir-me que lhe diga (não quero ser deselegante consigo) que ela foi revista a 10 ou 11 de Outubro e nessa altura o petróleo já estava em queda acentuada. Nessa altura, pelo menos, devia ter descido, Sr. Secretário.

Agora, há uma artimanha das companhias e já o fizeram em 2006 e em 2007, que é aproveitarem a época alta do Natal, de elevada frequência de voos, para meterem mais uma vez a mão no bolso dos açorianos com uma taxa de combustível de 60 euros.

É claro que quando chegar a Janeiro vamos assistir à benesse, mas não é benesse nenhuma, porque os açorianos puseram o dinheiro a render lá dentro para depois lhe poder ser dado e o que tem que se fazer de uma vez por todas é abolir essa taxa de combustível como o CDS propôs na Assembleia da República, com os votos favoráveis das outras bancadas, e o Partido Socialista chumbou não se inibindo de financiar SCUT's, CP's, metros, etc., etc.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

* **Deputado Lizuarte Machado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Garcia:

Bem-vindo ao debate!

Gostaria de lhe dizer (o PSD, talvez não!) que o senhor fez uma grande evolução para quem há relativamente poucos anos atrás queria uma sociedade anónima de desenvolvimento para cada ilha, ou seja, ilhas mais pobres, mais isoladas...

Deputado Costa Pereira (PSD): Não sabe do que é que está a falar!

Não percebe nada!

O Orador: ... cada vez mais de costas voltadas umas para as outras e agora, em dia de chuva e nevoeiro, já consegue vislumbrar o triângulo. É indiscutível que é um grande avanço. Ainda não chegou lá, mas pode ser que um dia chegue. Tenho as minhas dúvidas, mas pelos vistos, pelos apartes da sua bancada, se chegar lá, vai chegar sozinho.

Sr. Deputado Artur Lima, o seu discurso tem uma contradição insanável.

Por que é que, por exemplo, apesar de termos fretes marítimos iguais para todas as ilhas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não falei em fretes marítimos!

Falei em fretes aéreos!

O Orador: ... os açorianos que vivem nas Flores, compram os produtos mais caros do que os açorianos que vivem em Ponta Delgada?

Pela dimensão do mercado, Sr. Deputado.

Por que é, Sr. Deputado, que um passageiro que viva em Beja e queira apanhar um voo promocional de Lisboa (não me vou referir aos destinos que o Sr. Deputado referiu, porque por acaso não me agrada nenhuma deles), por exemplo, para Caracas, tem que pagar o transporte de Beja até Lisboa?

É correcto. O avião não aterra na rua dele!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a dar-me razão!

O Orador: Não estou a dar-lhe razão.

Isto quer dizer que temos que ser realistas e temos que nos ajustar aos nossos constrangimentos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor está muito chavista!

O Orador: Isso de dar tudo, a todos, a toda a hora e em todo o local, é demagogia pura!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é, Sr. Deputado!

O Orador: É só mesmo da oposição sem ambições!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

O Orador: Temos que nos ajustar aos nossos constrangimentos.

As obrigações de serviço público são claras. Os Açores, nas obrigações de serviço público, são uma Região de destino único, independentemente da ilha, com fretes iguais para todos os açorianos. Estamos no âmbito das obrigações de serviço público. Queremos que a liberalização vá progressivamente avançando de forma controlada. É isso que os senhores sempre defenderam e foi isso que o senhor aqui defendeu. Portanto, está em absoluta contradição.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não estou!

O Orador: Queremos que isso avance, mas não podemos colocar constrangimentos ao mercado para que isso possa funcionar. Por um lado, não podemos colocar ao mercado esses constrangimentos, porque ele tem que funcionar e deve funcionar e, por outro, não devemos também "ser mais papistas que o Papa" querendo colocar às próprias transportadoras aéreas constrangimentos pelos quais elas não são responsáveis e que inviabilizam claramente a sua operação e a sua saúde financeira que é fundamental para a Região. No caso particular da SATA é mesmo fundamental, porque a SATA é um elemento indispensável da promoção e da criação de novas rotas para a Região Autónoma dos Açores. É fundamental na promoção do turismo e da Região.

O seu discurso "enferma" de todas essas contradições que são absolutamente insanáveis e que, ao quererem dar tudo a todos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade! Não lhe admito isso!

O Orador: ... a toda a hora e em todo o sítio, não defendem os interesses dos açorianos, antes pelo contrário, são absolutamente demagógicas e irrealistas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Demagógico é o vosso discurso e anti-socialista! **Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para de uma forma muito rápida, em relação ao Sr. Deputado António Marinho, dizer que registo a sua argumentação relativamente à história de atirar o dinheiro aos problemas. Ela demonstra que o senhor percebeu que a crítica que o PSD fazia ao Governo não tinha qualquer razão de ser.

Deputado António Marinho (PSD): Não era relativamente a esse aspecto!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, certamente que outras oportunidades hão-de surgir para esclarecer este tema, porque temos, conforme compreende, limitações de tempo, mas há um aspecto base que deve ficar perfeitamente claro.

Em relação àquilo que são disponibilidades e necessidades, procuramos sempre um ponto de equilíbrio. É isso que o Governo tem sempre lutado para fazer, em todas as intervenções.

Há diversos intervenientes neste trajecto que o senhor esquece, naquela simplicidade que colocou na sua explanação, e nem todos eles dependentes do Governo Regional, desde aeroportos e todo um conjunto de outras situações.

Portanto, em relação a essa matéria reafirmo aquilo que disse atrás, salientando que certamente desse ponto de vista haverá outras oportunidades para esclarecer esta questão e sou o primeiro a ter interesse em esclarece-la.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

* **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco o Sr. Deputado Lizuarte apontou que algum do discurso feito pelo CDS era demagógico e reafirmo que ele é demagógico.

É demagógico, porque o Sr. Deputado Artur Lima sabe, tão bem como eu, como é construída a taxa de combustível. Ao longo de 3 meses pode o combustível estar a subir e a companhia, nessa altura, nada recebe pela subida do combustível.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aumentou a 14 de Julho. Seja sério!

O Orador: Ao final do trimestre tem que restabelecer o valor daquele trimestre.

O senhor sabe perfeitamente que se no final de Julho estiver a 40 dólares, mas se teve a 120 ao longo do trimestre, é ao final do trimestre que se vai reafinar o valor da taxa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: Não é por ser Natal, não é por ser Verão, é no trimestre que se fazem as afinações relativamente à respectiva taxa.

Relativamente à mobilidade dos açorianos, o que quero dizer é que o Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... tem feito um percurso importante, para a mobilidade dos açorianos dentro das ilhas e em especial das ilhas com menos possibilidades de desenvolvimento, em termos de toques da SATA.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mentira!

O Orador: Relativamente às tarifas, o percurso das tarifas das ilhas mais pequenas para as outras ilhas, temos uma história que leva a que um voo Ponta Delgada/Santa Maria ou Santa Maria/Ponta Delgada, hoje, seja completamente diferente o seu preço do que era no passado. Isso é aumentar a mobilidade dos açorianos.

Qualquer corvino ou qualquer florentino sabe que vir ao Faial hoje não tem nada a ver com o passado.

As tarifas que foram criadas entre algumas ilhas, para ilhas que podem dispor de alguns recursos que nas suas ilhas os açorianos possam não ter, este Governo tem um percurso digno para esses açorianos.

As tarifas promocionais que o senhor acha que conseguimos, são importantes para a mobilidade de todos os açorianos inter-ilhas. Dentro das nossas ilhas essas tarifas aumentam a mobilidade dos açorianos.

Portanto, como diz o Sr. Secretário, temos um modelo que tem a ver com os nossos recursos, em disponibilidade de aviões, em disponibilidade até financeira, e que temos ajustado e continuaremos a ajustar, conforme as circunstâncias que foram sendo criadas no desenvolvimento dos Açores.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um brevíssimo registo para rever aquilo que afirmei. Banda sonora talvez não! Em vídeo será muito melhor, porque conhecemos os tiques, os truques, e sabemos que o Sr. Secretário quando "o lume arde nas mãos", gosta imenso de fazer "teatro" junto desta Assembleia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): E o senhor levantou-se para dizer isso?

O Orador: Sr. Secretário, quero apenas vingar o seguinte:

Ficou aqui, face às vossas afirmações, que agradeço, registado que no transporte marítimo de passageiros e de viaturas nos Açores, os senhores contentam-se em reter a culpa para cima dos outros. Os outros é que são sempre os culpados!

No transporte aéreo, os senhores teimam em afirmar que o monopólio SATA, a "padinha" SATA/TAP é que é bom para os açorianos.

Deputado Duarte Ponte (PS): Qualquer empresa pode entrar!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: Diria que é mau para os açorianos o transporte aéreo, o monopólio SATA/TAP, como é mau também o novo Carvalho Araújo que os senhores vão trazer para os Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor vai roer-se de inveja para entrar naquele barco!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César *(PS):* Nesta minha primeira intervenção de tribuna, saúdo de forma especial o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo, as Sras. e Srs. Membros do Governo.

As eleições do passado dia 19 de Outubro mostraram a apreciação que as açorianas e os açorianos têm do trabalho dos Governos do Partido Socialista, nos últimos 12 anos e do seu modelo de desenvolvimento.

Um modelo de desenvolvimento que foi alternativo, mas tem representado estabilidade!

Que é diversificado, mas é sustentado!

Do Partido Socialista, com todos os Açorianos!

A vitória do PS em todas as ilhas dos Açores.

Repito!

Em todas as Ilhas dos Açores!

Foi a demonstração clara de que estávamos na direcção certa, quando apostámos em certas áreas chave da nossa economia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A aposta transversal no Turismo, na Coesão Económica e nos Transportes Marítimos e Aéreos de passageiros fazem parte orgulhosamente da nossa obra, e continuarão a fazer parte certamente, dos nossos maiores desafios. Para nós, tal como disse Churchill:

"Problemas que vêm com a vitória são mais agradáveis do que os da derrota, mas igualmente difíceis."

Numa altura em que a crise internacional se torna cada vez mais real e global, (a Economia mundial vai crescer em 2009 ao pior ritmo desde 1982, cerca de 1.3%) e em que, por via disso, o País entra em estagnação económica, o sistema de governo autonómico dos Açores, no qual o Governo Regional e a Assembleia Legislativa têm as maiores responsabilidades, tem de assumir o seu papel de intervenção na criação das condições para que os bons resultados até agora obtidos a nível económico, não sejam tão contingenciados pelas circunstâncias externas.

No plano do turismo, agora mais do que nunca, devemos criar condições para que este sector se torne a médio prazo num dos mais importantes sectores económicos da região.

Contra alguns, que nem uma página e meia têm no seu programa eleitoral sobre o tema, queremos continuar a construir uma "nova oportunidade ao Turismo nos Açores".

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Apostámos na infra-estruturação da nossa capacidade de alojamento tradicional, multiplicando por 3 o número de camas disponíveis nos últimos dez anos; promovemos a Marca Açores, como sinónimo de destino politicamente estável e de especificidade cultural e ambiental; diversificámos a proveniência das dormidas,

reduzindo assim, o risco associado à dependência excessiva de um só mercado; praticamente triplicamos o número de dormidas nos Açores de 1997 a 2007.

Mas temos de investir mais, e mais criteriosamente, na promoção externa da nossa região. Mercados com poder de compra, populosos e mais próximos geograficamente devem ser a nossa aposta. Não esquecendo, porém, que a nível de turismo inter-ilhas, o potencial de crescimento pode e deve ser exponenciado.

A diversificação e o aumento da nossa capacidade Hoteleira, conforme previsto no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, (POTRA) deve ser também uma prioridade no nosso projecto.

O nosso empenho em investimentos com retorno social, como a qualificação da mãode-obra e o auxílio à construção de infra-estruturas de apoio ao turismo, geram externalidades positivas, qualificam a nossa oferta turística, melhoram a nossa economia e promovem a coesão.

A nossa noção de Coesão Regional não é a de uma simples redistribuição de riqueza entre as nossas ilhas, de uma forma assistencialista. Trata-se sim, de construir políticas públicas direccionadas, que diferenciem as especificidades e que corrijam os desequilíbrios. Ou seja, não se trata de construir uma igualdade artificial entre as nossas ilhas, mas sim de obviar os desequilíbrios internos de cada.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Esperemos que consigam passar dessa tesa para a prática!

O Orador: Para isso, propomo-nos efectuar uma caracterização detalhada das forças e fraquezas, das ameaças e das oportunidades, de cada ilha, através de um Plano Estratégico para a Coesão dos Açores realizado por uma entidade externa. Este plano, permitir-nos-á verificar, corrigir ou até acrescentar valências aos programas já existentes de promoção de Coesão Económica e Social da nossa região.

Temos, contudo, já a consciência de que nem todos os nossos programas de apoio à Coesão estão isentos de defeitos no seu ordenamento e no seu funcionamento. Temos de agilizar, desburocratizar e simplificar o funcionamento destes programas, tendo como objectivo de referência a ampliação da actual motivação empreendedora da população dos Açores.

A dificuldade das ilhas de menor dimensão de gerarem economias de escala, nos seus mercados, torna obrigatória, a nosso ver, uma intervenção direccionada de políticas públicas, que promovam "nichos" e "aglomerados" locais, que estimulem a fixação de quadros técnicos nas chamadas "Ilhas de Coesão", e que, conjugados com uma boa política de transportes marítimos e aéreos, permitam a realização de um mercado interno verdadeiramente regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A concretização das políticas de promoção da actividade turística e de coesão económica e social das nossas ilhas, só é possível através de uma política de transportes marítimos e aérea concertada e integrada.

Os transportes marítimos inter-ilhas são fundamentais para o abastecimento e escoamento dos produtos das nossas ilhas, bem como para a sustentação e promoção do Turismo Regional.

O Governo dos Açores, sustentado pela maioria de deputados desta assembleia, tem que aproveitar as excelentes infra-estruturas portuárias de que dispõe, potenciando-as ao nível da sua eficiência e promovendo-as como plataformas logísticas de facto. Também aqui, simplificar agilizar e desburocratizar deve ser a nossa palavra de ordem.

O transporte marítimo de passageiros torna-nos mais próximos enquanto região. Mas para que isto aconteça, necessita de funcionar verdadeiramente em rede, apoiado em equipamentos modernos e que operem durante todo o ano.

De forma complementar devemos encarar os transportes aéreos na região. Dividindo, como é óbvio, aquilo que são as obrigações de serviço público de passageiros da rede regular doméstica interna e para o continente, com os objectivos estratégicos de transporte de fluxos turísticos, e de carga para os Açores.

O objectivo de mais turistas e de maior diversificação nos mercados emissores, só é possível investindo no desenvolvimento de novas rotas, operando conjuntamente, com operadores turísticos promotores ou utilizando a SATA como instrumento primordial na assunção destas mesmas rotas.

Por outro lado, devemos encarar o modelo de obrigações de serviço público, sem dogmatismos de qualquer espécie, à excepção da ambição legítima que é defender um melhor serviço de transportes para os Açorianos. Deve ficar claro para todos, que defendemos o actual regime de code-share para o continente, aliás como alguns, aqui, já o defenderam antes, porque acreditamos que é este que serve melhor o interesse dos açorianos. Estamos atentos às consequências negativas, para os madeirenses, da liberalização total dos transportes aéreos na sua região, apesar da sua maior dimensão e da tradição da sua marca.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Percebemos as expectativas justas de alguns, tal como nós, nesta matéria e devemos estar prontos, desde já, para aperfeiçoar o modelo existente ao nível do preço para o utilizador, da frequência dos voos e da qualidade do serviço.

Ao nível do serviço de transporte aéreo inter-ilhas, verificamos que as obrigações de serviço público, a que a empresa concessionária está obrigada, não se compadecem com um plano de investimento adequado à prestação de um serviço flexível, com qualidade e competitividade. O prazo de concessão deve ser alargado para além dos 3 anos actualmente em vigor.

Contudo, ao contrário da parcialidade costumeira, de que faz uso a oposição tão frequentemente quando acha que está tudo sempre mal, nada bem, a piorar, pensamos que vivemos num mar de rosas. O PS não ignora a noção de que há riscos nas nossas políticas, de que há contingências externas que nos influenciam, de que existem períodos de ajustamentos internos que permitem o reordenamento económico e de que muito, mas muito ainda há para fazer e investir.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E já agora alguns erros políticos a corrigir!

O Orador: Mas é em alturas de crises internacionais, que os modelos de desenvolvimento económicos mais sólidos e sustentáveis se ajustam e que os modelos obsoletos e contingenciais se desmoronam.

Acreditamos no nosso modelo, sabemos da responsabilidade que temos, somos optimistas. Acreditamos nos Açores e nos Açorianos. E, como eles acreditamos que:

"Um optimista vê uma oportunidade em cada calamidade. Um pessimista vê uma calamidade em cada oportunidade."

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos quem são os velhos pessimistas. Sabemos nós e sabem os açorianos. Também sabemos quem são os novos pessimistas. Também sabem os açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Só não sabemos se os pessimistas sabem, os novos e os velhos, a responsabilidade que têm em representar nesta casa, o povo açoriano. Cuidaremos que sim. Cuidem-se eles também.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No início desta Legislatura começo por saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, desenhando-lhe as maiores felicidades no exercício das funções que irá desempenhar na qualidade de Presidente desta Assembleia.

Quero também desejar a todas as senhoras e senhores deputados as maiores felicidades e, desde já, manifestar a minha total disponibilidade para convosco estabelecer um diálogo que salvaguarde o debate responsável e democrático sempre, mas sempre colocando o interesse dos Açores em primeiro lugar.

As áreas do Programa do Governo que à Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social dizem respeito, estão organizadas em cinco eixos fundamentais: natalidade e rejuvenescimento; políticas de emprego; trabalho; formação e

qualificação profissional; solidariedade social; igualdade de oportunidades; e defesa do consumidor.

Ao longo da última década, os Governos do Partido Socialista implementaram políticas sociais que se tem reflectido numa melhoria de qualidade de vida dos Açorianos.

Todavia é necessário dar continuidade às políticas sociais de uma forma coerente e sustentada, sendo um dos objectivos fundamentais da acção do Governo proporcionar os meios necessários para que a sociedade possa beneficiar de maior bem-estar.

Nesta Legislatura, assumimos os compromissos já iniciados e iremos implementar outros que consideramos estratégicos para a coesão social e territorial dos Açores e o consequente desenvolvimento da nossa Região.

As políticas orientadas, directa ou indirectamente, para a reversão da baixa da natalidade necessitam de um espaço temporal longo para a sua implementação. Escusado será dizer que para a concretização deste projecto é necessário o envolvimento transversal de todos, Governo, Autarquias e Comunidade.

Assim, elegemos como prioridade para os próximos quatro anos a implementação de um Plano Regional para a Família e para a Infância, que desenvolva uma estratégia integrada, tratando de forma diferenciada as realidades das ilhas mais pequenas e ou de menor densidade populacional.

Estamos determinados na concretização deste plano que será um instrumento fundamental de ajuda às famílias, na sua função essencial de garantia da coesão social e da solidariedade intergeracional.

Destacamos também, como objectivos essenciais, a melhoria dos apoios à família no exercício da função parental e os níveis de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal das mulheres e dos homens, a criação das condições favoráveis e apelativas à fixação dos jovens onde a baixa natalidade e as migrações se verificam com maior intensidade e a promoção do incentivo ao aumento da natalidade.

Especial atenção vai ser dada à criação e aprovação do Regime de Protecção das Famílias Numerosas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito das políticas de emprego, trabalho e qualificação profissional, vamos prosseguir com a mesma determinação e empenho que caracterizaram, na última década, a actuação do Governo nesta área tão importante de governação. O reconhecimento do trabalho realizado já motivou a vinda aos Açores de diversas instituições europeias, nomeadamente do Fundo Social Europeu, para adquirirem competências ao nível da boa gestão do pró-emprego.

Avançamos com determinação e empenho na concretização das medidas e das acções previstas no Programa do Governo, numa lógica de considerar o emprego como elemento central da coesão social e territorial, em particular na intervenção social para a empregabilidade como factor central da valorização das pessoas e das organizações.

Importa, pois, salientar alguns dos seguintes desafios enunciados no Programa do Governo:

1.º - Garantir a cada desempregado as respostas adequadas no prazo máximo de 100 dias após a inscrição nas Agências para a Qualificação e Emprego.

Esta medida constituirá um enorme desafio para os serviços, exigindo uma maior cobertura territorial, por exemplo através dos Postos da RIAC, bem como a criação de equipas móveis pluridisciplinares. Para além do atendimento personalizado nas Agências de Emprego existentes, estas equipas terão a dupla missão de acolher, acompanhar e dar resposta aos desempregados das áreas geográficas envolventes e proporcionar melhor acolhimento, mais acompanhamento e maior eficácia nas respostas a dar aos desempregados.

- 2.º Dar maior orientação aos jovens à procura do primeiro emprego, em particular criando a figura do "Tutor de Emprego" que acompanha o jovem no processo escolar, desde o ensino pré-profissional até à integração no mercado de trabalho.
- 3.º Reforçar o acompanhamento para a empregabilidade de públicos fragilizados, que constituirá outra das prioridades do Governo.

- 4.º Implementar a rede dos "Centros de Validação de Competências" a fim certificar perto de 40 mil Trabalhadores Açorianos em mais de 130 profissões, incluindo da Administração Pública Regional.
- 5.º Reforçar os serviços de conciliação e arbitragem dos conflitos laborais, alargando o seu funcionamento a todas as ilhas.

Vamos prosseguir com determinação e empenho na concretização de uma política laboral que privilegie a segurança máxima no trabalho. Neste sentido a Inspecção Regional do Trabalho implementará as medidas conducentes à promoção de políticas activas de combate à precariedade laboral, nomeadamente do combate aos "falsos" recibos verdes.

O Governo tudo fará para que a missão da Inspecção Regional do Trabalho desenvolva metodologias e acções de aconselhamento e de controlo inspectivo nas empresas e demais organizações, tendo como objectivo norteador da acção a melhoria das condições de trabalho dos Açorianos.

Assim, será dada tolerância zero no combate à precariedade laboral!

Empreendemos com determinação uma enorme mudança, uma reforma sem precedentes no que diz respeito às políticas de valorização dos recursos humanos para a empregabilidade e por isso, temos um enorme orgulho no trabalho que temos vindo a implementar.

Os Açores ganharam, ao longo da última década, notoriedade junto do País e das Instâncias Europeias. Por isso, continuamos a trabalhar com responsabilidade para que os Açores continuem a crescer mais do que a economia nacional e mais do que a média Europeia.

A taxa de desemprego continua a ser a mais baixa de todo o País e uma das mais baixas da União Europeia. Esta é uma realidade indesmentível e é sem duvida uma conquista segura dos Governos liderados pelo Presidente Carlos César.

Nos últimos seis anos, enquanto que o número global de trabalhadores nos Açores aumentou 12%, o número de mulheres nos quadros das empresas aumentou 36% e o número de mulheres a ocupar quadros superiores aumentou 50%.

Estes valores não têm paralelo a nível nacional ou europeu. Cabe, no entanto, conjugar esta evolução com o papel potenciador das políticas públicas para o emprego feminino e para a igualdade do género.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na última década assistiu-se a um grande investimento público no sector da Habitação. O Governo concedeu entre 2004 e 2008, 1228 lotes nas diversas ilhas dos Açores.

Não obstante o enorme esforço despendido neste sector, como é justo reconhecer, na verdade não podemos ignorar que é necessário mais investimento para dotar a Região de um parque habitacional que fomente o acesso à habitação de todos os Açorianos.

Elegemos nesta Legislatura como prioridade absoluta ultrapassar alguns constrangimentos que existem e pretendemos tratar de forma diferenciada os agregados familiares com necessidades especiais no âmbito dos apoios à habitação, como sejam famílias monoparentais ou famílias que integrem pessoas idosas portadoras de necessidades especiais e ainda vitima de violência doméstica.

Vamos criar um Programa Regional de Acesso à Habitação, que fomente o acesso dos Açorianos à habitação, nomeadamente através de medidas de incentivo ao arrendamento a agregados familiares com especiais necessidades.

Pretendemos reforçar a recuperação de habitação degradada, cuja finalidade objectiva é contribuir para a reabilitação dos centros urbanos, incentivando a sua posterior ocupação por jovens.

Com o intuito de articular uma resposta mais célere nos casos que justificadamente o exigem, a Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social implementará uma estratégia que desenvolva uma intervenção social integrada (acção social; habitação; emprego), que promova a melhoria das condições de vida e das competências dos públicos excluídos.

Vamos dinamizar as parcerias público-privadas no domínio da habitação, visando a flexibilidade de intervenção para assim acelerarmos o combate à pobreza e à exclusão social.

Por último, é absolutamente necessário desburocratizar o acesso à habitação, simplificando a legislação aplicável e agilizando os procedimentos. Os agentes da Administração Pública terão um papel fundamental na implementação desta medida, focalizando a sua atenção no cliente, a razão da sua existência.

Move-nos uma vontade e uma enorme determinação para prosseguir com as reformas necessárias para materializar um princípio fundamental: o investimento prioritário é nas pessoas. É esta componente aquela que nos diferencia dos nossos adversários políticos. Por isso, as Açorianas e os Açorianos manifestaram no último acto eleitoral o seu apoio incondicional ao Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na anterior legislatura, e paralelamente ao processo que tem sido contínuo desde 1997 de aumento dos equipamentos sociais e reforço da sua capacidade de resposta, o Governo dos Açores, através dos departamentos competentes, tem vindo a direccionar as suas estratégias para adequação operacional das respostas sociais à natureza complexa e multidimensional das novas situações de pobreza e exclusão.

Estas passaram a exigir a concepção de medidas e metodologias de intervenção social, sistémicas, integrada, positivas, construtivas, territorializadas e transversais aos diversos domínios sócio-comunitários.

Esta perspectiva tem vindo a originar a redefinição da missão da solidariedade social, que passou a conjugar a promoção da coesão sócio-familiar, com o desenvolvimento pessoal, social e local e a protecção dos grupos mais vulneráveis, implicando neste processo uma reorganização global dos objectivos, meios e procedimentos de intervenção.

Deste modo, é prioritário pensar em intervenção social de forma sistémica e num planeamento e funcionamento assentes numa matriz de princípios que interligue: a inserção e a inclusão; a diferenciação e a especialização; a parceria e a articulação institucional; a territorialização e a identidade local; o desenvolvimento local e a economia solidária; o conhecimento e a inovação das metodologias de intervenção.

Neste sentido o Programa do Governo que se apresenta em sete grandes objectivos e quase 50 medidas, privilegia uma nova metodologia de intervenção social; o trabalho em rede.

Na verdade, durante os últimos doze anos passamos de 239 equipamentos sociais para 695 e o número de pessoas abrangidas passou de pouco mais de 8 mil para quase 28 mil. Esta é a realidade social. Partimos afinal de tão pouco....

Na presente legislatura continuaremos a reorganizar a nossa capacidade de intervenção, criando respostas à diversidade das problemáticas que exigem a diferenciação e novas abordagens metodológicas.

Uma palavra especial relativamente ao Rendimento Social de Inserção nos Açores. Contrariamente àquilo que é muitas vezes afirmado, nos Açores, desde 2006, o número de beneficiários tem vindo a decrescer, passando de 18.812 para 17.911, números de Setembro deste ano. Estes dados, recentemente publicados, incluem os processos entretanto cessados ou a aguardar retroactivos ou Subsídio de Apoios Complementares – que são verbas atribuídas no âmbito das acções dos programas de inserção em que a lei prevê que, apesar da cessação da prestação, estes possam continuar a ser pagos. Acresce ainda referir que 59% dos beneficiários cessados deveu-se à alteração dos respectivos rendimentos.

No entanto, estamos conscientes que se trata de um processo em constante desenvolvimento, em que a evolução social exige novas respostas, nomeadamente ao nível das actividades inspectivas, visando sempre, em última instância, uma maior justiça social.

Assim, continuaremos a apostar no Rendimento Social de Inserção como um instrumento facilitador da inclusão, reforçando a sua fiscalização e assegurando uma aplicação rigorosa.

Estamos empenhados em aprovar, em observância ao quadro constitucional e estatutário vigente, o Regime Jurídico da Solidariedade Social nos Açores, desenvolvendo e definindo, de forma unitária e consolidada, o quadro jurídico para a solidariedade e segurança social nos Açores, abrangendo, designadamente as seguintes matérias: a Gestão e o Regime Económica da Segurança Social; as Prestações Sociais; a Regulação de Serviços Sociais, de apoio social e de

solidariedade social; o Regime de Cooperação entre a Administração Regional e as Instituições Particulares de Solidariedade Social; o Combate à exclusão social e a promoção de igualdade de oportunidades; o Apoio aos cidadãos portadores de deficiência; o voluntariado; entre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à igualdade de oportunidades daremos especial atenção ao Plano para a Igualdade de Oportunidades nos Serviços da Administração Pública Regional, tendo por finalidade combater todas as formas de discriminação e desenvolver a igualdade de oportunidades junto dos vários departamentos do governo, implementando para o efeito um conjunto de princípios e regras a serem observados e complementados por um código de boas práticas nesta área de intervenção.

Vamos ainda criar e dar especial acompanhamento ao Conselho Regional da Igualdade de Oportunidades.

Por último, reforçaremos à actuação informativa e fiscalizadora da Inspecção Regional das Actividades Económicas ao serviço da defesa dos consumidores açorianos.

Temos, pois, muito trabalho pela frente.

Move-nos a vontade de continuar a trabalhar para construir uma sociedade mais solidária ao serviço dos interesses dos Açorianos.

A confiança que depositaram em nós será apanágio para afirmamos com toda a convicção: "Açores Ilhas com Futuro!".

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados Rui Ramos e Piedade Lalanda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

* **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo (que se ausentou), Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos um tempo bem diferente do passado recente.

Vivemos um tempo de mais interrogações e de dúvidas cada vez mais prementes e acutilantes.

Vivemos o tempo da instabilidade internacional, de incerteza quanto ao emprego que já não atinge apenas os mais desfavorecidos mas que se estende a várias camadas de uma classe médica cada vez mais empobrecida, porque principal vítima da contenção do défice e do ímpeto reformista do Governo.

Vivemos um tempo em que a garantia e a manutenção dos postos de trabalho é cada vez mais uma incerteza nesse mundo global onde a concorrência desleal também acontece e também nos atinge.

Vivemos a incerteza do futuro.

Ao mesmo tempo que pairam essas ameaças, a propaganda socialista vangloria-se com a existência de uma baixa taxa de desemprego. É verdade!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):
Ah!!!

O Orador: Calma, Sra. Secretária.

Mas os factos, no entanto, mostram-nos uma dura realidade. A taxa de desemprego encontra-se em acentuada tendência de aumento e já vão longe os 2% alcançados em 2003, porque no presente ano já se posicionou acima dos 5% (e não vou fazer aqui malabarismo, ser o dobro ou não ser, isso não interessa).

Entretanto, Sras. e Srs. Deputados, que é isso sim o que verdadeiramente interessa, há milhares de trabalhadores com vínculo precário, onde a segurança no emprego é pura e simplesmente um miragem.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se por um lado o drama do desemprego é uma realidade que se intensifica entre nós (infelizmente!), por outro, insiste-se na manutenção de baixos salários que fatalmente atiram os açorianos para um fraco poder de compra relativamente à generalidade dos portugueses.

É a insularidade! – dirão alguns.

Mas é mais do que isso! É bem mais do que isso!

Recusamos por isso os cenários cor-de-rosa tal como pinta o Governo Regional.

Preferimos encarar a realidade, ouvir os açorianos, conhecer as suas preocupações e colaborar nas soluções que conduzam à melhoria efectiva das suas condições de vida.

Sras. e Srs. Deputados:

Um país sem emprego é um país sem esperança, sem chama e sem futuro.

Uma ilha sem emprego é também uma ilha onde falta a esperança, a força e onde faltará sobretudo o futuro.

Precisamente por isso impõe-se fazer um diagnóstico estratégico das ilhas, tal como os TSD pediram há cerca de 2 anos atrás.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor aqui não é sindicalista!

O Orador: ... que possa gerar um plano de ilha, Sr. Deputado, capaz de potenciar o desenvolvimento e com isso gerar mais emprego, mais esperança e mais futuro para todos os açorianos.

É sobretudo essa falta de esperança que se vive hoje nos Açores...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com especial acuidade nas chamadas "Ilhas da Coesão", nas ilhas mais pequenas.

A pergunta que faço, finalmente, é se este governo tem planos concretos que contribuam para a inversão decisiva dos números do desemprego e se a Sra. Secretária Regional está ou não em condições de dar essa garantia, não a mim, mas sim a todos os açorianos?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

* **Deputada Piedade Lalanda** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, as minhas primeiras palavras de saudação à Sra. Secretária Ana Paula Marques pela forma como soube articular um vasto leque de áreas que tem a seu cargo na nova Secretaria do Trabalho e da Solidariedade, trazendo aqui um ponto comum da importância que este Governo dá à qualidade das relações sociais.

Se calhar é mais fácil falarmos nos barcos que não funcionam, do investimento ou não na obra feita, mas é mais difícil defender a política das relações humanas, da igualdade de direitos, da justiça no trabalho, da igualdade de género que são valores que toda a gente gosta de apregoar, mas que difícilmente conseguem operacionalizar.

Portanto, tem uma árdua tarefa pela frente, operacionalizar aquilo que consta de quase todos os programas eleitorais, mas que é de pouca prática em muitos governos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E tem sido nos últimos 12 anos!

A Oradora: Já agora que as minhas palavras se seguem às do Deputado Rui Ramos, é realmente triste (e foi aqui bem notado pelo nosso colega Francisco César) que sejam tão pessimistas, que sejam tão "nuvens negras" como já tiveram até oportunidade de colocar em cartazes, que sejam tão pela incerteza, pela dúvida, pela angústia existencial, que sejam o arauto das pessoas deprimidas, que venham para aqui com esta ânsia realmente do desemprego que cresce, das pessoas que não têm trabalho, e não se preocupem ...

Deputado Rui Ramos (PSD): É a realidade de muitas famílias!

A Oradora: É evidente que não estamos do lado do desemprego; é evidente que se olhar para os números – e é bom que conheça, e com certeza que conhece, a realidade açoriana – vê que a taxa de actividade feminina nos Açores andava nos meros 20%, no seu tempo, no tempo do Mota Amaral, nos tempos do PSD...

Deputado Rui Ramos (PSD): Pelo amor de Deus, Sra. Deputada! Cheguei agora!

A Oradora: ... e era muito pouco qualificada.

Veja agora a taxa de actividade feminina e veja a qualidade do mercado de trabalho feminino.

Veja a grande diferença e veja como essa entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho não perturbou assim tanto as taxas de desemprego da Região. Essa é que é a grande vitória dos governos do Partido Socialista, foi trazer as mulheres para o

mercado de trabalho e não disparar taxas de desemprego como seria de esperar, porque as mulheres hoje em dia estão cada vez mais a integrar o mercado de trabalho.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): As mulheres têm que integrar o mercado de trabalho para ser mais um rendimento para o agregado familiar!

A Oradora: Isso não é do seu tempo, ou se quiser, dos tempos do Governos do Partido Social Democrata.

Pode haver alterações de números a nível do desemprego na Região, mas de certeza que hoje em dia nós temos famílias com dupla profissão, os pais a trabalharem, os duplos activos, e isto era uma realidade que não se pensava no passado.

Não há dúvidas que famílias que tenham pai e mãe a trabalhar, têm outro sucesso social. Queira Deus que eles continuem e que este Governo consiga manter estas oportunidades de trabalho para mulheres e homens.

Como foi aqui dito, a igualdade de oportunidades não é uma questão meramente de género, é uma questão de novos públicos que também tivemos que acolher nestes últimos anos, dos repatriados, das novas comunidades emigrantes e imigrantes. Essa também é uma realidade que faz parte hoje do tecido social dos Açores e não era uma realidade de há 20 anos atrás.

Portanto, fomos capazes de acolher novos públicos no mercado de trabalho e sem que isso perturbasse de forma significativa as taxas de desemprego.

Penso que estamos no caminho certo e é por aí, Sra. Secretária que espero que continue a trabalhar.

Muito obrigada.

Deputado António Marinho (*PSD*): Naquele inquérito feito à região, a primeira preocupação dos açorianos é sempre esta!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

* Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):
Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Ramos:

Esperava que fosse um bocadinho mais optimista. Não lhe ficava mal!

Os dados que vou indicar-lhe agora comprovam, perante esta câmara e perante os açorianos, que o senhor e o seu Grupo Parlamentar não têm razão.

Número de desempregados:

Há 10 anos – 9.200

Há 4 anos - 3.749

Há 1 ano – 3893

Hoje – 3626.

Tempo médio no desemprego:

Número de desempregados:

Há 10 anos – 16 meses

Há 4 anos – 12 meses

Há 1 ano – 10 meses

Número de trabalhadores nos quadros das empresas:

Número de desempregados:

Há 10 anos – 33.818

Há 4 anos – 45.238

Há 1 ano – 50.560

Deputado Pedro Gomes (PSD): São números do INE?

Deputado António Marinho (*PSD*): Honestidade na análise, Sra. Secretária. Esses são os vossos números.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): A senhora não conhece a taxa de desemprego. Essa é que é a realidade!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Secretária está no uso da palavra.

A Oradora: Ouçam. Os números não estão a entrar.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Sei o que é o drama do desemprego, Sra. Secretária, coisa que a senhora não sabe. O problema é esse.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, o senhor já fez a sua leitura. Agora deixe a Sra. Secretária falar!

A Oradora: Deixem-me ler porque ainda não consegui memorizar estes dados, mas dentro de pouco tempo serei capaz de o fazer sem recurso a papel.

Queria dizer também que relativamente aos jovens licenciados, que é outra área onde muitas vezes se ouve aquilo que não corresponde efectivamente à realidade, já passaram pelo programa Estagiar L, em 10 anos, 3.580 estagiários.

Deputada Carla Bretão (*PSD*): Quantos ficaram colocados?

Neste momento, encontram-se inscritos nas Agências de Emprego 12 jovens que ainda não conseguiram emprego.

Sr. Deputado, qual é a posição do PSD relativamente a esta matéria?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos ficaram empregados, Sra. Secretária?

A Oradora: Os dados são indesmentíveis. Estão aqui, são oficiais.

Deputado Rui Ramos (PSD): São os seus!

A Oradora: Não. São da Administração Pública Regional e do Serviço de Estatística. São aqueles que são válidos. Desculpe lá, mas são.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Marinho (PSD): Esses não são do Serviço de Estatística.

IMP! Está a atribuir a fonte a outro resultado!

A Oradora: O senhor antes de ser Deputado era da Administração Pública e sabe muito bem como é que é!

Deputado António Marinho (PSD): Não são dados do INE!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

* **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Nunca pensei suscitar tanto alarido na Assembleia.

Gostava de saber donde é que vieram esses dados, mas pode dizer-me no bar.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): O debate é feito aqui dentro!

O Orador: Recordo uma pergunta que lhe coloquei e que a senhora não me respondeu.

A pergunta, Srs. Deputados, é esta:

O Governo tem planos concretos que contribuam para a redução dos números de desemprego?

A Sra. Secretária está em condições de dar a esta casa e aos açorianos? É o futuro dos açorianos, Sra. Secretária

Quanto à questão do desemprego, digo-lhe uma coisa: mais que os números, interessa aquilo que as pessoas sentem.

Quem não sente o drama do desemprego é que pode falar em números.

Deputada Carla Bretão (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Primeiros os números servem. Depois já não servem!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS, do PSD e os Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia alguma calma.

Não havendo mais inscrições tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputado Nélia Amaral *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, permita-me, em primeiro lugar, que lhe dirija uma saudação pessoal neste início de legislatura, saudação essa extensível a todas as Sras. e Srs. Deputados, em particular os que iniciam pela primeira vez funções públicas nesta casa.

Igual saudação dirigia a si, Sr. Presidente do Governo, extensível também a todos os membros do Governo, com votos de que este mandato se revele realizador das nossas expectativas pessoais e profissionais, mas mais do que isso, que corresponda à confiança que os açorianos depositaram em nós no passado acto eleitoral.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os governos do Partido Socialista dos Açores elegeram, desde a primeira hora, a solidariedade social como uma das suas principais prioridades.

Este governo não é excepção.

Neste aspecto, têm razão os que dizem que este é um governo de continuidade. É-o efectivamente. De continuidade na defesa intransigente e empenhada da coesão social e na promoção dos direitos humanos enquanto ingredientes fundamentais para o desenvolvimento sustentado de uma sociedade que se quer justa e democrática.

De continuidade na defesa dos princípios da igualdade, da solidariedade e da inclusão social.

De continuidade no compromisso com a promoção do bem-estar de todos os Açorianos.

E de continuidade também no propósito de fazer sempre mais e melhor.

Esta, Sras. e Srs. Deputados, é uma continuidade da qual nos orgulhamos.

É uma continuidade que, na última década, mudou a face da nossa Região:

Levou infra-estruturas e serviços de apoio à infância, à juventude, aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência, aos doentes mentais, a todos os concelhos dos Açores, numa lógica de descentralização e de prestação de serviços de proximidade;

Tirou as vítimas de violência doméstica do anonimato envergonhado que as culpabilizava e que perpetuava a sua vitimização, atribuindo uma clara prioridade à salvaguarda dos mais básicos direitos humanos;

Criou, nas escolas, espaço para todas as crianças em idade escolar, sem excepção, e independentemente das suas características pessoais ou sociais, promovendo assim uma maior igualdade de oportunidades;

Diversificou a oferta de qualificação dos jovens, numa aposta na sua habilitação e capacitação para enfrentarem as novas exigências do mercado de trabalho solidificando assim a sua empregabilidade e, em particular, a dos públicos mais desfavorecidos;

Assumiu o compromisso de garantir a todos os açorianos um nível mínimo de rendimentos que se traduza na salvaguarda da sua dignidade humana, como estratégia de combate à pobreza e exclusão social.

Mas este é também um governo que não se fascina com a contemplação do trabalho realizado. Bem pelo contrário. É um governo que sabe avaliar o percurso efectuado, que não se inibe perante as dificuldades, que não tem medo de mudar, que procura actualizar-se e que insiste em progredir.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para o governo do Partido Socialista estes não são propósitos esvaziados de conteúdo. No contexto de uma política social consequente a avaliação e a actualização têm de ser constantes, uma vez que é constante também o processo de mutações a que as sociedades modernas estão submetidas, quer por via de factores que decorrem do seu próprio processo de desenvolvimento (como sejam, por exemplo, as alterações verificadas na configuração das nossas famílias e das múltiplas tarefas com que se deparam ou na estrutura demográfica da nossa população em resultado de fenómenos como as tendências verificadas ao nível da natalidade ou mesmo de movimentos migratórios), quer essas mutações se fiquem a dever a fenómenos externos como sejam o processo de globalização, o desenvolvimento das tecnologias de informação, ou mesmo as dinâmicas dos mercados internacionais.

Ao diagnóstico resultante desta avaliação tem que corresponder um leque de intervenções igualmente diversificado e capaz de responder, de forma eficaz aos desafios identificados.

A complexidade desses desafios exige-nos muito mais que uma definição de objectivos avulsa, baseada no bom senso ou nas observações que vamos fazendo "a olho nu".

A política de solidariedade social, pela sua abrangência, pela sua transversalidade e pelo grau de vulnerabilidade do seu público alvo exige-nos competência e rigor acrescidos quer ao nível da avaliação das necessidades, quer da definição de objectivos, do estabelecimento das metas a atingir, no delinear das estratégias e na avaliação da sua eficácia.

Assim é a política de solidariedade social que o X Governo Regional se propõe desenvolver nos próximos 4 anos e que está expressa no Programa de Governo que hoje debatemos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Apraz-me verificar que se trata de um documento de planificação que, quer ao nível da identificação dos desafios, quer da definição de objectivos ou mesmo da

identificação das estratégias a adoptar, se mostra congruente com as mais recentes orientações emanadas pela Comissão das Comunidades Europeias e pelo Conselho da Europa como sejam a Orientação sobre Inclusão Activa, a aplicação do Método Aberto de Coordenação no âmbito da coesão social ou mesmo a Agenda Social Renovada lançada pela Comissão no passado dia 2 de Junho.

Nestes documentos reafirma-se a natureza complexa e multidimensional da pobreza e exclusão social, contemplando áreas como escassez de rendimentos, mas também como a habitação, acesso a serviços de saúde, educação e oportunidades de emprego; Reconhece-se o impacto do abrandamento económico e da turbulência dos mercados financeiros nas vidas das populações nomeadamente através da subida das taxas de juros, e do aumento do preço de bens de primeira necessidade, que afectam de forma desproporcional as pessoas mais fragilizadas;

Alerta-se para as consequências do envelhecimento da população particularmente no que concerne à necessidade de assegurar apoios com qualidade às pessoas com dependências;

Reafirma-se o objectivo de promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades para todos salientando a necessidade de um envolvimento continuado e de longo prazo de todos os intervenientes, quer se trate de entidades públicas ou privadas, de âmbito nacional, regional ou concelhio.

Apela-se igualmente a um maior rigor e precisão na definição de objectivos e metas quantificáveis bem como na avaliação sistemática da sua eficácia e;

Incentiva-se a adopção de uma estratégia de intervenção sistémica, e integrada assente nos seguintes pilares:

- 1- Assegurar que todos dispõem dos rendimentos necessários para viver com dignidade;
- 2- Proporcionar a todos oportunidades de emprego inclusivas;
- 3- Garantir a todos o acesso a serviços sociais de qualidade assentes no partenariado entre o prestador de serviços e o seu utilizador.
- Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Não posso deixar de registar, com satisfação, que as orientações comunitárias anteriormente referidas levam, necessariamente, a uma apreciação positiva da política de solidariedade social que o X Governo Regional se propõe desenvolver.

Uma apreciação necessariamente positiva quanto à frontalidade com que se assume velhos e novos desafios, como sejam por exemplo a persistência de situações de precariedade económica ou a necessidade de adaptação às evoluções tecnológicas que, se não forem utilizadas como instrumentos de inclusão e de coesão levarão, certamente, ao surgimento de novas formas de exclusão.

Uma apreciação positiva no que concerne também à forma como se reconhece que mesmo velhos objectivos têm que assumir novas nuances. As políticas dirigidas às famílias são disso um claro exemplo. Não basta já garantir recursos financeiros. Hoje é necessário proporcionar às famílias condições para que, independentemente da sua configuração, sejam capazes de proporcionar a todos os seus elementos vivências inclusivas e de assegurar a oferta de um ambiente seguro, promotor de afectos, potenciador das aspirações individuais de cada um e da conciliação dessas aspirações com a participação na vida familiar.

Uma apreciação igualmente positiva no que concerne à centralidade dos princípios das questões relacionadas com a promoção da igualdade, numa perspectiva que não se limita às questões de género, mas pelo contrário abrange o combate a todas as formas de discriminação com base em características pessoais ou sociais. Disso é exemplo a nova dimensão e dignidade que são conferidas à promoção da igualdade de direitos e de oportunidades, quer no âmbito dos objectivos definidos no programa do governo quer da estrutura orgânica que o governo agora assume.

E uma apreciação necessariamente positiva na resposta ao apelo à adopção de políticas sistémicas e integradas. Os compromissos assumidos no âmbito da habitação e que visam prevenir a ocorrência de situações de exclusão social em novas zonas residenciais são um exemplo claro desta visão sistémica. Não basta garantir o acesso a uma habitação condigna. Há que assumir que os moradores dessas habitações têm também direito a aceder a zonas de lazer, a espaços comerciais, ou a serviços de transportes que garantam a acessibilidade a um conjunto de serviços básicos como sejam a educação a saúde ou que lhes permita encontrar e manter um emprego.

A abrangência e a transversalidade das políticas sociais deste governo estão claramente assumidas desde logo pela orgânica do próprio governo através da criação de uma Secretaria Regional, que congrega sectores como o trabalho, a solidariedade social, a habitação e a igualdade. Sob a mesma tutela, a articulação entre estas diferentes áreas de acção será certamente mais profícua, como aliás se pode constatar pelos objectivos definidos para cada uma delas, o que constituirá um factor decisivo para o seu sucesso.

À luz desta mesma análise e ainda no âmbito das competências da Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, é validado o compromisso de continuar a garantir um rendimento mínimo a todos quantos dele necessitem e pelo período de tempo que dele necessitem, para que possam viver com dignidade, sem prejuízo do reforço da fiscalização da sua aplicação e de um rigor que se quer cada vez maior.

São igualmente legitimados, os investimentos propostos no âmbito da consolidação da rede de equipamentos sociais de apoio aos diferentes grupos de risco e em particular das diferentes valências de apoio a crianças e jovens, pessoas portadoras de deficiência, de doenças mentais, idosos, vítimas de violência doméstica, imigrantes e emigrantes regressados.

E fica reforçado o propósito de dar continuidade à colaboração com entidades não governamentais na implementação das políticas sociais de forma descentralizada e co-responsabilizada, bem como a intenção de rever e aprofundar o modelo de contratualização entre o Governo e essas entidades, quer se trate de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Associações de Voluntários ou do poder local, como forma de garantir a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

No entanto, uma leitura atenta do Programa do Governo rapidamente permitirá constatar que a política de solidariedade social deste governo não se confina à acção da Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social. A natureza transversal e multifactorial dos fenómenos de pobreza e de exclusão social, que hoje já não se contesta, encontra resposta num leque de intervenientes igualmente variado e que se estende desde a educação à economia passando pela saúde, formação profissional,

juventude, cultura, transportes, relação com o poder local e até mesmo pela ciência e tecnologia.

De facto podemos encontrar objectivos de solidariedade social no âmbito das diferentes secretarias regionais, bem como da presidência do governo quer se trate da oferta universal do pré-escolar, da diversificação curricular, da oferta generalizada de orientação vocacional, formação profissional e formação de activos, de apoio na manutenção do emprego ou na requalificação profissional, da disponibilização de transportes públicos com rotas e horários compatíveis com a exigências do mercado de trabalho, da promoção de actividades culturais desportivas e recreativas inclusivas e promotoras de estilos de vida saudáveis, dos incentivos ao investimento privado, da introdução das tecnologias da informação nos contextos escolares ou da sua utilização como instrumento de inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Mais do que definir uma política social este programa de governo adopta uma perspectiva de solidariedade, de igualdade e de inclusão na definição das diferentes políticas sectoriais e assume um claro compromisso com os açorianos:

Continuar a pugnar pela melhoria da qualidade de vida de todos os açorianos e pela promoção do seu bem-estar entendido como reconhecimento da sua dignidade humana; defesa do princípio da igualdade de oportunidades e da não discriminação; garantia de oportunidades de participação activa nos diferentes sectores da vida em sociedade bem como da potenciação da sua autonomia e do seu desenvolvimento pessoal até ao limite máximo das suas capacidades.

Este programa do governo acredita nos Açorianos!

Acredita que os açorianos são pessoas com futuro!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 35 minutos.

Eram 18 horas e 5 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Antes de mais, felicito o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, que, pelo seu rigor e digno percurso político, desempenhará com certeza este cargo com a responsabilidade e representatividade que o mesmo enforma.

Saúdo também as Sras. e Srs. Deputados, estou certo que do mesmo modo exercerão com dignidade e prestígio a elevada função que democraticamente vos foi confiada.

Quero também dizer, na primeira oportunidade que tenho de subir a esta tribuna, que como açoriano que sou é com muito orgulho que desempenho estas funções.

O X Governo Regional dos Açores apresenta um vasto e significativo Programa que, na área da Saúde, plasma um extenso conjunto de medidas e objectivos que procurarei expressar com objectividade.

A finalidade do presente programa, e porque trabalhamos para as pessoas, é o da melhoria de três facetas do cidadão: o Cidadão enquanto utente do Serviço Regional de Saúde; o Cidadão enquanto Profissional de Saúde e o Cidadão enquanto Contribuinte.

Daí os nossos princípios:

A Promoção e a Prevenção;

A Universalidade e a Acessibilidade;

A Eficiência e a Racionalização;

A Parceria e a Articulação;

A Melhoria e a Renovação;

A Qualidade e a Qualificação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nas sociedades modernas, os cidadãos ocupam cada vez mais um papel activo e central na dinâmica dos sistemas de saúde, dispondo de mecanismos adequados de participação, de reclamação e de recurso, tendentes à defesa dos seus direitos, que no caso português estão consagrados na Constituição e na Lei de Bases da Saúde.

É com este objectivo que pretendemos criar o Provedor do Utente da Saúde e a Inspecção Regional da Saúde.

O Provedor do Utente da Saúde será um órgão específico na área da saúde para centralizar todas as reclamações e sugestões dos cidadãos no acesso aos cuidados prestados pelas diversas entidades que compõem o Serviço Regional de Saúde. Será quem informará o cidadão do estado da sua reclamação e dos fins e acções a que a mesma deu lugar.

A Inspecção Regional de Saúde será o serviço de auditoria, inspecção e fiscalização no sector da saúde na Região e terá por missão assegurar elevados níveis de qualidade na prestação de cuidados de saúde, quer pelas entidades públicas, quer pelas entidades privadas, pessoas colectivas ou singulares, com ou sem fins lucrativos.

Nesse âmbito será também importante consolidar e publicitar a carta de direitos e deveres do cidadão no âmbito do Serviço Regional de Saúde. Destacamos não só os direitos, mas também os deveres que orientarão a conduta no relacionamento com os profissionais de saúde.

É de igual modo nossa intenção estudar e implementar mecanismos alternativos de retribuição dos profissionais de saúde, tendo em conta factores como a produtividade ou a definição de objectivos.

Pretendemos ainda criar um sistema de bolsas de especialização para as áreas carenciadas da Saúde.

Esperamos assim continuar a melhorar o nível e a cobertura assistencial à nossa população, designadamente na Medicina Geral e Familiar nos concelhos onde se localizam os nossos hospitais, mas também a médio prazo renovar os quadros médicos.

Pretendemos continuar a política de deslocação de especialistas, medida pioneira a nível nacional, que trouxe um inequívoco benefício para as populações das ilhas sem hospital.

Não deixaremos contudo de a reavaliar promovendo a articulação com as necessidades das populações, ou com recurso à telemedicina ou até promovendo a fixação de médicos com carreira nas especialidades médicas, cujas necessidades o justifiquem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto à Prevenção da Saúde, o Plano Regional da Saúde 2009-2012 assume principal destaque, plano esse direccionado para obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases da vida dos açorianos e reduzindo-lhes o peso da doença, em áreas como:

- a diabetes,
- as doenças de nutrição,
- as doenças mentais,
- as doenças cérebro-cardiovasculares,
- as doenças respiratórias
- e as doenças oncológicas.

Entroncarão no Plano Regional de Saúde 2009-2012:

- O Plano Regional de Controlo da Infecção em meio hospitalar;
- O Plano Regional da Saúde Mental;
- E o Plano Regional de Saúde Pública,

Morrem em média 2.500 açorianos por ano. Desses 2.500, cerca de 1.100 vítimas de doenças circulatórias, cerca de 500 morrem de cancro e 150 vítimas da diabetes.

No combate a estas três causas de morte a promoção de estilos de vida saudáveis e a prevenção da saúde assumem papéis fulcrais na sociedade açoriana, devendo o Serviço Regional de Saúde articular-se com outras entidades como as autarquias, as casas do povo e o meio escolar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Constituem também metas deste Governo as seguintes medidas:

- Consolidar a implementação da rede de cuidados continuados integrados;

- Aumentar a capacidade de prestação de cuidados de saúde domiciliários;
- Promover a criação de linhas de telefone de apoio aos cidadãos no acesso ao
 Serviço Regional de Saúde;
- Reduzir as listas de espera de cirurgia, de consultas e de meios complementares de diagnóstico;
- Desenvolver medidas que promovam a liberdade de escolha do utente quanto ao prestador dos cuidados de saúde;
- Convencionar a prestação de serviços com privados, desde que a capacidade do serviço público esteja esgotada.
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É intenção deste Governo definir políticas eficazes de prevenção e combate às dependências. De tal modo que foi criada uma Direcção Regional com esse fim. Serão objectivos dessa Direcção Regional, entre outros:

- Aperfeiçoar a estratégia de combate aos comportamentos de risco e dependências;
- Criar um centro de reabilitação e tratamento do jovem toxicodependente com menos de 18 anos;
- Criar programas de apoio às famílias dos cidadãos com dependências;
- E desenvolver um sistema regional de reabilitação e reintegração dos cidadãos com dependência;
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outro objectivo deste X Governo Regional na área da Saúde é prosseguir e desenvolver as políticas de Saúde Materna, Planeamento Familiar e de Incentivo à Natalidade. Entre as medidas a implementar destacam-se:

- Incluir no âmbito do Plano Regional de Saúde um programa específico para a Vigilância da Saúde Reprodutiva;
- Implementar acções de Planeamento Familiar e de Prevenção da Gravidez na Adolescência;
- Promover o acesso preferencial da Grávida ao Prestador de Cuidados de Saúde;
- E premiar os serviços de saúde que ofereçam melhor qualidade de seguimento e apoio a grávidas e recém-nascidos.
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No tocante à renovação da rede de infra-estruturas da Saúde salientamos:

- A Construção de novos Centros de Saúde na Graciosa, na Madalena do Pico, e em Ponta Delgada;
- Serão também consolidadas as Parcerias Público-Privadas para a construção do novo Hospital da Ilha Terceira e para a Instalação do Centro de Radioterapia na Ilha de São Miguel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O X Governo Regional dos Açores apresenta um Programa na área da Saúde com objectivos ambiciosos e alcançáveis, medidas estruturantes e adequadas.

Estamos certos de que se darão passos significativos na melhoria da saúde de quem aqui vive.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados António Gonçalves, Cláudio Almeida, Paulo Estêvão, Pedro Gomes, Ricardo Cabral e Rogério Veiros. Tem a palavra o Sr. Deputado António Gonçalves.

Deputado António Gonçalves (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A prestação de serviços de saúde, essencial para a fixação das populações, não tem correspondido às necessidades dos florentinos.

A Tele-medicina foi apresentada, pelos diversos governantes socialistas que já passaram pela Secretaria Regional da Saúde, como a cura para muitos dos males da Saúde nas Flores.

Na nossa Região, com o passar dos anos de governação regional do Partido Socialista, o desnível de desenvolvimento económico e social entre as nove ilhas do arquipélago é uma realidade que a mais cara propaganda não consegue esconder.

Há cada vez mais ilhas esquecidas da governação.

A desertificação populacional é uma realidade na ilha das Flores.

A população florentina envelhece a passos largos.

A falta de condições de saúde, gera insegurança nos florentinos e é um factor de peso, na opção que as pessoas tem de fazer frequentemente quando abandonam a sua ilha.

Os doze anos de governação socialista da Região demonstraram que o Partido Socialista e os seus governos tiveram uma política centralista no que ao desenvolvimento harmónico da Região diz respeito.

Ao fim de doze anos, as desigualdades entre ilhas agravaram-se.

Os governos socialistas não conseguiram implementar uma política de coesão económica e social que levasse os açorianos a fixarem-se nas ilhas mais pequenas.

Na ilha das Flores, os cidadãos continuam sem contar com os médicos especialistas, quer seja ao vivo, no seu Centro de Saúde, quer seja através de um terminal de televisor ou de computador, que a Tele-medicina deveria proporcionar.

Os florentinos continuam, na maior parte das vezes, a ter que se deslocar, **e em que condições**, a outras ilhas para uma simples consulta médica de qualquer especialidade.

Para além de continuar a "prosseguir" como especificava o IX Governo Regional, ou a "fomentar" como agora afirma o Programa deste X Governo Regional, a prestação de cuidados de saúde através da Tele-Medicina, o que pensa fazer, na verdade este quarto Governo Regional socialista, para que os florentinos deixem de ser açorianos de segunda ou terceira, no que concerne ao acesso a esses meios saúde?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para solicitar esclarecimentos o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero dirigir uma palavra de saudação a Vossa Excelência, e a todas as Sras. e Srs. Deputados deste Parlamento, desejando Votos de êxito para o desempenho das suas funções!

Ao Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e a todos os Srs. Secretários responsáveis pelas diversas pastas governativas, desejo as maiores felicidades para a governação deste novo mandato.

Todavia, quero desejá-lo, em particular, ao Sr. Secretário Regional da Saúde, não só pela tarefa de governar uma área tão sensível como é a da saúde, mas, sobretudo, pela herança que lhe foi deixada pelos seus antecessores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Antecessores deste mesmo governo do Partido Socialista que lhe puseram nas mãos problemas que afectam a grande maioria dos açorianos e que continuam por resolver.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ...Os milhões da dívida do serviço Regional de Saúde, ou a responsabilidade da região no montante da divida da Saúdaçor...

...Os cerca de 25 mil açorianos que esperam 2 e 3 anos por consultas e cirurgias nos hospitais da região...

...Ou ainda os 80 mil açorianos que não possuem médicos de família.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Não vou falar sobre estas questões.

Quero sim, interpelar Vossa Excelência sobre o gravíssimo problema das Toxicodependências na nossa Região Autónoma.

Uma problemática que atinge um elevado número de jovens e de muitas famílias em todas as nossas ilhas.

Desde Santa Maria ao Corvo, nas mais diversas freguesias, o seu consumo faz-se de forma regular e atinge jovens adolescentes com cada vez menos idade

De acordo com o inquérito nacional em meio escolar, realizado em 2001 pelo Instituto Português da Droga e Toxicodependência, constata-se que a Região Autónoma dos Açores, já nessa altura, era a região do país que apresentava os maiores índices de consumo nos diversos tipos de droga!

Daí para cá muito pouco ou nada foi feito para contrariar esta tendência.

Desde a cocaína à heroína, o Ax ou as drogas sintéticas, a canábis ou as pastilhas de Ecstasy, tudo se consome.

Até o subotex e o mais recentemente o suboxone, medicamentos prescritos pelos médicos e comparticipadas pelo Estado, são cada vez mais objecto de tráfico.

Sr. Secretário Regional:

Registo, com satisfação, que no programa deste governo houve preocupação de se criar uma Direcção Regional para a Prevenção e Combate às Dependências.

Lamentavelmente, surge demasiado tarde para os que já se tornaram viciados crónicos, mas ainda a tempo de promover as adequadas políticas de prevenção primária, começando, desde logo, pelas escolas do Primeiro Ciclo.

Até que enfim, que os números comprovados pelas estatísticas e amplamente divulgados pela comunicação social, ou até mesmo pelo II Inquérito do IDT, de 2007, levaram a que prestassem a necessária atenção a este flagelo.

Por isso, gostaria de perguntar a Vossa Excelência,

Se acha que o último Governo da Região deu a devida atenção ao problema das toxicodependências, e se as políticas até aqui implementadas foram eficazes na prevenção e na dissuasão dos doentes consumidores dependentes?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Aliás, neste caso, um duplo obrigado, pelos parabéns pelas novas funções e pela quota parte na herança que também tenho.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra, para solicitar esclarecimentos, mas apenas por dois minutos, porque é o tempo que resta, ao Partido Popular Monárquico – Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito sinteticamente, porque ainda quero fazer mais uma intervenção, para concordar com o programa do Governo, no âmbito das preocupações expressas para as ilhas de coesão na área da saúde, e dizer-vos o seguinte:

Concordo com o aperfeiçoamento da actividade da unidade de evacuação aérea, e também com a massificação da deslocação de especialistas, nomeadamente para a Ilha da Corvo, algo que neste momento não sucede.

Presidente: Tem a palavra, para solicitar esclarecimentos o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar o mais recente titular da pasta da saúde nos doze anos de Governo do Partido Socialista.

Sendo o sexto titular da pasta da saúde, produziu uma intervenção na apresentação do Programa do X Governo, como se o Partido Socialista tivesse ganho as eleições ontem pela primeira vez.

Deputado Lizuarte Machado *(PS)*: É que o entusiasmo é tanto que parece que é a primeira vez, Sr. Deputado!

O Orador: A verdade é que este Programa do Governo não reflecte uma estratégia clara para dar resposta ao mais importante problema do Serviço Regional de Saúde, o acesso em igualdade de circunstâncias de todos os açorianos aos cuidados primários de saúde que são a porta de entrada do Serviço Regional de Saúde.

Não ouvimos do Sr. Secretário Regional da Saúde, nem lemos no capítulo da saúde neste programa do Governo, nenhuma menção específica, directa e clara, que apontasse uma mudança de rumo em relação àquele que o Governo Regional dos Açores tem seguido ao longo dos doze últimos anos.

Os resultados são estes como aqui acabou de referir o Deputado Cláudio Almeida e, aliás, reconhecidos pelo anterior Secretário dos Assuntos Sociais, hoje deputado da bancada da maioria: 80 mil açorianos sem médico de família.

É preciso lembrar que as consequências desta política de governação do Partido Socialista têm resultados complexos.

As urgências nos hospitais da Região, entre 95 e 2005, dispararam. No hospital de Ponta Delgada subiram 62%, no Hospital de Angra do Heroísmo subiram 31%, isto é, o sistema regional de saúde, tal como está construído e sem que o Partido Socialista e

os Governos do Partido Socialista tenham dado resposta a esta situação, coloca os açorianos perante uma de duas situações:

Ou têm dinheiro para pagar uma consulta de medicina privada, ou então vêem-se obrigados a meter uma "cunha" no Serviço Regional de Saúde para serem atendidos ou entram pelas urgências hospitalares.

Há uma distorção na entrada no Serviço Regional de Saúde à qual os doze anos de governação do Partido Socialista não conseguiu dar qualquer resposta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria de perceber da intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde qual é a estratégia clara, precisa e concisa para, nos próximos 4 anos, tentar resolver aquilo que não foi capaz de resolver o Governo do Partido Socialista nos últimos doze anos?

Eu duvido que quem governou a área da saúde desta maneira durante doze anos ainda tenha capacidade, inteligência e acuidade política para mudar alguma coisa de profundo na área da Saúde, mas estamos aqui para ouvi-lo e dou-lhe naturalmente o benefício da dúvida porque está a começar as suas novas funções. Mas gostaria de ouvir uma resposta clara e precisa para que os açorianos fiquem esclarecidos quanto à estratégia do Governo Regional no acesso ao Serviço Regional de Saúde através da rede de cuidados primários de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para solicitar esclarecimentos o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

* **Deputado Ricardo Cabral** (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A saúde é um tema delicado. Há sempre pessoas a serem negativas e a provocar uma insegurança na nossa comunidade que não é verdade.

Para as pessoas que falam em segurança, ela existe nos Açores na área da saúde.

Para as pessoas que falam de herança têm que ver e ler com atenção as estatísticas do Serviço Regional de Estatística dos Açores onde os indicadores mostram que os recursos humanos afectos às instituições é maior de 1996 para 2006. Existem muitos mais médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quantos médicos de clínica geral?

Deputado Domingos Cunha (PS): 125, Sr. Deputado.

O Orador: Se quiser posso dar-lhe na intervenção, a seguir. Na minha intervenção vou indicar os números, Sr. Deputado Pedro Gomes.

O número de visitas domiciliárias aumentou vertiginosamente, tal como os meios complementares de diagnóstico.

A taxa de mortalidade baixou; a taxa de mortalidade infantil baixou com os Governos do Partido Socialista ao longo destes últimos 12 anos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): E com os do PSD também!

O Orador: Não é verdade quando diz que isto está mau.

A taxa pedi-natal baixou; as consultas no serviço de saúde aumentaram; as consultas de especialidade aumentaram muito; a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital aumentou muito; os atendimentos urgentes aumentaram, porque a população necessita de resolver rapidamente os seus problemas.

O número de doentes deslocados, de ilha para ilha, para o hospital, também aumentou.

Portanto, quem diz que a herança é má não está a dizer a verdade.

Quanto à questão colocada pelo Dr. Pedro Gomes sobre os números positivos, tenhoos todos aqui. Se quiser posso mandar-lhe por *email*.

A mudança de rumo não pode ser radical porque o Partido Socialista tem uma continuidade de políticas que não precisa mudar radicalmente porque as coisas estão muito melhores e nos Açores vive-se com saúde. A população tem saúde. E o Partido Socialista e o seu Governo, ao longo destes anos, trataram bem da saúde de todos os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): A conclusão é mesmo essa. O Partido Socialista tratou bem a saúde dos açorianos!

Presidente: Tem a palavra, para solicitar esclarecimentos o Sr. Deputado Rogério Veiros.

* **Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção quero saudar os novos deputados eleitos no passado dia 19 de Outubro e quero felicitar o novo Governo desejando um mandato de igual sucesso a todos aqueles que tem tido desde 1996.

Srs. Deputados do PSD:

É óbvio que ainda há muito por fazer, mas foi para isso que os açorianos nos elegeram e foi por isso que os açorianos confiaram em nós, foi para continuarmos a fazer ainda mais, para sermos cada vez mais ilhas de futuro e não ilhas esquecidas como dizia o Sr. Deputado António Gonçalves.

Sr. Deputado António Gonçalves, ilhas esquecidas era no tempo em que os especialistas não iam às Flores; ilhas esquecidas era no tempo em que não havia telemedicina nas Flores, mas por acaso há telemedicina no Centro de Saúde das Flores.

Deputados António Gonçalves e Mark Marques (PSD): Não existe!

O Orador: Há sim senhor!

No Centro de Saúde das Flores existe telemedicina...

Deputado Mark Marques (PSD): Onde?!

O Orador: ... no âmbito da cardiologia num protocolo que existe com o Hospital de Vila Nova de Gaia. É dos poucos exemplos que existe, mas existe sim senhor. Por isso o senhor está mal informado, Sr. Deputado.

Deputado António Gonçalves (PSD): Não estou!

Deputado Mark Marques (PSD): Tem TV Cabo, Meo...!

O Orador: Veja lá que em São Jorge conheço melhor a realidade da Ilha das Flores do que o senhor.

Aproveitava também esta oportunidade para felicitar o Sr. Secretário da Saúde e o Governo Regional pela criação de uma nova Direcção Regional que visa trabalhar de outra forma e com outro enquadramento numa área, que é a área da toxicodependência e que todos temos conhecimento e sabemos que é um problema que aflige a nossa sociedade. Este Governo adapta-se à realidade e à evolução da nossa sociedade.

Gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque quando se levantou, as primeiras palavras que disse foi que concordava com o programa do Governo.

Felicito-o. Se concorda com o programa do Governo é sinal que esta bancada não vai votar isolada nesta matéria.

Relativamente aos dados que aqui trouxe o Sr. Deputado Pedro Gomes, é verdade que ainda existe falta de médicos de clínica geral e médicos de família nos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Diga isso ao seu colega, Deputado Ricardo Cabral!

O Orador: Mas o que o meu colega lhe disse é diferente. É que em 1996 existia um número, hoje apesar das dificuldades que existem no recrutamento deste pessoal, foi este Governo que criou melhores incentivos e é este Governo que aumenta o número de médicos de família nos Açores. É este Governo que, com coragem, tem aumentado os recursos no âmbito da saúde. Por isso quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado, a herança que temos é uma herança, de secretário para secretário,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): De secretário em secretário!

O Orador: ... muito mais fácil de gerir do que aquela que recebemos em 1996. A que recebemos em 1996 foi obras em centros de saúde mal feitas que tivemos que fazer de novo, e muitas outras coisas muito más. Nessa matéria, Sr. Deputado, nós, Governo do Partido Socialista temos a consciência de que há ainda muito para fazer, mas foi para isso que os açorianos em nós votaram.

Agora também temos a consciência de que muito temos feito, e como disse o meu colega, nos Açores, há boa saúde e há um sistema de saúde muito melhor do que o sistema de saúde do resto do nosso país.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para...?

* **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, nos termos regimentais, para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Creio que, face à hora que nos encontramos, será melhor terminarmos por hoje.

Passo a anunciar os tempos sobrantes:

O Governo dispõe de 111 minutos, o PS de 142 minutos, o PSD de 73 minutos, o CDS de 21 minutos, o Bloco de Esquerda de 6 minutos, o PPM de 1 minuto e 30 segundos e o PCP já não tem tempo.

Pedia aos senhores líderes dos grupos e representações parlamentares para reunirmos de seguida para podermos conversar.

Muito obrigado e até amanhã às 10 da manhã.

Boa noite.

Eram 19 horas e 15 minutos.

* Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Duarte José Botelho da **Ponte**

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Documentos Entrados

1 – Correspondência:

Assunto: Oficio a comunicar que constituição da Mesa da Comissão de Política Geral é a seguinte:

Presidente - Pedro Gomes (PSD); Relator - António Pedro Costa (PSD); Secretário -

Manuel Avelar (PS)

Proveniência: O Presidente da Comissão

Data de Entrada: 08.12.09

Referência: 35.05/1/IX – 3736;

Assunto: Oficio a comunicar a Constituição do Grupo Parlamentar do Bloco de

Esquerda: Deputado Zuraida Soares (Presidente) e pelo deputado José Cascalho

Proveniência: Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Data de Entrada: 08.12.09

Referência: 66.03/1/IX-3737.

2 - Requerimento:

Assunto: Interrupções no fornecimento de água no Conselho de Angra do Heroísmo

Autores: Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 08.12.04

Referência: 54.03.00 – N.º 7/IX.

REQUERIMENTO

Assunto: Interrupções no Fornecimento de Água no Concelho Heroísmo

O concelho de Angra do Heroísmo e algumas zonas do concelho da Praia da Vitória têm sido sujeitos a graves constrangimentos derivados de problemas no abastecimento de água desde Junho de 2008.

Viveu-se, e ainda se vive, em algumas zonas, uma situação problemática causadora de danos pessoais e empresariais.

Face ao descrédito das sucessivas explicações avançadas pela Câmara Municipal de Angra, nomeadamente, as avarias causadas pelas obras a decorrer na Via Rápida Vitorino Nemésio e a falta de chuva, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e encomendou um Estudo, no sentido de perceber as verdadeiras causas para a alteração do regime de caudais das nascentes do Cabrito e da Fuma D'Água.

O Estudo apresenta supostas explicações, nomeadamente a falta de chuva; as obras na Via Vitorino Nemésio: recentes arroteias e actividades numa pedreira próxima do local.

Considerando que, por um lado, as interrupções verificadas nos meses de Junho e Julho poderão ser causadas pelas obras na Via Vitorino Nemésio por outro lado, os dados existentes do Instituto de Meteorologia e do Prof. Eduardo Brito afastam e explicação "falta de chuva", pois o ano apresenta padrões de comportamento considerados normais; ficando-se, no final, com dúvidas relativamente à actividade da pedreira por não existirem dados relativos aos rebentamentos realizados naquela área e à quantidade de trufeiras que possam ter sido destruídas pela acção do homem. Considerando que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, através dos seus Serviços Municipalizados, limitou-se a distribuir água à população enquanto esta existiu em abundância, negligenciando a gestão e o planeamento, nesta área, ao longo dos últimos anos.

Considerando que, o anterior Governo, na voz da então Secretária do Ambiente, afirmou que: "No caso concreto da Terceira a questão passará pela Gestão (..). Temos bastante água, precisemos é saber tratá-la bem."

Considerando, ainda, que no ano 2003 foi aprovado o Plano Regional da Água (PRA) que definia corno objectivo principal: "(...) concretizar, com eficácia e rigor, a gestão integrada dos recursos hídricos(...)" exigindo-se, como salientam: "(...) um esforço conjunto das administrações públicas regional e local (...)".

Na verdade, tal Plano deveria, tal como definido, permitir um trabalho conjunto, entre entidades públicas, no sentido de precaver situações desta natureza o que, pelos últimos acontecimentos, é demonstrado que não aconteceu.

Por fim, considerando que, em Outubro de 2003, foi adjudicado a um consórcio técnico, por 170 mil euros, um estudo sobre a gestão e abastecimento da água na Região que, segundo o Secretário do Ambiente de então, tinha como objectivo dar "orientações quer ao Governo quer às autarquias sobre a forma como deverão dirigir os seus investimentos" para "garantir qualidade e quantidade no fornecimento às populações", de elaboração de seis cujo prazo era meses. Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados signatário solicitam Governo Regional dos seguintes esclarecimentos: Acores, os ao 1. Quais os comentários que merece à tutela toda esta situação inadmissível em pleno século XXI, vivida em Angra do Heroísmo, com fatais danos para população e empresas?

- 2. Tem a Secretaria Regional do Ambiente noção da sua responsabilidade pelo não cumprimento dos objectivos previstos no PRA, nomeadamente na não efectivação da monitorização dos recursos hídricos e pela falta de medidas quanto à protecção das origens da água? O que pensa fazer a Secretaria Regional a este nível?
- 3. Fez a Secretaria Regional algum contacto com o Município de Angra do Heroísmo no sentido de pôr em prática o PRA? Enviou alguma documentação que permitisse auxiliar na gestão e planeamento dos investimento a realizar na área dos recursos hídricos?
- 4. Tem a Secretaria Regional das Obras Públicas e Equipamentos noção da sua quota parte de responsabilidade quanto aos danos causados pela obras na Via Vitorino Nemésio, uma vez que a falta de planeamento e coordenação, com a Câmara Municipal de Angra, nomeadamente na identificação e tomar a em conta no projecto das condutas que atravessam aquele local, levou a múltiplas rupturas nas que determinaram o desperdício de elevadas quantidades de água?
- 5. Que tipo de licença foi atribuída à pedreira em actividade na zona referenciada? Foram exigidos registos de rebentamentos? O que será feito no sentido de despistar as dúvidas existentes?
- 6. Quais as conclusões do Estudo adjudicado em 2003 e quais as medidas 7. Solicita-se o envio de:

a) Documentação que comprove contactos com a Câmara Municipal de Angra do

Heroísmo para implementação dos objectivos previsto no PRA ou envio de

documentação auxiliar para a gestão dos recursos hídricos no concelho;

b) Conclusões do Estudo adjudicado em Outubro de 2003;

c) Licença de exploração da pedreira em causa e documentação conexa,

nomeadamente das obrigações a cumprir.

Angra do Heroísmo, 2 de Dezembro de 2008

Os Deputados, Carta Bretão, Clélio Meneses e António Ventura

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco